

## Aprendizado em risco

*O impacto do deslocamento climático no direito à educação*



### Com o objetivo de contribuir para o debate público sobre os impactos das mudanças climáticas na educação, oferecer subsídios

para a formulação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento dos sistemas de ensino e indicar caminhos para o futuro da pesquisa e da discussão sobre o tema no Brasil, o D<sup>3</sup>e, em parceria com o Todos Pela Educação e o Instituto Terra Firme, lançou em 2024 a Nota Técnica [O impacto das mudanças climáticas na educação: iniciando um debate](#), de autoria da professora Sofia Lerche Vieira. O estudo buscou ampliar a compreensão sobre as conexões entre crise climática e educação, mobilizando dados e informações que apoiem gestores, pesquisadores e formuladores de políticas públicas na construção de respostas mais integradas e eficazes. Para tanto, buscou evidências em documentos recentes de organizações internacionais.

Esta tradução é um desses documentos analisados. Publicado pela UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura em dezembro de 2023, ele oferece orientações a formuladores de políticas em todo o mundo sobre como respeitar, proteger e efetivar melhor o direito à educação das populações deslocadas por razões climáticas. Apresenta ainda uma visão geral das barreiras educacionais induzidas pelas mudanças climáticas, além de diretrizes políticas globais sobre como garantir a proteção desse direito para essas populações.

#### REFERÊNCIA

**[Título original]**

*Learning at risk: the impact of climate displacement on the right to education*

**[Autoria]** Global report  
– projeto Education 2030

**[Instituição]** UNESCO

**[Tradução]** Eleonora Lucas

**BOA LEITURA!**



unesco

# Aprendizagem em risco

O impacto do deslocamento climático  
no direito à educação

Relatório global

---

**UNESCO - líder global em educação** A educação é a principal prioridade da UNESCO porque é um direito humano básico e a base para a paz e o desenvolvimento sustentável. A UNESCO é a Agência especializada das Nações Unidas para a educação, que oferece liderança global e regional para impulsionar o progresso e fortalece a resiliência e a capacidade dos sistemas nacionais para atender a todos os aprendizes. A UNESCO também lidera esforços para responder aos desafios globais contemporâneos por meio da aprendizagem transformadora, com foco especial na igualdade de gênero e na África em todas as ações.



### **A Agenda Global de Educação 2030**

A UNESCO, como agência especializada das Nações Unidas para a educação, foi incumbida de liderar e coordenar a Agenda 2030 da Educação, que faz parte de um movimento global para erradicar a pobreza por meio de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável até 2030. A educação, essencial para atingir todos esses objetivos, tem seu próprio Objetivo 4 dedicado, que visa "garantir uma educação de qualidade inclusiva e equitativa e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos". A Estrutura de Ação da Educação 2030 fornece orientação para a implementação desse ambicioso objetivo e compromissos.



---

Published in 2023 by the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, 7, place de Fontenoy, 75352 Paris 07 SP, France

© UNESCO 2023

ISBN 978-92-3-100642-5

<https://doi.org/10.18356/9789231006425>



This publication is available in Open Access under the Attribution-ShareAlike 3.0 IGO (CC-BY-SA 3.0 IGO) license (<http://creativecommons.org/licenses/by-sa/3.0/igo/>). By using the content of this publication, the users accept to be bound by the terms of use of the UNESCO Open Access Repository (<https://www.unesco.org/en/open-access/cc-sa>).

Images marked with an asterisk (\*) do not fall under the CC-BY-SA license and may not be used or reproduced without the prior permission of the copyright holders.

The designations employed and the presentation of material throughout this publication do not imply the expression of any opinion whatsoever on the part of UNESCO concerning the legal status of any country, territory, city or area or of its authorities, or concerning the delimitation of its frontiers or boundaries.

The ideas and opinions expressed in this publication are those of the authors; they are not necessarily those of UNESCO and do not commit the Organization.

Cover photo: bysora/Shutterstock.com\*

Inside icons: Puckung/Shutterstock.com\*, Flat.Icon/Shutterstock.com\*, Fourleaf over/Shutterstock.com\*

Graphic design: UNESCO

Cover design: UNESCO

Printed by: UNESCO

Printed in France

## BREVE RESUMO

# Como o deslocamento climático afeta o direito à educação

Os impactos crescentes da mudança climática e do deslocamento na educação não podem mais ser ignorados. O número crescente de pessoas deslocadas devido às mudanças climáticas enfrenta vulnerabilidades únicas, especialmente em termos de acesso à educação. Esse desafio não é atribuído apenas ao reconhecimento político e legal, muitas vezes limitado, dessas pessoas deslocadas, mas também decorre da falta de conscientização da comunidade global sobre os diversos obstáculos que elas encontram ao buscar acesso à educação.

Esse relatório global, que conclui a "Iniciativa sobre o impacto da mudança climática e do deslocamento no direito à educação", tem como objetivo fornecer orientação aos formuladores de políticas em todo o mundo sobre como respeitar melhor esse direito, proteger e cumprir o direito à educação das pessoas deslocadas pelo clima<sup>1</sup>. Ele oferece uma visão geral das barreiras à educação induzidas pelo clima e uma orientação política global sobre como garantir a proteção do direito à educação dessas populações.

O relatório informará a Iniciativa da UNESCO sobre "A evolução do direito à educação em um contexto de aprendizado contínuo ao longo de toda a vida", que está investigando como o direito à educação, conforme consagrado nos instrumentos normativos internacionais, poderia ser fortalecido para atender às necessidades modernas em nossas sociedades em rápida transformação.

**32,6**  
milhões de pessoas  
foram deslocadas  
internamente  
em 2022 devido  
a desastres  
(IDMC, 2023)



**unesco**

*"Como as guerras começam nas mentes dos homens e das mulheres, é nas mentes dos homens e das mulheres que as defesas da paz devem ser construídas"*

<sup>1</sup> Nota do tradutor (doravante NT): no texto, o termo "climate-displaced people" foi traduzido como "pessoas deslocadas pelo clima", indicando que essas pessoas foram deslocadas em virtude das questões climáticas.

# Aprendizagem em risco

O impacto do deslocamento climático  
no direito à educação

Relatório global

# Prefácio

Em 2022, a UNESCO realizou uma pesquisa global com jovens, convidando-os a compartilhar suas experiências e suas aspirações em relação à educação sobre mudanças climáticas na escola. As constatações foram contundentes. Dos quase 17.500 entrevistados, 70% afirmaram que não sabiam explicar o que é mudança climática, ou só sabiam explicar seus princípios gerais, ou não sabiam nada sobre o assunto.

Em resposta às demandas dos jovens, a Greening Education Partnership foi lançada na Cúpula das Nações Unidas sobre Educação Transformadora, em setembro de 2022, com o objetivo de preparar todos os alunos para o clima por meio de ações fortes, coordenadas e abrangentes em torno de quatro pilares, com foco na ecologização de escolas, currículos, treinamento de professores e comunidades.

Uma das demandas claras dos jovens é fortalecer o papel central das escolas e de outras instituições de ensino como espaços para promover a ação climática entre os alunos e os membros da comunidade local para mitigar, adaptar e ser resiliente às mudanças climáticas.

No entanto, para fazer isso, precisamos definir o que é uma escola verde pronta para o clima. Somente com a definição de um padrão mínimo comum do que é necessário, poderemos tomar medidas coordenadas e monitorar o progresso.

Esta publicação propõe um Padrão de Qualidade Escola Verde que fornece princípios claros e requisitos mínimos para escolas preparadas para o clima. O padrão pode ser implementado em diversos contextos e servir como base para monitorar o progresso feito globalmente, com o objetivo de tornar 50% das escolas do mundo mais verdes até 2030.

Nenhuma entidade pode atingir essa meta ambiciosa sozinha, é fundamental uma abordagem de múltiplas partes interessadas para tornar as escolas mais verdes. Precisamos do envolvimento de todos, desde os formuladores de políticas até os líderes escolares, desde os alunos até os membros da comunidade.

A UNESCO tem o prazer de ter liderado o desenvolvimento desse novo padrão, em estreita colaboração com os membros da Greening Education Partnership. A publicação faz parte de nossos esforços para tornar a educação a solução de longo prazo para a crise climática e é complementada pelo lançamento de outra publicação da UNESCO com foco na orientação de currículos ecológicos.

Por meio de nosso compromisso global com a transformação da educação, podemos garantir que todas as instituições de ensino preparem efetivamente os alunos para enfrentar a crise climática e criar as soluções necessárias para construir um futuro sustentável.

Vamos trabalhar juntos para preparar todos os locais de aprendizagem para o clima!



**Stefania Giannini**

Diretor-Geral Adjunto para Educação, UNESCO

# Agradecimentos

Este relatório foi produzido pela Seção de Política Educacional do Setor de Educação da UNESCO. Ele faz parte de uma "Iniciativa global sobre o impacto das mudanças climáticas e do deslocamento no direito à educação" lançada pela UNESCO em 2020.

Sob a liderança de Borhene Chakroun e a supervisão de Gwang-Chol Chang, e sob a orientação técnica de Rolla Moumné, foi redigido por Allissa Kizer e Agathe Charles-Bray, com contribuições de Elise Rondin e Sharlene Bianchi.

Este relatório é baseado em três relatórios de síntese regionais da UNESCO:

- "Síntese regional da Ásia-Pacífico: mudança climática, deslocamento e o direito à educação", de autoria de Jonghwi Park, Ying-Syuan (Elaine) Huang, Fumiko Noguchi e Philip Vaughter.
- "Síntese regional da América Central e do Caribe: mudança climática, deslocamento e o direito à educação", de autoria de Andrea Furnaro e David Knaute.
- "South-Eastern Europe regional synthesis: climate change, displacement and the right to education", de autoria de Allissa Kizer, Arsen Mkrtchyan e Agathe Charles-Bray.

Ele foi preparado com o apoio e a revisão de Adelin Pierre, Andrea Furnaro, Antonio Diaz Aranda, Arsen Mkrtchyan, Diana Ortiz Parra, Hazel Shirinda, Jonghwi Park, Malek Abidi, Mathilde Treguier, Mouneshwar Soundur e Nour Mohamed.

# Tabela de conteúdos<sup>2</sup>

<b>Tabela de conteúdos</b> .....	<b>2</b>
<b>Agradecimentos</b> .....	<b>2</b>
<b>Resumo executivo</b> .....	<b>3</b>
<b>Lista de acrônimos e abreviações</b> .....	<b>6</b>
<b>Terminologia</b> .....	<b>6</b>
<b>Capítulo 1 – Introdução</b> .....	<b>8</b>
<b>Capítulo 2 – Síntese e métodos de estudo</b> .....	<b>13</b>
<b>Capítulo 3 – Uma análise comparativa global</b> .....	<b>16</b>
<b>Capítulo 4 – Guia de política global e práticas promissoras</b> .....	<b>19</b>
<b>Capítulo 5 – Conclusões e caminho futuro</b> .....	<b>30</b>
<b>Referências</b> .....	<b>33</b>
<b>Anexos</b> .....	<b>36</b>
Anexo A – Resultados da região da Ásia e do Pacífico .....	36
Anexo B – Resultado da região da América Central e do Caribe .....	48
Anexo C – Resultados da região da África Oriental .....	63
Anexo D – Resultados da região do Sudeste Europeu .....	83
<b>Referências</b> .....	<b>95</b>

2 NT: nesta seção, o leitor encontrará seções que correspondem às do documento original. O número de páginas, no entanto, corresponde a onde o leitor poderá encontrar as seções neste documento traduzido.



# Resumo executivo

Na última década, as mudanças climáticas e seus efeitos foram destacados com mais frequência e urgência na mídia de todo o mundo. Esse fenômeno, que está ameaçando os meios de subsistência, a biodiversidade, a sustentabilidade e os assentamentos humanos, só deve piorar. Em 2023, com o retorno do fenômeno El Niño<sup>3</sup>, os cientistas esperam que os efeitos da mudança climática sejam ainda mais exacerbados, com ondas de calor sem precedentes, secas, incêndios florestais e eventos climáticos severos intensificados (Mahdawi, 2023).

Os efeitos atuais e futuros da mudança climática afetam diretamente a mobilidade humana dentro dos países e entre eles. Essa mobilidade, muitas vezes forçada, tem repercussões imediatas sobre o cumprimento dos direitos humanos, especialmente o direito à educação.

Este relatório tem como objetivo examinar as barreiras à educação resultantes da mudança climática e do deslocamento climático, levando em conta as implicações políticas do aumento da mobilidade humana. A análise comparativa contida neste relatório baseia-se em pesquisas realizadas em quatro regiões do mundo (América Central e Caribe, Ásia-Pacífico, Sudeste Europeu e Leste da África).

A principal conclusão da análise é que as mudanças climáticas representam ameaças diretas e indiretas ao cumprimento do ODS 4 e ao direito à educação em todas as quatro regiões estudadas.

Embora a região da Ásia-Pacífico seja, estatisticamente, a mais afetada pelo deslocamento interno resultante de episódios de mudança climática, todas as quatro regiões examinadas apresentam padrões de deslocamentos internos e internacionais induzidos pelo clima, exclusivos de seus contextos regionais e cada um com suas próprias barreiras associadas à educação. Entretanto, apesar das diferenças regionais, a análise comparativa revelou que esses padrões de deslocamento também compartilham - até certo ponto - semelhanças, permitindo que sejam agrupados em categorias comuns mais amplas:

- Deslocamento temporário após eventos de início súbito;
- Deslocamento interno permanente e espontâneo após repetidos eventos súbitos e de início lento;
- Deslocamento internacional como resultado de eventos súbitos e de início lento; e
- Populações aprisionadas<sup>4</sup> - também descritas como aquelas que seriam deslocadas internamente, mas que não têm meios de se locomover para fora de suas áreas de risco atuais.

Particularmente na região da Ásia-Pacífico e, em menor escala, na América Central e no Caribe, a realocação planejada pelo governo também foi reconhecida como um padrão de deslocamento.

Embora os padrões de deslocamento e as barreiras associadas à educação variem entre os países e as regiões, este relatório identifica algumas das tendências e desafios mais comuns.

3. O El Niño ocorre, em média, a cada dois a sete anos, e os episódios tipicamente duram nove a doze meses. É um padrão climático que ocorre naturalmente associado ao aquecimento da superfície do oceano no Oceano Pacífico central e oriental.

4. NT: optou-se por traduzir, como “populações aprisionadas”, o termo “trapped populations”, que também pode significar “populações presas” ou “populações encurraladas”.

Após eventos repentinos, a barreira mais direta à educação identificada em meio ao deslocamento temporário é a destruição de escolas, materiais didáticos e infraestrutura, o que causa interrupções na educação, às vezes por meses.

Ao analisar as várias formas de deslocamento, surge uma barreira significativa, porém indireta, para a educação: A perda de meios de subsistência devido à mudança climática, que cria ou exacerba a pobreza. Eventos como enchentes graves, secas e ondas de calor têm efeitos pronunciados sobre as pessoas que dependem da agricultura e do turismo. Especificamente, na América Central e no Caribe, as pessoas que trabalham no setor de turismo enfrentam interrupções substanciais em suas fontes de renda e são empurrados ainda mais para a pobreza, pois perdem bens valiosos. Essa pobreza impede que as famílias cubram as taxas educacionais auxiliares, mesmo quando o acesso à educação em si é gratuito, como custos de uniformes, livros, suprimentos, transporte e outros.

Embora essas sejam as barreiras mais evidentes à educação como resultado da mudança e do deslocamento climáticos, existem outros obstáculos que representam desafios significativos para garantir o acesso à educação para todos. Entre eles, estão as barreiras linguísticas após o deslocamento, a discriminação, as barreiras legais após o deslocamento interno e internacional, a falta de capacidade nas escolas das áreas receptoras e a falta de professores, educadores e outros profissionais da educação treinados para atender às necessidades psicossociais das pessoas deslocadas pelo clima.

Depois de identificar essas tendências e desafios comuns, este relatório conclui com orientações políticas apoiadas por práticas políticas promissoras já em vigor, para ajudar a garantir o direito à educação para todos e alcançar o ODS 4 em face das mudanças climáticas e do deslocamento.

Em particular, ele enfatiza a importância de adotar políticas e legislações abrangentes que refinem as definições de pessoas deslocadas internamente para incluir pessoas deslocadas pelo clima e estabelecer uma definição clara de refugiados do clima. No âmbito das políticas de redução e gerenciamento de riscos de desastres, a educação deve ser priorizada juntamente com provisões essenciais, como alimentos e abrigos, e deve ser dada atenção especial aos grupos vulneráveis. Além disso, a capacitação das comunidades afetadas exige o estabelecimento de programas de rede de segurança social pós-desastre, garantindo apoio financeiro para as necessidades relacionadas à educação das famílias deslocadas, bem como a criação de redes sociais para crianças por meio de escolas. A cooperação internacional também é essencial, utilizando financiamento para uma infraestrutura resistente, culturas resistentes ao clima e criando um fundo dedicado à educação de pessoas deslocadas pelo clima.

O fortalecimento da resiliência da educação às mudanças climáticas e ao deslocamento relacionado envolve o aproveitamento das respostas globais à pandemia da COVID-19 para o ensino a distância, a integração do letramento<sup>5</sup> sobre mudanças climáticas nos currículos e a preparação das escolas para oferecer educação no idioma dos alunos deslocados pelo clima. Por fim, o aprimoramento da gestão da educação exige a preparação das escolas para o afluxo, a identificação de abrigos alternativos e a simplificação dos procedimentos administrativos para o acesso à educação das pessoas deslocadas pelo clima.

---

5. NT: o termo "climate change literacy" poderia ser traduzido literalmente como "alfabetização climática", uma vez que o termo "literacy" corresponde, em inglês, tanto a "alfabetização" quanto a "letramento". No entanto, para atender à especificidade do termo em português, ele foi traduzido aqui como "letramento climático".

# Lista de acrônimos e abreviações

<b>ASEAN</b>	Associação das Nações do Sudeste Asiático
<b>BANBEIS</b>	Escritório de Informações e Estatísticas Educacionais de Bangladesh
<b>CDPs</b>	Pessoas deslocadas pelo clima
<b>CIIDP</b>	Pessoas deslocadas internamente devido ao clima
<b>FAO</b>	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
<b>IDMC</b>	Centro de Monitoramento de Deslocamento Interno
<b>CICV</b>	Comitê Internacional da Cruz Vermelha
<b>IIEP</b>	Instituto Internacional de Planejamento Educacional da UNESCO
<b>FMI</b>	Fundo Monetário Internacional
<b>OIM</b>	Organização Internacional para Migração
<b>IPCC</b>	Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas
<b>ODSs</b>	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
<b>TVET</b>	Educação e treinamento técnico e profissionalizante
<b>UIS</b>	Instituto de Estatística da UNESCO
<b>PNUD</b>	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
<b>UNDRR</b>	Escritório das Nações Unidas para a Redução do Risco de Desastres
<b>UNESCO</b>	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
<b>UNICEF</b>	Fundo das Nações Unidas para a Infância
<b>UNODC</b>	Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime
<b>UNU-IAS</b>	Instituto da Universidade das Nações Unidas para o Estudo Avançado da Sustentabilidade
<b>WFP</b>	Programa Mundial de Alimentos

# Terminologia

Reconhecendo a falta de definições acordadas internacionalmente nesse contexto, o relatório usará as seguintes definições de trabalho para esses termos:

**Pessoas deslocadas em virtude do clima** são entendidas como aquelas que se deslocam por motivos relacionados à mudança climática. Esse fenômeno é chamado de deslocamento climático e abrange todas as formas de movimento humano, seja interno ou transfronteiriço, voluntário até certo ponto ou forçado. O deslocamento pode ser temporário ou permanente e o gatilho relacionado à mudança climática pode ser um risco ambiental de início lento ou rápido.<sup>6</sup>

**Risco climático**, nesse contexto, pode ser definido como resultante das "interações entre os perigos relacionados ao clima com a exposição e a vulnerabilidade do sistema humano ou ecológico afetado aos perigos" (IPCC 2020). As ameaças relacionadas ao clima podem ser lentas em seu início, como o aumento do nível do mar e as mudanças de temperatura e precipitação, enquanto outras acontecem mais repentinamente, como tempestades e inundações. Exposição é a presença de pessoas, meios de subsistência, serviços e recursos ambientais, infraestrutura ou ativos econômicos, sociais ou culturais em locais que podem ser afetados por um risco climático, e vulnerabilidade é a propensão ou predisposição para ser afetado negativamente por esse risco (IPCC, 2014).<sup>7</sup>

**A Gestão de Risco de Desastres (DRM)** é entendida como a aplicação de políticas e estratégias de redução de risco de desastres para evitar novos riscos de desastres, reduzir o risco de desastres existente e gerenciar o risco residual, contribuindo para o fortalecimento da resiliência e a redução das perdas por desastres (UNDRR, 2023A).

**A Redução do Risco de Desastres (DRR)** tem como objetivo prevenir novos riscos de desastres e reduzir os já existentes, além de gerenciar o risco residual, o que contribui para o fortalecimento da resiliência e, portanto, para a conquista do desenvolvimento sustentável. De acordo com o Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030, as estratégias e políticas de redução do risco de desastres devem ter como objetivo prevenir a criação do risco de desastres, a redução do risco existente e o fortalecimento da resiliência econômica, social, de saúde e ambiental (UNDRR, 2023B).

**Pessoas deslocadas internamente (IDPs)** são pessoas ou grupos de pessoas que foram forçadas ou obrigadas a fugir ou a deixar suas casas ou locais de residência habitual, em particular como resultado de conflitos armados, ou para evitar os efeitos de conflitos armados, situações de violência generalizada, violações de direitos humanos ou desastres naturais ou causados pelo homem e que não cruzaram uma fronteira internacional (UNESCO, 2023a).

---

6. O uso no singular da terminologia deslocamento objetiva simplificar a discussão. Geralmente, é feita uma distinção entre deslocamento climático e migração climática. "Deslocamento" é usado para descrever uma situação em que as pessoas são forçadas a deixar sua casa ou local de residência habitual e "migração" indica que o movimento foi voluntário, até certo ponto (OHCHR, 2017, pp. 3-4; Nansen Initiative, 2015, paras. 16, 20; UNICEF, 2018, p. 6). No entanto, há um consenso crescente de que é difícil traçar a linha entre o movimento forçado e o voluntário, pois em quase todos os cenários há várias causas que impulsionam o movimento (Conselho de Direitos Humanos da ONU, 2018, par. 16). No contexto do direito à educação e de sua aplicação universal, não é necessário fazer essa distinção. No entanto, o verbo "migrar" ainda é de uso prático, juntamente com termos como mobilidade humana e movimento humano, quando se refere ao ato físico de se deslocar de um lugar para outro.

7. Para uma exploração mais detalhada dos termos "risco climático" e "vulnerabilidade", consulte os documentos técnicos 3 ("Assessing vulnerability for climate adaptation") e 4 ("Assessing current climate risks"), UNDP, 2004.

**Deslocamento interno** refere-se a cada movimento forçado de uma pessoa dentro das fronteiras de seu país. Eles podem ser induzidos, por exemplo, por conflitos, violência, desastres naturais ou efeitos da mudança climática. Muitas vezes, essas pessoas enfrentam crises recorrentes ou sobrepostas e são deslocadas várias vezes consecutivas (IDMC, 2023).

**Realocação planejada** é uma medida orientada para soluções, envolvendo o Estado, na qual uma comunidade é fisicamente transferida para outro local e reassentada lá com as condições necessárias para reconstruir suas vidas (UNESCO, 2020).

**População em idade escolar** é a população da faixa etária teoricamente correspondente a um determinado nível de educação, conforme indicado pela idade e duração teóricas de ingresso (UIS).

**Migrantes sazonais** ou circulares são membros da família que saem para trabalhar durante parte do ano, mas ainda são considerados membros da família (UNESCO, 2023a).

**Migrantes espontâneos** são indivíduos ou famílias que optam por migrar internamente de forma permanente, em vez de migrar como parte de uma realocação planejada pelo governo (UNESCO, 2023a).

**Populações aprisionadas** são aquelas que não conseguem migrar para locais seguros e permanecem presas em locais vulneráveis aos impactos dos riscos climáticos. Muitas vezes, as mudanças ambientais de início lento podem aumentar a vulnerabilidade ao reduzir os próprios recursos necessários para a migração.<sup>8</sup>

**Vulnerabilidade**, nesse contexto, refere-se à propensão ou predisposição para ser afetado negativamente por riscos climáticos e abrange uma variedade de conceitos e elementos, incluindo sensibilidade ou suscetibilidade a danos e falta de capacidade de enfrentamento e adaptação (IPCC, 2014). Diferentes circunstâncias podem dar origem a diferentes formas de vulnerabilidade, sejam elas socioeconômicas, sociais, ambientais ou institucionais, e podem contribuir para o status de "aprisionado" de determinadas populações.

---

8. O Foresight Report (2011) trouxe à tona o conceito de "populações aprisionadas" e descreve uma situação em que "aqueles com menor riqueza ou capital enfrentam um conjunto duplo de riscos decorrentes de futuras mudanças ambientais: seu nível reduzido de capital significa que eles são incapazes de se afastar de situações de ameaças ambientais crescentes; no entanto, ao mesmo tempo, essa mesma falta de capital os torna ainda mais vulneráveis às mudanças ambientais". Outras interpretações também são possíveis, como, por exemplo, uma situação em que certos membros da família são deixados para trás quando outros migram, como costuma ser o caso de mulheres e crianças em Bangladesh (Islam e Shamsuddoha, 2017).



# Capítulo 1

## Introdução

## Contexto e justificativa

Nas últimas décadas, os cientistas alertaram o mundo de que os efeitos do aquecimento global e das mudanças climáticas seriam graves: tempestades intensificadas, aumento das enchentes, secas desastrosas e fome, perda da biodiversidade marinha e terras que desaparecem debaixo d'água. No entanto, só recentemente a comunidade internacional chamou a atenção para o fato de que a mudança climática não terá efeitos apenas sobre a própria Terra, mas também sobre a mobilidade humana (ECDPM, 2019).

Esses avisos do passado são a realidade de hoje, com milhões de pessoas deslocadas por desastres naturais todos os anos, tanto internamente quanto entre fronteiras. Os números só estão aumentando, com 23,7 milhões de deslocamentos internos ocorrendo em 2021 como resultado de desastres naturais (IDMC, 2022). Esse número aumentou para 32,6 milhões no ano seguinte (IDMC, 2023). Isso ilustra que os efeitos catastróficos da mudança climática não são mais emergências isoladas, mas se tornaram a nova norma global - uma realidade que só se intensifica a cada ano.

Embora haja uma literatura significativa sobre o nexo entre o deslocamento induzido pelo clima e outros direitos<sup>9</sup> - como o direito à residência legal no exterior -, há poucas informações sobre as ligações específicas entre as mudanças climáticas, o deslocamento e o direito à educação.

Em uma perspectiva de aprendizagem ao longo da vida, o direito à educação é um direito humano de todas as pessoas, sem discriminação. Embora a proteção do direito à educação para determinados grupos vulneráveis e marginalizados - como refugiados, comunidades indígenas, entre outros - tenha sido muito discutida, o grupo específico de pessoas afetadas e deslocadas pelas mudanças climáticas foi amplamente ignorado.

Isso é fundamental, pois as crianças e os jovens estão entre os mais vulneráveis aos efeitos da mudança climática, e a interrupção de sua educação causada pela mudança climática pode ter consequências dramáticas de longo prazo para suas vidas. Os desastres relacionados ao clima levaram a 43,1 milhões de deslocamentos de crianças entre 2016 e 2021, o que representa aproximadamente 20.000 deslocamentos de crianças por dia (UNICEF 2023).

Atender às necessidades dessas populações é importante, pois elas também enfrentam barreiras significativas e específicas à educação, tais como

- Infraestrutura escolar destruída por enchentes e fechamento prolongado de escolas;
- Falta de professores e de pessoal educacional nas áreas anfitriãs para lidar com as altas taxas de alunos por professor devido à migração, mas também falta de professores forçados a deixar as áreas afetadas por desastres naturais;
- Barreiras linguísticas para pessoas deslocadas em outras regiões;
- Risco de abandono da atividade econômica após a pobreza induzida pelo clima; e
- Falta de direitos de residência legal para pessoas deslocadas internacionalmente, e até mesmo internamente em alguns casos, como resultado das mudanças climáticas.

9. Veja, por exemplo: Refugees International, "Climate, Migration, and Displacement - What are the Implications for Human Right Law?", 2020; Environmental Justice Foundation, "Protecting Climate Refugees - Securing international protection for climate refugees", última consulta em agosto de 2023; Council on Foreign Relations, "Climate Change Is Fueling Migration. Do Climate Migrants Have Legal Protections?", 2022.

As barreiras à educação enfrentadas pelas pessoas deslocadas pelo clima estão afetando uma parcela maior da população global a cada ano. De fato, embora as pesquisas mostrem que a mudança climática está aumentando a frequência e a intensidade dos desastres, os deslocados pela mudança climática não se limitam àqueles imediatamente deslocados por desastres que ocorrem há séculos. Um número cada vez maior de populações também está sendo deslocado pelas consequências de longo prazo da mudança climática, como perda de território (ou seja, aumento do nível do mar); falta de alimentos e água (ou seja, desertificação); e perda de meios de subsistência (ou seja, secas e inundações destruindo a agricultura; branqueamento de corais afetando o turismo).

Portanto, para realizar plenamente o ODS 4 e proteger e cumprir o direito à educação para todos, é fundamental garantir que essa população crescente, mas politicamente invisível, possa continuar a ter acesso à educação de qualidade, independentemente de onde se encontre.

## Entendendo o problema em questão

Os meandros do nexo entre o direito à educação e o deslocamento climático foram explorados em profundidade pela primeira vez no documento de política da UNESCO intitulado "O impacto do deslocamento climático no direito à educação" (UNESCO 2020), que é explicado com mais detalhes no Capítulo 2. Para facilitar a consulta, apresentamos abaixo um resumo das principais conclusões do referido documento de política:

### O que é deslocamento climático?

Os efeitos das mudanças climáticas vão muito além do aquecimento global e do aumento da temperatura do mar. Eles envolvem eventos climáticos de início rápido, como a intensificação das monções, inundações, secas e incêndios florestais, bem como mudanças ambientais de início lento, como o aumento do nível do mar e a desertificação. Esses eventos climáticos forçam as pessoas a migrar – seja para um novo local em seu próprio país (deslocamento interno) ou migração transfronteiriça (deslocamento internacional). Independentemente de as populações serem deslocadas repentinamente devido a um evento extremo ou estarem passando por uma realocação planejada, o deslocamento climático implica a migração em massa de populações afetadas pela mudança climática, deixando à força suas casas que se tornaram inabitáveis.

### Quem está e estará em maior risco de ser deslocado?

A mudança climática não afeta a todos igualmente; populações de determinadas localizações geográficas, profissões, status socioeconômico, gênero e idade estarão mais propensas ao deslocamento climático do que outras. Certas regiões geográficas, como a região da Ásia-Pacífico, há muito tempo enfrentam os desafios do aumento dos riscos naturais (enchentes, monções, ilhas que desaparecem lentamente). Além disso, as populações cujos meios de subsistência dependem da produtividade agrícola correm um risco maior. Do ponto de vista socioeconômico, os mais pobres entre os pobres enfrentam os riscos mais graves vulnerabilidades, pois não têm os recursos financeiros que lhes permitiriam migrar legalmente para áreas mais seguras, o que às vezes os torna uma população encurralada.

Aproximadamente 80% dos indivíduos deslocados pelos impactos da mudança climática são mulheres (OHCHR, 2022), o que ressalta sua maior vulnerabilidade diante das perturbações ambientais.

De fato, em muitos países de baixa e média renda, as mulheres desempenham um papel crucial na agricultura, um setor severamente afetado pela crise climática e, muitas vezes, são as principais responsáveis pela subsistência de suas famílias. Quando a mudança climática interrompe os sistemas agrícolas, as mulheres se veem incapazes de sustentar suas famílias, forçando-as a buscar meios alternativos de sobrevivência, muitas vezes mudando-se. Além disso, o aumento da frequência e da intensidade dos fenômenos meteorológicos levou milhões de pessoas à insegurança alimentar, sendo que as mulheres grávidas estão entre as mais afetadas pela desnutrição. Além disso, a mudança climática tem desempenhado um papel importante na proliferação de doenças transmitidas por vetores de doenças como a malária, colocando ainda mais em risco a saúde das mães (UNHCR, 2022b). Deve-se considerar também que o número de mulheres deslocadas pelas mudanças climáticas não inclui as mulheres cuja capacidade de se deslocar é prejudicada por normas sociais ou culturais que as impedem de tomar tal decisão sem o consentimento de uma figura masculina (IOM, 2023b)

É inegável que as crianças também estão entre as mais vulneráveis ao deslocamento climático, pois enfrentam uma combinação perigosa de fatores que as expõem de forma desproporcional. Estatísticas alarmantes revelam que cerca de meio bilhão de crianças vivem em áreas propensas a inundações frequentes e graves, enquanto quase 160 milhões de crianças vivem em áreas que enfrentam níveis altos ou extremamente altos de seca (IOM, 2023a). Essa exposição as torna vulneráveis às consequências devastadoras de eventos climáticos extremos, especialmente o risco de deslocamento. A alta probabilidade de as crianças serem deslocadas também pode ser explicada pelo fato de que, quando as mulheres são forçadas a migrar, elas geralmente levam seus filhos com elas, pois são social e culturalmente consideradas responsáveis pela casa e pelas crianças. Entre 2016 e 2021, o Centro de Monitoramento de Deslocamento Interno informou que 43,1 milhões de crianças foram deslocadas internamente devido a desastres relacionados ao clima. Esse número é significativo, pois constitui uma parte substancial do total de 135 milhões de deslocamentos internos registrados globalmente durante esse período. Em média, isso significa que aproximadamente 20.000 crianças foram deslocadas diariamente (UNICEF, 2023)

## Quais são os modelos internacionais aplicáveis de direitos humanos?

A legislação internacional de direitos humanos oferece um grande conjunto de disposições e obrigações para que os Estados protejam e cumpram o direito à educação, começando pelo Artigo 26 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que estabelece que "toda pessoa tem direito à educação". Outras normas e convenções - como a Convenção contra a Discriminação na Educação, de 1960 - consagram o direito à igualdade de oportunidades e de tratamento na educação, inclusive para estrangeiros, a obrigação de oferecer educação primária gratuita e obrigatória, de tornar a educação secundária e superior igualmente acessível a todos e muito mais.

Há também um conjunto crescente de políticas internacionais<sup>10</sup> que conclamam os Estados a oferecer determinados direitos aos deslocados, principalmente: o fortalecimento da resiliência dos sistemas educacionais nos países afetados pelas mudanças climáticas, a exigência de maior preparo, solidariedade e responsabilidade para responder ao deslocamento climático e a facilitação da migração ordenada, segura, regular e responsável.

10. Acordo de Paris (2015), Iniciativa Nansen (2015), Declaração de Nova York (2016), Declaração de Princípios Éticos da UNESCO em relação às Mudanças Climáticas (2017), Pacto Global para Migração (2018)

No entanto, o ponto crucial da interação entre o deslocamento climático e o direito à educação é que, embora as pessoas deslocadas pelo clima tenham o mesmo direito à educação que qualquer outra pessoa, elas não têm nenhum direito específico, de acordo com o direito internacional, de entrar ou permanecer em outro Estado; de acordo com a Convenção sobre Refugiados de 1951, as pessoas deslocadas pela mudança climática não se enquadram na definição legal de um "refugiado" e, portanto, não têm garantia de residência legal no exterior. Se a obtenção do direito legal de simplesmente migrar internacionalmente é incerta, a proteção e o cumprimento de seu direito à educação no país de destino são ainda mais precários. Com isso em mente, ficam claras as inúmeras barreiras ao direito à educação para pessoas deslocadas pelo clima.

### **Quais são as dimensões do deslocamento climático e seus impactos esperados na educação?**

Embora seus motivos para migrar possam ser diferentes, as pessoas deslocadas pelo clima enfrentam barreiras ao direito à educação semelhantes às dos refugiados. As pessoas deslocadas pelo clima geralmente vivem na pobreza e já são altamente vulneráveis. Quando forçadas a deixar suas casas, essas pessoas podem se encontrar sem documentação oficial que comprove suas qualificações ou, em alguns casos, sua identidade. Após a migração, o governo pode colocá-las na educação fora do sistema formal, sem professores qualificados e procedimentos de exame certificados. Mesmo que consigam acessar o sistema de ensino, as barreiras culturais, linguísticas e tecnológicas geralmente levam as pessoas deslocadas pelo clima a desistirem. Independentemente disso, essa migração abrupta geralmente deixa os alunos enfrentando a xenofobia, a violência, a discriminação e o trauma do deslocamento - tudo isso impede o acesso de qualidade à educação continuada. O direito à educação de meninas e mulheres costuma ser afetado de forma desproporcional pela mudança climática, em especial por causa dos papéis sociais, responsabilidades e normas culturais existentes (por exemplo, se uma família está empobrecida em decorrência de um deslocamento induzido pela mudança climática e não tem os meios financeiros para mandar todos os seus filhos para a escola, ela costuma mandar os meninos para a escola enquanto as meninas ficam em casa para ajudar a cuidar da casa e do lar) (UNESCO, 2023c).

Além disso, no caso de migração circular (migração apenas durante determinadas estações devido a padrões climáticos anuais cíclicos), os pais podem hesitar em matricular seus filhos no sistema escolar local, sabendo que seu deslocamento é apenas temporário.

As pessoas deslocadas internacionalmente por causa do clima enfrentam outras complicações. Lembre-se de que essas pessoas não se enquadram na definição legal de "refugiado" de acordo com a legislação internacional e, portanto, não têm garantia de direito de residência no país receptor nem de acesso ao sistema educacional nacional.



## Capítulo 2

**Síntese do contexto e  
métodos de estudo**

A fim de criar evidências sobre as barreiras reais à educação que existem no local e desenvolver orientações para o direito à educação das pessoas deslocadas pelo clima, a UNESCO lançou em 2020 a Iniciativa - **"O impacto das mudanças climáticas e do deslocamento no direito à educação" - com três marcos principais:**

1. Um documento de política que contém uma análise da literatura e orientações gerais;
2. Estudos aprofundados de casos de países com coleta de dados empíricos em quatro regiões (Ásia-Pacífico, América Central e Caribe, Leste da África e Sudeste da Europa) e relatórios de síntese regional baseados nesses estudos de casos de países;
3. Esse relatório global contém orientações de políticas e práticas personalizadas para países de todo o mundo.

## Documento da política da UNESCO

Para lançar essa iniciativa, a UNESCO publicou um documento de política de trabalho em dezembro de 2020 para fornecer uma visão geral dos impactos esperados da mudança climática e do deslocamento no direito à educação, com base em uma revisão da literatura de pesquisas existentes. Ele apresenta um resumo de:

- A definição e o escopo do deslocamento climático;
- Quem será afetado;
- Leis internacionais de direitos humanos e outras estruturas relacionadas ao deslocamento climático e à educação; e
- As barreiras esperadas para a educação como resultado da mudança climática e do deslocamento, culminando em uma orientação preliminar para a ação.

Esse documento de política foi um marco, pois nenhuma pesquisa havia sido publicada sobre o nexo específico entre os impactos concretos do deslocamento climático e o direito à educação, analisado dentro da estrutura da lei internacional de direitos humanos.

## Estudos de caso aprofundados de países e relatórios de síntese regional

Embora o documento de política tenha sido um primeiro passo notável para chamar a atenção e o conhecimento para esse tópico, é importante que qualquer orientação de política desenvolvida seja respaldada por pesquisas e dados empíricos para confirmar os impactos esperados na educação, conforme postulado no documento de política.

Portanto, a UNESCO realizou uma série de estudos de casos de países em diferentes regiões do mundo, com as três etapas subsequentes a seguir:

- 1. Relatórios preliminares de antecedentes** baseados em uma análise documental;
- 2. Pesquisas aprofundadas e estudos de caso de países encomendados** regionalmente; e
- 3. Um relatório de síntese regional** para as regiões estudadas - analisando e resumindo as tendências regionais, os padrões convergentes e divergentes e a orientação de políticas em nível regional.

As regiões e os países estudados foram os seguintes:

- 1. Região da Ásia-Pacífico:** Bangladesh, Índia, Indonésia, Vietnã e Tuvalu;
- 2. A região da América Central e do Caribe:** Bahamas, Cuba, República Dominicana, Guatemala e Jamaica;
- 3. Região do sudeste europeu:** Bósnia e Herzegovina, Moldávia e Sérvia.

Simultaneamente, foram compilados relatórios de base para a região da África Oriental, com foco específico no Quênia, Somália e Uganda. A análise regional no anexo deste relatório global é baseada nesses relatórios.

Para todas as regiões, os países selecionados foram escolhidos com base em determinadas variáveis definidas, como

- Presença e gravidade dos impactos das mudanças climáticas;
- Evidências existentes de mobilidade humana induzida pelo clima;
- Quantidade de literatura prontamente disponível sobre os impactos das mudanças climáticas na mobilidade;
- Representatividade de outros países da região.

Como diferentes instituições de pesquisa ou pesquisadores independentes foram contratados para cada relatório de síntese regional - com o objetivo de selecionar a pesquisa mais bem informada, baseada localmente e personalizada - a metodologia e o desenho do estudo variaram ligeiramente de região para região. Todos os métodos de coleta de dados incluíram, entre outros, questionários, pesquisas, discussões em grupos de foco, consultas nacionais, entre outros.

Os alvos da coleta de dados variaram de indivíduos locais mais afetados pela mudança climática - entre os quais alguns já estavam deslocados - a funcionários dos Ministérios da Educação, pessoal da educação regional, especialistas em clima, especialistas em redução de risco de desastres (DRR) e outros.

Os relatórios de síntese regional, com resumos de estudos de caso de países em anexo, elaborados e publicados pela UNESCO estão disponíveis aqui:

- Relatório de síntese regional da Ásia-Pacífico (copublicado pelo Instituto Universitário das Nações Unidas para o Estudo Avançado da Sustentabilidade UNU-IAS)
- Relatório de síntese regional da América Central e do Caribe
- Relatório de síntese regional do Sudeste Europeu

## Relatório global

O objetivo final desta Iniciativa é fornecer orientação política global, garantindo que todos os afetados pelas mudanças climáticas tenham seu direito à educação garantido. Como ponto culminante desse projeto, este relatório global - elaborado a partir de relatórios iniciais de base, pesquisas regionais, estudos de caso de países individuais e, principalmente, relatórios-síntese regionais - busca:

- Analisar as principais tendências convergentes e divergentes entre as quatro regiões;
- Resumir os impactos mais comuns da mudança climática e do deslocamento climático sobre o direito à educação em nível global; e
- Fornecer orientação política global sobre como garantir o direito à educação em face das mudanças climáticas e do deslocamento, com exemplos promissores de práticas de implementação descritas nos estudos de caso dos países.

Para apoiar a análise comparativa e a orientação global, os resumos das conclusões de cada um dos quatro estudos regionais podem ser encontrados nos anexos. Para fins de consistência, todos os anexos estão estruturados da mesma maneira, examinando-os sucessivamente:

- Como a mudança climática está provocando o deslocamento na região estudada
- Padrões de deslocamento climático e barreiras associadas à educação
- Orientação de políticas para a região estudada

É importante observar que, além dos estudos de caso dos países e dos relatórios-síntese regionais, este relatório global também foi orientado e informado por um seminário internacional realizado virtualmente pela UNESCO em 24 de maio de 2022, que reuniu especialistas nacionais e internacionais, incluindo funcionários do governo, UNICEF, IDMC, IIEP, Anistia Internacional e Green Hope Foundation.<sup>11</sup> Da mesma forma, este relatório é informado pelas discussões de especialistas que ocorreram nos diferentes eventos regionais organizados em 2023 para marcar o lançamento dos relatórios-síntese regionais:

- Em 9 de maio de 2023, foi realizado um seminário virtual com foco no impacto das mudanças climáticas e do deslocamento sobre os direitos educacionais na região do sudeste europeu;
- O evento paralelo na 79ª Sessão da Comissão da UN ESCAP sobre "Mudanças climáticas e o direito à educação", realizado em 17 de maio de 2023; e
- Em 22 de junho de 2023, foi realizado um evento virtual para discutir os efeitos das mudanças climáticas e do deslocamento sobre os direitos educacionais na região da América Central e do Caribe.

Como mencionado acima, este relatório global é a etapa final da Iniciativa da UNESCO sobre "O impacto das mudanças climáticas e do deslocamento no direito à educação". Com o lançamento desse relatório, a UNESCO busca aumentar a conscientização e o comprometimento entre os representantes dos países para que levem essa questão em consideração, para que se inspirem nos exemplos de práticas promissoras e para que implementem a orientação política desse relatório de uma maneira específica ao contexto, que leve em conta as perspectivas de várias partes interessadas, por meio de uma abordagem baseada nos direitos humanos e na transformação de gênero.

---

11. O relatório oficial do seminário, incluindo as principais conclusões, pode ser encontrado aqui: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000381853>



## Capítulo 3

**Uma análise  
comparativa global**

As regiões da Ásia-Pacífico, da América Central e do Caribe, do Leste Africano e do Sudeste Europeu estão entre as mais vulneráveis do mundo em face das mudanças climáticas. Embora esteja claro, a partir da pesquisa regional realizada como parte da Iniciativa da UNESCO, que cada região experimenta diferentes padrões de deslocamento climático e diferentes barreiras associadas à educação, algumas **tendências e alguns desafios comuns** gerais parecem emergir e estão presentes na maioria dos países de todas as regiões, principalmente os seguintes:

### Desastres de início repentino e rupturas escolares

Todos os países estudados, independentemente da frequência ou intensidade, sofrem com desastres de início repentino, seja na forma de ciclones, monções, furacões, enchentes ou deslizamentos de terra. Todos os países estudados documentaram casos de escolas danificadas ou destruídas por desastres de início repentino, o que levou a interrupções na educação. Além disso, a maioria desses países usa as escolas como abrigos de emergência, o que pode atrasar a reabertura das escolas para o ensino regular e, portanto, ter um impacto sobre o direito à educação e, em particular, sobre a continuidade do aprendizado.

### Barreiras econômicas, papel do setor agrícola e risco de insegurança alimentar

Os países com uma parcela significativa de sua população trabalhando na agricultura estão mais expostos à insegurança alimentar e à desnutrição causadas pela seca, criando obstáculos ao acesso à educação. Esses obstáculos podem ser tanto econômicos - quando as famílias que trabalham na agricultura perdem seus meios de subsistência, impedindo-as de pagar os custos associados à educação e/ou fazendo com que enviem seus filhos para trabalhar para sustentar a família em detrimento de enviá-los à escola - quanto físicos, se os alunos não estiverem em condições físicas de frequentar as aulas ou assimilar o aprendizado adequadamente. Isso é exemplificado por países como a Guatemala, que enfrenta graves problemas de desnutrição devido à fome induzida pela seca.

Os países cuja segurança alimentar depende de outros países e de importações, devido à sua própria incapacidade de produzir alimentos, podem ser considerados como tendo baixa resiliência aos efeitos da mudança climática, pois serão privados de alimentos se os países exportadores forem afetados pelos efeitos da mudança climática. Regiões como o Sudeste Europeu, com alto PIB, forte segurança alimentar e capacidade de importar alimentos, estão bem equipadas para mitigar a insegurança alimentar relacionada ao clima, limitando assim o impacto na educação. No entanto, essas regiões ainda têm uma porcentagem moderada da população vivendo na pobreza, o que diminui a capacidade financeira das famílias para se adaptarem aos danos dos desastres climáticos na educação, mas também em outros aspectos de suas vidas, o que pode acabar se tornando uma barreira financeira para a educação.

Embora esses índices de pobreza já existam há algum tempo, os estudos regionais mostraram que a mudança climática - especialmente para os trabalhadores dos setores agrícola e turístico - tem um grande potencial para aumentar a pobreza devido aos danos às plantações e à pecuária, às colheitas fracassadas e à destruição da infraestrutura.

## Barreiras linguísticas

Os estudos de todas as regiões mostraram que as populações já vulneráveis são as que têm maior probabilidade de serem afetadas e deslocadas pelas mudanças climáticas, principalmente as populações indígenas e as minorias. As evidências demonstraram que quando essas populações altamente vulneráveis são deslocadas - não apenas internacionalmente, mas também internamente, de uma região ou distrito para outro - as barreiras linguísticas desempenham um papel significativo no acesso e no sucesso educacional. Isso é especialmente verdadeiro na Guatemala, na República Dominicana, no Vietnã, na Índia (principalmente para migrantes de Bangladesh), nas Bahamas (para migrantes haitianos) e para as populações ciganas deslocadas no sudeste da Europa. A Indonésia é um exemplo notável de desafios linguísticos ligados ao deslocamento. Por ser um dos países com maior diversidade linguística do mundo, com mais de 700 idiomas e dialetos, até mesmo um deslocamento interno de curta distância pode interromper o acesso à educação no idioma nativo do aluno. Em contrapartida, países como as Bahamas, Cuba, a República Dominicana e a Jamaica têm principalmente um idioma dominante, portanto, esse problema é menos pronunciado. No entanto, surgem desafios, como quando os haitianos que falam francês se mudam para países vizinhos, como a República Dominicana ou as Bahamas. Para essas pessoas, a adaptação à escola em inglês ou espanhol pode representar um obstáculo significativo e, portanto, limitar a realização plena do direito à educação.

## Urbanização e capacidade escolar limitada

A mudança climática não é o único fator que lidera o movimento rural-urbano nos países estudados, mas certamente contribui à medida que os meios de subsistência da população rural se tornam mais insustentáveis. Dado o grande fluxo de migrantes rurais para os centros urbanos, especialmente em Bangladesh, República Dominicana, Guatemala, República da Moldávia, Somália, Tuvalu e Vietnã, as escolas podem não ter a capacidade de oferecer educação de qualidade e acesso a todos os alunos necessitados, nem professores suficientes treinados especificamente para oferecer apoio psicológico e acadêmico aos alunos que passaram por dificuldades climáticas e eventos traumáticos.

## Falta de políticas e de respostas coordenadas

Com exceção de Bangladesh, nenhum dos países estudados tinha uma política - seja ela incluída na política educacional ou na política de redução de risco de desastres - que enfocasse específica e explicitamente o direito à educação para pessoas deslocadas devido às mudanças climáticas.

Notavelmente, Bangladesh desenvolveu uma política para proteger vários direitos das pessoas deslocadas internamente devido às mudanças climáticas (CIIDP), na qual as CIIDPs têm seu direito à educação assegurado. Fora isso, no entanto, as regiões da Ásia-Pacífico e da América Central e Caribe têm uma Iniciativa Escolas Seguras, que inclui medidas para minimizar os danos às escolas causadas por enchentes, furacões e deslizamentos de terra. No entanto, essas medidas não necessariamente ajudarão a garantir a continuidade educacional após os desastres se os governos não identificarem ativamente espaços alternativos para serem usados como abrigos de emergência.

No sudeste da Europa, a falta de políticas e respostas coordenadas talvez seja mais evidente na Bósnia e Herzegovina e na República da Moldávia, países que operam sob um sistema de governança fraturado e descentralizado e nos quais as respostas ocorrem, em grande parte, apenas em nível local.

## A barreira legal e política

De modo mais geral, o conceito de deslocamento climático permanece invisível na política nacional em todas as regiões. Fora de Bangladesh, a única exceção é Cuba, que é o único Estado estudado que reconhece os desastres naturais como motivo para conceder status de refugiado. A Convenção de Kampala - para os signatários africanos - inclui desastres naturais ou causados pelo homem como motivo para qualificar legalmente uma pessoa como deslocada interna; no entanto, a Convenção não garante o direito à educação para os deslocados internos. A Bósnia e Herzegovina tem uma definição legal de deslocados internos, mas essa definição exclui a mudança climática como motivo de expulsão do local de residência habitual, especificando que o deslocamento é resultado apenas do medo de perseguição ou de conflito real. Portanto, as pessoas que sofrem deslocamento climático não se enquadram na definição de IDPs nem em quaisquer políticas que possam ser dedicadas a essas populações. Ainda mais, a República da Moldávia não tem nenhuma definição legal de deslocados internos. Até que todos os Estados desenvolvam uma definição política ou legal de deslocamento climático, o desenvolvimento de ações direcionadas e de direitos legais para pessoas deslocadas pelo clima - inclusive o direito à educação - não será, por si só, suficiente para permitir a realização do direito à educação.

Além disso, devido ao tamanho da população, aos fatores socioeconômicos e demográficos, ao desenvolvimento econômico ou ao capital humano, os países estudados também enfrentam tendências e desafios regionais específicos:

## Risco de segundo deslocamento

Certas regiões, como o sudeste da Europa, enfrentam barreiras únicas à educação, principalmente o risco de deslocamento secundário. Esse risco surge devido ao alto número de deslocados internos de conflitos anteriores e fluxos migratórios contínuos. Essas populações, já em situação precária, enfrentam o risco adicional de serem deslocadas uma segunda vez, o que afeta a continuidade educacional.

## Barreiras culturais, pastoreio nômade

Em algumas regiões, as práticas culturais, como o pastoreio nômade na África Oriental, agravam as barreiras educacionais. Os pastores nômades, que, juntamente com suas famílias e filhos, se deslocam constantemente com seus rebanhos, enfrentam desafios para manter a consistência educacional, principalmente quando a mudança climática interrompe as rotas migratórias tradicionais. À medida que a seca e as terras de pastagem pioram, as crianças dessas comunidades correm um risco maior de interrupção da educação.

Concluindo, embora as vulnerabilidades regionais às mudanças climáticas e seus impactos na educação sejam diferentes, essas tendências e desafios comuns ressaltam a necessidade de estratégias direcionadas e de cooperação internacional para garantir o acesso contínuo à educação de qualidade para as pessoas deslocadas pelo clima.



## Capítulo 4

**Guia de política global  
e práticas promissoras**

Levando em conta as barreiras à educação - tanto as diversas barreiras mais presentes em determinadas áreas quanto as barreiras comuns vivenciadas em cada região -, apresentamos a seguir orientações de políticas, destinadas aos Estados Membros e aos formuladores de políticas em todo o mundo, que abrangem vários campos, desde a legislação e as políticas até o nível escolar, a colaboração e o financiamento entre setores. Essas orientações políticas visam melhorar a preparação e a resiliência dos sistemas educacionais para os efeitos da mudança climática e do deslocamento em todos os padrões, seja deslocamento temporário, migração permanente, deslocamento transfronteiriço ou realocação planejada.

Sempre que possível, cada indicador de política é sustentado por práticas promissoras identificadas por meio de estudos de casos nacionais realizados em cada região. Para cada indicador, estão incluídos trechos desses estudos regionais. Esses trechos mostram práticas promissoras, fornecendo exemplos de como as políticas sugeridas podem ser implementadas em nível nacional, especialmente em países que enfrentam mudanças climáticas e deslocamento.<sup>12</sup>

### Adoção de políticas e legislação abrangentes:

- **Desenvolver uma definição clara e legal de "IDP" na estrutura nacional, que inclua pessoas deslocadas pelo clima.** Se a legislação de fato definir "IDP", amplie a definição para incluir pessoas deslocadas, tanto temporária quanto permanentemente, pelas mudanças climáticas.
  - **Definição oficial em Bangladesh:** De acordo com a Estratégia Nacional de Gestão de Desastres e Deslocamentos Internos Induzidos pelo Clima, a definição de pessoas deslocadas internamente induzida é a seguinte: "Pessoas, grupos de pessoas, famílias ou uma comunidade inteira que foram forçadas ou obrigadas a fugir ou a deixar suas casas ou locais de residência habitual temporária ou permanentemente ou que foram evacuadas em decorrência de desastres causados por eventos e processos climáticos súbitos e lentos, e que não cruzaram uma fronteira estatal reconhecida internacionalmente" (Ministério de Gerenciamento de Desastres e Assistência, 2015). Essa definição abrangente permite que o governo crie uma estratégia voltada para essa população excepcionalmente vulnerável e a torna visível aos olhos do governo.
- **Criar uma iniciativa política,** juntamente com o apoio necessário da equipe do governo, que seja **dedicada especificamente a defender os direitos fundamentais das IDPs, inclusive o direito à educação.** Essa política deve ser separada das iniciativas de ajuda aos refugiados para que as IDPs tenham uma voz clara.
  - **Estratégia Nacional de Gestão de Desastres e Deslocamento Interno Induzido pelo Clima (NSMDCIID) 2015, Bangladesh:** Em 2015, reconhecendo a necessidade de atender às demandas específicas e singulares das pessoas deslocadas pelas mudanças climáticas em Bangladesh, o governo adotou o NSMDCIID 2015 para estabelecer um plano abrangente e realista para o quadro de mudança climática baseada em direitos que respeite, proteja e garanta os direitos das pessoas deslocadas internamente devido ao clima (CIIDPs) em diferentes estágios de deslocamento. O parágrafo 2.2.7 especificamente "Assegura os direitos à educação dos CIIDPs, especialmente de crianças e jovens. Não será negado o acesso a uma escola a nenhum aluno das PIDICs com base no fato de

12. Embora algumas práticas tenham sido selecionadas aqui para dar exemplos concretos, outras estão disponíveis nos anexos.

que ele não tem registros escolares (as crianças podem ser testadas para determinar sua elegibilidade para a série adequada)" (Ministério de Gerenciamento de Desastres e Assistência, 2015). Esse é o único exemplo encontrado nos países estudados em que uma política protege especificamente o direito à educação de pessoas deslocadas pelo clima e pode servir de modelo para outras iniciativas de políticas nacionais.

- **Estabelecer uma definição clara de refugiados climáticos na estrutura nacional** e uma estrutura juridicamente vinculativa para garantir o acesso das CDPs à educação em pé de igualdade com os refugiados.
  - A inclusão de desastres naturais na política de migração de Cuba: De forma bastante excepcional, Cuba é o único país estudado nas Américas que considera os desastres naturais como motivo para o reconhecimento do status de refugiado em nível nacional. De acordo com o Art. 80, D-5 (b) do Regulamento da Lei de Migração de 1978, Cuba entende os "refugiados" como parte da categoria "residente temporário". Portanto, uma condicionalidade temporária é explicitamente estabelecida. O termo refugiado é definido como "aqueles estrangeiros e pessoas sem cidadania cuja entrada é permitida no território nacional, porque tiveram que fugir de seu país devido a um desastre social/calamidade, conflito armado, cataclismo ou outros fenômenos naturais e que permanecerão temporariamente em Cuba na medida em que as condições normais em seu país de origem sejam restabelecidas". Essa subclassificação de migração foi usada para ajudar os refugiados haitianos que buscaram asilo em Cuba entre 1991 e 1994 (ACNUR, n.d.). No entanto, é menos claro como essa categorização pode ser usada para as CDPs afetadas por desastres climáticos de início lento e para proteger as CDPs em longo prazo. Apesar da falta de dados sobre como ela foi implementada até o momento, essa categorização é uma proposta interessante que deve ser colocada em prática e usada como um exemplo promissor.
- **Nas próximas reformas da política educacional, inclua uma seção sobre educação em situações de emergência**, estabelecendo explicitamente um plano para a continuidade da educação alternativa pós-desastre que inclua pessoas deslocadas pelo clima.
- **Nas próximas reformas de DRR e DRM, inclua explicitamente a garantia de acesso à educação nos planos de resposta sistemática** com a mesma urgência que o fornecimento de alimentos, abrigo e saúde. Caso exista uma plataforma, um comitê ou um órgão governamental centralizado de coordenação de DRM/DRR/alterações climáticas, adicione um membro do Ministério da Educação como assento permanente.
  - **Mesas-redondas intersetoriais para a gestão de risco de desastres na República Dominicana:** A política de prevenção de riscos de desastres na República Dominicana tem incorporado de forma crescente a educação como foco principal, especialmente na expansão da educação da população sobre as mudanças climáticas e seus impactos, bem como sobre a prevenção de desastres e medidas de resposta como estratégias de mitigação. O Ministério da Educação faz parte do Conselho Nacional de Prevenção, Mitigação e Resposta a Desastres e do Comitê Técnico Nacional de Prevenção e Mitigação de Riscos. Essas são instâncias intersetoriais promissoras para promover o direito à educação das CDPs. Entretanto, até o momento, a participação do Ministério da Educação limita-se à incorporação de conteúdo educacional e não há menção à educação para as CDPs (UNESCO 2023b).

- **Desenvolver uma estratégia para usar a educação no combate ao tráfico** de pessoas em meio ao deslocamento temporário e à migração espontânea.
  - **Um grupo de crianças em Sundarbans, Índia:** A Save the Children Índia e parceiros locais trabalham para apoiar as crianças que abandonaram a escola devido ao deslocamento relacionado a mudanças climáticas em uma área visada por traficantes de pessoas. O grupo também oferece lições sobre como ficar de olho nos traficantes de pessoas. Se uma pessoa desconhecida entrar na aldeia, eles confrontam um possível traficante para descobrir por que ele está lá. Se o possível traficante parecer fora de lugar, elas denunciam o possível traficante ao professor, que entra em contato com as autoridades. Coletivamente, as crianças atuam como uma espécie de grupo de vigilância para seus colegas, entrando em contato com as famílias de outras crianças quando elas não aparecem para a escola e também observando se as crianças conversam com estranhos ou se saem de casa usando roupas novas, algo que não fariam a menos que estivessem deixando a aldeia/cidade, possivelmente com um traficante. Nos mais de 80 vilarejos onde o programa opera atualmente, as taxas de tráfico caíram quase a zero (UNESCO 2023a).
  
- **Assegurar que as comunidades realocadas estejam suficientemente próximas de seus antigos meios de subsistência ou criem oportunidades de subsistência** para evitar que a pobreza se torne uma barreira para a educação de seus filhos.
  - **Projeto "Uma casa, uma família de cada vez" em Bangladesh:** Em 2015, a Displacement Solutions (DS) e o parceiro local Young Power in Social Action (YPSA) identificaram uma série de parcelas de terra viáveis que são locais de realocação adequados para famílias deslocadas pelo clima em Sitakund, Bangladesh. Eles desenvolveram casas econômicas que fornecem todos os requisitos básicos para o deslocamento de famílias. As casas são equipadas com comodidades, incluindo uma cozinha e instalações para lavar roupas, um poço tubular para fornecer água potável e um sistema de aquecimento e energia solar para a casa. As casas são fornecidas sem nenhum custo para as famílias e legalmente mantidas em custódia pela YPSA para garantir que essas casas permaneçam permanentemente no setor de habitação social. A YPSA e outros parceiros oferecem apoio contínuo para oportunidades de subsistência, saúde e educação na área (UNESCO 2023a).
  
- **Priorizar respostas adequadas a grupos de alunos já vulneráveis**, como mulheres, crianças, jovens e minorias étnicas, religiosas e linguísticas.
  - **EmPower:** o EmPower no Vietnã será implementado de 2019 a 2022 em parceria com o Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural, o Ministério de Recursos Naturais e o Ministério de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente, Ministério do Trabalho, Inválidos e Assuntos Sociais, União de Mulheres do Vietnã e outros parceiros estratégicos para abordar a igualdade de gênero na mudança climática e na redução do risco de desastres. Seu objetivo é fortalecer o conhecimento, a capacidade e a liderança das ONGs de mulheres para que se engajem nos processos de mudança climática e RRD. Também promove o empreendedorismo feminino em energia renovável nas terras altas da região central (UNESCO 2023a).

## Aprimorar os sistemas educacionais e a infraestrutura

- **Preparar as escolas nas áreas receptoras para acomodar o influxo de CDPs após um desastre** por meio de maior capacidade estrutural e alocação de recursos com base em dados.
- **Identifique os prédios públicos, que não sejam escolas, a serem usados como abrigos de emergência** dedicados após inundações e desastres ou, se as escolas forem usadas como abrigos, identifique outras estruturas a serem usadas como escolas.
  - **Espaços alternativos de aprendizado em Cuba:** Após a passagem do furacão Matthew, o governo priorizou expressamente o retorno das crianças, incluindo as que foram deslocadas, à escola o mais rápido possível. Cuba tem se destacado de outras nações insulares, como a Jamaica e a República Dominicana, por seu sucesso em termos de reinício rápido das atividades escolares. Por exemplo, após a passagem do furacão Matthew, a grande maioria das escolas ainda intactas estava sendo usada como centros de evacuação e abrigos. Entretanto, outras infraestruturas, como abrigos para famílias e prédios institucionais, foram usadas como espaços alternativos de aprendizado para garantir a continuidade do aprendizado (UNESCO 2023b).
- **Simplificar os procedimentos administrativos para que as CDPs tenham acesso à educação**, principalmente por meio de requisitos flexíveis e excepcionais de registro e documentação.
  - **Sistema de zoneamento da Indonésia:** O objetivo do sistema de zoneamento da Indonésia é equiparar a qualidade das escolas públicas, reduzir o tempo e o custo do transporte e eliminar a dicotomia entre escolas desejáveis e menos desejáveis. De acordo com essa regulamentação, as escolas públicas são obrigadas a aceitar pelo menos 5% dos alunos em potencial que possam ser transferidos durante o ano letivo devido à mudança de residência ou a um "desastre natural/social". Na prática, porém, o registro de famílias em uma nova residência após a migração e a transferência de crianças deslocadas internamente para uma nova escola costumam ser processos complicados e demorados. Além disso, os migrantes internos podem ser impedidos de ter acesso às escolas devido à distribuição desigual de escolas nas áreas para atender à demanda (UNESCO 2023a).
- **Melhorar a digitalização ou a simplificação dos registros acadêmicos** com o objetivo explícito de facilitar a reintegração das CDPs após os desastres.
  - **Programas de treinamento especial em tendas na Índia:** A Iniciativa do Cartão de Migração permite que os governos estaduais rastreiem a migração interestadual e intraestadual de crianças "que frequentam a escola". Com base nesses dados, as crianças migrantes intraestaduais são acomodadas e educadas em albergues sazonais em seus domicílios, enquanto as crianças migrantes interestaduais são cobertas pelos Tent Special Training Programmes em escolas temporárias próximas aos locais de trabalho dos pais. Além disso, alguns cartões registram o nível educacional das crianças e suas respectivas notas, o que permite que os alunos façam um exame de nivelamento em um nível adequado. A iniciativa resultou em uma redução significativa nas taxas gerais de evasão escolar para as classes de um a sete entre 2004-05 (18,79%) e 2012-13 (7,08%) (Gujarat Council of Elementary Education, 2013).

- **Priorizar a realocação de escolas** e professores para garantir o direito à educação das pessoas realocadas, bem como das comunidades nas áreas receptoras.
- **Criar um sistema de informações de gerenciamento educacional, com base em um número de identificação exclusivo**, para facilitar a reintegração dos alunos à escola em caso de deslocamento e usar **dados intersetoriais e de várias fontes para informar o planejamento educacional e a alocação de recursos de projetos** para o CDPS, bem como para escolas e alunos em áreas propensas a desastres.
  - **O Sistema de Informações de Gestão Educacional (EMIS) das Bahamas:** Espera-se que esse sistema seja um instrumento de planejamento inovador para o Ministério da Educação das Bahamas, vem sendo implementado progressivamente desde 2020. Ele apoiará a emissão de um número de identificação individual para cada aluno, facilitando sua matrícula na escola em tempos de deslocamento e/ou quando não tiverem acesso à documentação legal. O EMIS também fornecerá dados sobre a localização, a infraestrutura e os ativos da escola, facilitando a preparação e a resposta na ocorrência de desastres e o planejamento de longo prazo da resiliência da infraestrutura no setor educacional.
- **Criar um registro e um banco de dados de deslocados internos no país, com salvaguardas adequadas**, para identificar, rastrear e avaliar as necessidades de todos os deslocados internos à medida que sua situação evolui.
  - **Um registro de deslocados internos na Sérvia:** O Commissariat para Refugiados e Migração da República da Sérvia tem um mandato legal para, entre outras, as seguintes atividades: registro IDP, fornecimento de acomodação para eles em centros coletivos, bem como apoio humanitário para as pessoas deslocadas, individual ou coletivamente. Mais importante ainda, o Commissariat é responsável por estender a proteção total aos deslocados internos no exercício de seus direitos básicos e liberdades fundamentais. O Commissariat também é o órgão estatal distinto autorizado a realizar o registro de deslocados internos, além de gerenciar e transmitir dados relacionados à situação dos deslocados internos no país. Ele também serve como ponto focal que colabora diretamente com o ACNUR e, em conjunto com ele, publica relatórios sobre as necessidades das IDPs, usando as informações coletadas anteriormente, que são então refletidas no Registro especial de famílias vulneráveis de IDPs (Mkrtchyan, 2021).

## Empoderar comunidades afetadas por desastres

- **Considerar a possibilidade de criar um programa de rede de segurança social para as famílias deslocadas após desastres** - que podem ser identificadas caso seja criado um registro de deslocados internos - para garantir a capacidade financeira de pagar o transporte de ida e volta para a escola, refeições, livros, suprimentos e substituição de uniformes.
  - **Programas de redes de segurança social em Bangladesh:** Atualmente, mais de 200 programas de redes de segurança social estão sendo implementados em Bangladesh por diferentes Ministérios do governo. Esses programas têm como objetivo principal reduzir a vulnerabilidade dos setores pobres da comunidade. Muitos desses programas de rede de segurança apoiam os alunos que estão em dificuldades, como garantir a distribuição de refeições aos alunos necessitados por meio de um sistema de cupons e parcerias com fornecedores locais de alimentos. O sistema foi prolongado e desenvolvido como uma

resposta ao fechamento de escolas no contexto da COVID-19. Os governos também forneceram alimentos e apoio financeiro por alguns meses no âmbito de programas de rede de segurança social para pessoas deslocadas que foram colocadas em abrigos do governo ou em terrenos baldios (UNESCO 2023a).

- **Usar as escolas como ponto de partida para criar redes de proteção social para as crianças e desenvolver a resiliência da comunidade por meio da educação e do treinamento.**
  - **Espaços acolhedores para crianças nas Bahamas:** Do ponto de vista da saúde mental, a criação de Espaços Amigáveis para Crianças nas Bahamas demonstrou seu potencial para ser uma solução adaptativa e econômica para melhorar a habilidade de estudantes deslocados para se adaptar e se integrar em contexto de adversidade e trauma, enquanto evita interrupções prolongadas nos serviços educacionais. O Child Friendly Spaces funcionou de forma participativa, onde foi possível oferecer jogos, recreação, educação, saúde e apoio psicossocial integrados, ajudando os alunos a superar o estresse emocional e protegendo-os contra danos físicos, abuso, violência e exploração. Os programas da Goodness Tour, que ministrou aulas de arte, composição e produção de filmes em abrigos em Nassau após o furacão Dorian, foram uma excelente maneira de envolver as crianças (The Goodness Tour, 2020; UNESCO, 2023b).

## Fortalecer a resiliência educacional e o letramento climático

- **Aproveitar pedagogias alternativas e abordagens de ensino a distância** desenvolvidas globalmente em resposta à pandemia da COVID-19 para garantir a continuidade do aprendizado quando as escolas estiverem inacessíveis após desastres.
  - **A Escola Virtual das Bahamas:** Durante o furacão Dorian, esse programa permitiu que os alunos do ensino médio com acesso a computadores e à Internet frequentassem aulas virtuais com alunos de outras partes do país. Esse programa não só mostra as potencialidades do ensino virtual para atender às necessidades das CDPs, mas também que a preparação de materiais de ensino a distância antes do deslocamento e da migração pode aumentar a resiliência dos sistemas educacionais antes dos desastres. O acesso a novos conteúdos de aprendizagem e métodos de ensino por meio da educação virtual em tempo integral nas Bahamas envolveu aproximadamente 171 alunos do ensino médio (UNESCO, 2023b).
  - **Educação pela TV em Cuba:** Cuba tem feito esforços significativos para garantir a continuidade educacional durante a pandemia da COVID-19, especialmente por meio da educação a distância, particularmente usando a televisão cubana (UNICEF, 2021). Favorecer a educação pela televisão em detrimento da educação pela Internet tem a ver com o reconhecimento de que há um baixo nível de cobertura do uso da Internet no país. Embora não tenham sido desenvolvidas estratégias de educação remota que atendam diretamente às necessidades das CDPs, o sistema educacional de TV de Cuba oferece um aprendizado valioso para os países em que garantir o acesso à Internet pode ser uma barreira.

- **Aumentar o financiamento de programas de TVET para aprimorar e requalificar os trabalhadores agrícolas**, criando, em última análise, resiliência diante das mudanças climáticas, menos perdas de meios de subsistência causadas pelo clima e menos pobreza.
  - **Programa "Quédate" (Fique) na Guatemala:** para melhorar o acesso à educação da população vulnerável à migração irregular para os Estados Unidos da América, em 2016, a Secretaria de Bem-Estar Social (Secretaría de Bienestar Social ou SBS), com o apoio do Ministério da Educação, implementou o Centro de Treinamento "Quédate". O objetivo é prevenir a migração irregular e apoiar adolescentes retornados por meio de treinamento técnico. Essa iniciativa opera centros de treinamento que oferecem educação formal e técnica gratuita para melhorar a empregabilidade dos beneficiários em suas regiões de origem e, portanto, evitar a perda de meios de subsistência causada pelo clima e o deslocamento subsequente associado (SBS, 2017). Embora atualmente não haja dados sobre a eficácia desse programa, trata-se de uma ideia promissora que deve ser implementada e replicada.
  
- **Aumentar o conhecimento das pessoas sobre mudanças climáticas entre as populações deslocadas e anfitriãs em particular (mas também de forma mais ampla entre todos os membros da sociedade)**, levando em conta o contexto cultural para permitir o envolvimento com a ação climática.
  - **Educação sobre deslocamento climático e seu enquadramento como um mecanismo de adaptação em Cuba:** Uma vantagem importante do modelo cubano de prevenção e redução do risco de xenofobia e violência contra as CDPs está relacionado à ampla educação ambiental da população e à conscientização sobre os riscos do deslocamento ambiental, o que leva a uma maior aceitação e empatia. O caso de Cuba também oferece uma abordagem valiosa para entender o deslocamento climático não apenas como um efeito negativo da mudança climática, mas também como um mecanismo de adaptação que pode melhorar a vida das populações em risco. Essa visão foi incluída na política climática cubana Tarea Vida, especialmente em seu programa de realocação antecipada de comunidades costeiras (UNESCO, 2023b).
  
  - **Medidas legais e políticas sobre educação e deslocamento relacionados à mudança climática no Quênia e em Uganda:** A estratégia decenal de aprendizado sobre mudanças climáticas do Quênia (2021) uma forte ênfase no conhecimento e no desenvolvimento de capacidades em toda a sociedade, com foco especial nas instituições educacionais. O principal objetivo do setor educacional é melhorar a compreensão, a interpretação e a aplicação prática das mudanças climáticas entre alunos, professores, instrutores e facilitadores até 2030. As principais ações incluem a integração da mudança climática em todos os níveis de educação, o aprimoramento da capacidade dos professores, a criação de materiais didáticos relevantes, o uso da educação não formal e a promoção da colaboração entre a pesquisa e o setor para o letramento climático (OHCHR, 2021). Por outro lado, a Lei Nacional de Mudanças Climáticas de Uganda, aprovada em 2021, reconhece a importância de educar as agências governamentais e o público em geral sobre as questões de mudanças climáticas. Além de integrar a mudança climática nos currículos escolares, a lei é interessante porque incentiva esforços colaborativos entre departamentos governamentais, agências líderes, indivíduos e entidades privadas para melhorar a educação sobre a mudança climática e os programas de conscientização

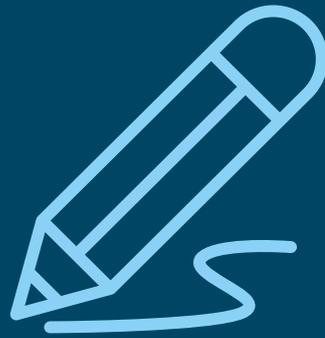
sobre o clima. Ele também capacita os comitês do governo local a realizar campanhas de educação e conscientização em suas áreas, disseminando o conhecimento sobre o clima e as estratégias de mitigação até mesmo nas áreas mais remotas (Republic of Uganda, 2021).

- **Integrar uma Educação para o Desenvolvimento Sustentável abrangente ao currículo, à pedagogia e ao treinamento de professores**, adaptada à situação específica e às características socioeconômicas de cada país e elaborada com a participação dos jovens, para que os alunos possam se tornar parte ativa da solução para mitigar e combater os efeitos das mudanças climáticas.
  - **Treinamentos e sensibilização sobre DRR para estudantes na Bósnia e Herzegovina:** A "Lei de 2003 sobre proteção e resgate de pessoas e bens materiais de acidentes naturais e de desastres naturais e outros desastres" reserva o direito das crianças das escolas primárias receberem sua primeira exposição à RRD e aos conceitos relacionados. Além disso, a Lei de 2012 sobre Resgate e Proteção em Situações de Emergência prioriza treinamentos de RRD para cidadãos no sentido coletivo, com uma referência especial aos níveis de educação primária e secundária.
- **Criar mecanismos para apoiar financeiramente os professores em regiões com CDPs, bem como considerar o apoio de voluntários ou professores contratados** como soluções temporárias para atender às necessidades educacionais das CDPs.
  - **Sarva Shiksha Abhiyan (Educação para Todos) na Índia:** As intervenções apresentadas pelo Sarva Shiksha Abhiyan podem ser usadas para superar os desafios linguísticos e culturais que as CDPs enfrentam. O Sarva Shiksha Abhiyan, juntamente com o Rashtriya Madhyamik Shiksha Abhiyan (RMSA), estabelece provisões para albergues sazonais em vilarejos de origem e escolas nos locais de destino, além de envolver voluntários professores. Com esse esquema, foram criados internatos sazonais para crianças migrantes, que também podem ser usados para apoiar os CDPs. O Sarva Shiksha Abhiyan oferece voluntários que ensinam e falam a língua materna das crianças migrantes para combater as barreiras linguísticas enfrentadas pelas crianças (UNESCO, 2023a).
- Melhorar a preparação para atender às necessidades linguísticas da população deslocada pelo clima, por exemplo, preparando material educacional nos idiomas das CDPs esperadas.
  - **Projetos de suporte a idiomas na Índia:** O Projeto Roshni é uma iniciativa em nível estadual que pode ser um exemplo para a questão das diversas origens linguísticas e culturais de crianças CDP. Esse é um projeto piloto no distrito de Ernakulam, na Índia, para que crianças migrantes aprendam malaiala, inglês e hindu por meio da alternância de códigos como ferramenta de aprendizado, em aulas matinais de 90 minutos antes da escola. O Projeto Changathi também é a iniciativa em nível estadual implementada pela Missão de Alfabetização do Estado de Kerala. Esse programa de alfabetização teve como alvo as crianças migrantes para que aprendessem malayalam. Um livro didático especial chamado "Hamari Malayalam" foi publicado para esses alunos e centros de estudo em escolas, bibliotecas, locais de trabalho e abrigos de trabalhadores migrantes (UNESCO 2023a).

## Reforçar a cooperação internacional

- **Buscar acordos bilaterais ou multilaterais para migração com países parceiros** de ajuda com base nos princípios de responsabilidade equitativa e compartilhamento de ônus, por exemplo, concedendo o direito à educação para crianças e adultos em pé de igualdade com os cidadãos nacionais.
  - **Programa Acesso pelo Pacífico, da Nova Zelândia:** Considerando que a migração em massa devido aos efeitos da mudança climática pode ser iminente na região do Pacífico, a Nova Zelândia começou a implementar um esquema de cooperação multilateral e regional na forma do visto na categoria Acesso pelo Pacífico. Lançado em 2002, esse programa oferece a oportunidade de migração permanente e por tempo indeterminado para a Nova Zelândia para trabalhar, morar e estudar para residentes dos países de Kiribati, Tuvalu, Tonga e Fiji, que são alguns dos países das ilhas do Pacífico mais vulneráveis aos riscos das mudanças climáticas. Entretanto, esse programa tem algumas deficiências, pois há limitações quantitativas e qualitativas sobre quem pode migrar com esse visto: somente 75 tuvaluanos são aceitos a cada ano; eles devem saber ler, escrever e falar inglês e ter uma oferta de emprego com remuneração suficiente na Nova Zelândia (Immigration New Zealand, 2021).
  - **Tratado da União Falepili entre Austrália e Tuvalu:** A Austrália e Tuvalu estabeleceram de forma colaborativa um tratado bilateral com o objetivo de conceder direitos específicos na Austrália para indivíduos deslocados de Tuvalu por fatores relacionados ao clima. Formulado em 2023, esse acordo delineia um caminho distinto de mobilidade humana, permitindo que os cidadãos de Tuvalu residam, estudem e se envolvam em oportunidades de emprego na Austrália. Além disso, o tratado garante o acesso a serviços australianos essenciais, abrangendo educação, saúde, renda vital e apoio familiar, com o objetivo geral de preservar a dignidade das pessoas afetadas pelo deslocamento. Enfatizando a cooperação mútua, o tratado também incorpora o compromisso da Austrália de fornecer assistência a Tuvalu em resposta a desastres naturais significativos, conforme articulado pelo governo australiano em 2023. (Governo australiano, 2023A e 2023B).
- **Usar o financiamento de organizações e parceiros internacionais para aumentar a resiliência da infraestrutura física, como escolas,** por meio de reformas, garantindo que as novas escolas sejam construídas de acordo com os códigos de construção relevantes para resistir às ameaças climáticas e desenvolver políticas de zoneamento para a construção de escolas.
  - **A Estrutura Abrangente de Escola Segura (CSSF) na Indonésia e no Vietnã:** O governo do Vietnã adotou a CSSF como parte da Iniciativa Escolas Seguras da ASEAN (ASSI). O objetivo da ASSI é fornecer capacidade direta e apoio financeiro às escolas para que se preparem para eventos climáticos extremos e se tornem mais resistentes aos efeitos das mudanças climáticas. Uma ampla gama de atividades inclui a construção de um ambiente de aprendizado seguro para os alunos, treinamento para professores e equipes de educação e conscientização e capacitação de crianças sobre DRR e CCA. Da mesma forma, desde 2009, o governo da Indonésia tem mantido e monitorado as "escolas preparadas para desastres" em relação à CSSF, bem como implementado o currículo de DDR nessas escolas. Essa iniciativa foi posteriormente ampliada como "escolas seguras contra desastres" em 2015.

- O princípio "*Build Back Better*" na Sérvia e na Bósnia e Herzegovina: Por meio desse princípio, os dois países buscam aprimorar os requisitos de construção e modernizar a infraestrutura vital existente para torná-la mais resistente a desastres naturais. Ele propõe protocolos de construção e modernização à prova de desastres e materiais resistentes específicos. O princípio se baseia em uma abordagem de três vertentes, a saber: 1) "reconstruir mais forte", que visa a implantar estruturas mais resistentes; 2) "reconstruir mais rápido", que visa a reduzir a burocracia (sempre que possível) e usar vários arranjos (como contratos pré-aprovados) para facilitar a resposta de recuperação; 3) "reconstruir de forma mais inclusiva", que leva em conta as necessidades agudas das pessoas mais vulneráveis (que certamente também incluiriam as pessoas anteriormente deslocadas). É uma ideia promissora, mas ainda não há nenhum exemplo de sua aplicação em infraestruturas educacionais. Para confirmar seus benefícios, essa ideia precisa ser colocada em prática e os mecanismos de implementação necessários devem ser implementados.
- **Trabalhar com organizações internacionais, como a FAO e o WFP, para implementar a utilização de variedades de culturas resistentes a inundações e à seca**, em última análise diminuindo o risco de perdas de subsistência causadas pelo clima e de deslocamento de início lento.
  - **Plano Nacional de Adaptação para um setor agrícola mais resiliente na Somália:** O Plano Nacional de Adaptação da Somália estabelece uma série de ações importantes para o período 2021-2030 para fortalecer a resiliência da agricultura às mudanças climáticas. As principais iniciativas incluem a pesquisa de variedades resistentes à seca e a distribuição dessas variedades às comunidades agrícolas, o desenvolvimento de sistemas de irrigação, a promoção de um esquema de seguro baseado no clima, o investimento em serviços veterinários para combater doenças relacionadas ao clima, o gerenciamento sustentável de áreas de pastagem, a melhoria das infraestruturas e dos serviços pecuários e o acesso a serviços de informações agroclimáticas (UNFCCC, 2021). Essas ações não apenas protegem os meios de subsistência, mas também combatem a insegurança alimentar e a desnutrição, que é um grande avanço na luta contra os efeitos adversos da mudança climática e do deslocamento populacional na educação.
- **Desenvolver uma estratégia de financiamento abrangente e conjunta para criar um fundo para pessoas deslocadas pelo clima e seu direito à educação**, financiado pelo Ministério da Educação e pelos departamentos de redução e gerenciamento de riscos de desastres, além de alavancar parcerias privadas e doadores de ajuda internacional.
  - **Fundo de Sobrevivência de Tuvalu (TSF):** Perigos recorrentes e grandes desastres contribuem para a persistência de lacunas de financiamento para recuperação e reconstrução em muitas áreas. Em 2015, o Tuvalu foi atingido pelo ciclone tropical Pam (um ciclone de categoria 5) e perdeu mais de um terço do PIB do país na época (Tuvalu Coastal Adaptation Project, n.d.). Em resposta, o governo de Tuvalu criou o Tuvalu Survival Fund (TSF) em 2016 para financiar especificamente programas de mudança climática e responder rapidamente a desastres relacionados ao clima, como ciclones tropicais (IMF, 2018). Esse pode ser um exemplo para outras áreas propensas a desastres para apoiar populações aprisionadas em sua recuperação.



# Capítulo 5

**Conclusão e  
caminho futuro**

A mudança climática é um fenômeno sem fronteiras; seus efeitos estão sendo observados em todo o mundo, desde a Ásia-Pacífico até o Sudeste da Europa e em todas as regiões. No entanto, as quatro regiões estudadas no contexto deste relatório global estão certamente entre as mais afetadas e podem ser consideradas os "pontos quentes" da mudança climática mundial, com chuvas cada vez mais irregulares que levam a inundações mortais, intensificação de ciclones e furacões e secas que estão levando as pessoas a novos destinos dentro de seus países, como na Índia, e também além das fronteiras, como entre a Somália e o Quênia.

Embora os efeitos da mudança climática sejam semelhantes em todas as regiões, os padrões de deslocamento variam muito devido às características socioeconômicas e às atividades de trabalho específicas de cada região. Portanto, como os padrões de deslocamento são diferentes de região para região, o mesmo ocorre com as barreiras encontradas para a educação. Do risco de deslocamento secundário e interrupção da educação na Bósnia-Herzegovina, às mudanças no pastoreio nômade e à dificuldade de acesso à educação rural em Uganda, a barreiras linguísticas após o deslocamento na Guatemala, até barreiras administrativas para acessar escolas no Vietnã. Portanto, cada região e cada país encontram suas próprias restrições para realizar plenamente o ODS 4 em face das mudanças climáticas.

Apesar das diferenças regionais, dois grandes obstáculos à educação se destacam em todas as regiões:

- (1) As escolas e suas infraestruturas são frequentemente danificadas ou destruídas por eventos repentinos, como enchentes e ciclones/furacões.
- (2) Um desafio indireto, porém significativo, é a pressão econômica causada por problemas relacionados ao clima. À medida que as famílias perdem seus meios de subsistência devido às mudanças climáticas, elas enfrentam o aumento da pobreza. Isso geralmente leva a dificuldades com as taxas escolares e a uma maior probabilidade de os alunos abandonarem os estudos para ajudar a sustentar financeiramente suas famílias.

Nesse contexto, a orientação e as ações políticas devem levar em conta a governança, os dados e as evidências, a legislação e o financiamento, bem como a assistência, a cooperação e o monitoramento internacionais.

**Governança:** Para abordar tanto as barreiras comuns à educação quanto as especificidades regionais, é imperativo que as ações tomadas sejam intersetoriais e multifacetadas. Em particular, as partes interessadas e as ações tomadas nos campos da educação e da redução do risco de desastres não podem se dar ao luxo de permanecer em silos se quisermos realizar mudanças reais.

**Dados e evidências:** É necessário um processo legislativo e decisório baseado em evidências. Antes de cada país adotar medidas específicas para garantir o direito à educação em face da mudança climática em sua jurisdição, eles precisarão investir em iniciativas de dados e monitoramento para avaliar os padrões reais de deslocamento e as barreiras reais à educação de seus alunos em movimento para desenvolver planos de políticas personalizados.

**Legal:** Simultaneamente, os formuladores de políticas podem começar a implementar a orientação jurídica contida neste relatório global, notadamente criando ou expandindo uma definição de IDP que inclua os deslocados por eventos climáticos lentos e rápidos e, posteriormente, elaborando uma política voltada para o cumprimento dos direitos humanos dos IDPs - como a de Bangladesh.

**Financiamento:** Por fim, a implementação de iniciativas de dados e monitoramento, as mudanças na estrutura legislativa e a orientação de políticas em nível escolar para aumentar a resiliência serão inúteis sem um mecanismo de financiamento. Será de extrema importância que cada país desenvolva um mecanismo de financiamento interno e conjunto entre os departamentos de educação e de redução de riscos de desastres e, quando necessário, doadores de ajuda internacional.

**Assistência internacional, cooperação e monitoramento:** Os Estados que estão em posição de fornecer assistência internacional juntamente com os atores internacionais têm um papel importante no apoio aos esforços nacionais em termos de assistência financeira e técnica. Os mecanismos de financiamento existentes (como a Smart Education Financing Initiative, a Global Education First Initiative da ONU etc.) poderiam ser aproveitados para atender aos desafios relacionados à educação enfrentados pelas pessoas afetadas pelas mudanças climáticas. Além disso, as redes globais e regionais que tratam da educação no contexto de mudanças climáticas, deslocamento e emergências também devem ser fortalecidas e mobilizadas (como a Inter-agency Network for Education in Emergencies (INEE)). Por fim, mecanismos internacionais como o Comitê Diretor de Alto Nível do ODS4-Educação 2030 e os órgãos de monitoramento de direitos humanos da ONU poderiam levar em conta características e aspectos específicos em relação ao impacto das mudanças climáticas e do deslocamento no direito à educação em suas ações.

Por meio de dados e monitoramento, da construção de sistemas e infraestruturas educacionais resilientes, da efetivação de mudanças legais e políticas nos sistemas nacionais, da elaboração de iniciativas bilaterais e regionais para ajudar a garantir a residência legal para os deslocados internacionais, do trabalho conjunto por meio de esforços intersetoriais, do desenvolvimento de uma estratégia de financiamento com um fundo dedicado aos deslocados pelas mudanças climáticas e do aprimoramento da cooperação internacional, as nações de todo o mundo podem ajudar na busca do ODS 4 para todos: garantir o direito à educação em meio às mudanças climáticas e ao deslocamento climático.

A Cúpula Transformando a Educação, em 2022, ofereceu uma plataforma global para chamar a atenção para as necessidades de crianças, jovens e adultos deslocados pelas mudanças climáticas. A urgência em abordar a crise climática global foi refletida no resumo de política 10 da Nossa Agenda Comum sobre "Transformando a Educação", que exigiu uma resposta significativa do setor educacional. Nesse contexto, a Iniciativa da UNESCO sobre o impacto da mudança climática e do deslocamento no direito à educação apoia esses esforços e, por meio deste relatório, oferece orientação política que se baseia nas quatro áreas de ação da Greening Education Partnership (ecologização das escolas, ecologização do currículo, ecologização das capacidades dos professores e dos sistemas educacionais e ecologização das comunidades), que foi criada para contribuir com a transformação da educação ao abordar a crise climática e ambiental global.

Ao aproveitar os compromissos e as iniciativas políticas atuais e futuras de alto nível, como a Conferência das Partes (COP) periódica e a próxima Cúpula do Futuro, para colocar essa questão na agenda do governo, a eficácia das medidas tomadas para salvaguardar o direito à educação das populações afetadas pelo clima será significativamente aumentada.

Em um mundo onde o número de pessoas deslocadas pelo clima continua a crescer, é urgente e imperativo reconhecer explicitamente o direito fundamental à educação. A educação inclusiva e de qualidade deve ser reconhecida como uma tábua de salvação essencial para aqueles que estão escapando dos efeitos devastadores das mudanças climáticas e dos desastres naturais. Esses desafios não são abstratos, mas uma dura realidade que afeta desproporcionalmente as comunidades já vulneráveis. Garantir uma educação inclusiva e qualitativa é fundamental, pois as pessoas deslocadas, sejam elas jovens ou idosas, geralmente enfrentam barreiras consideráveis, incluindo discriminação, disparidades linguísticas e restrições financeiras. Ao oferecer uma educação que não seja apenas de alta qualidade, mas também culturalmente relevante, damos a essas pessoas os meios para reconstruir suas vidas e contribuir para o desenvolvimento sustentável da sociedade.

Iniciativa da UNESCO sobre a evolução do direito à educação dentro de uma perspectiva de aprendizagem ao longo da vida, que visa redefinir a estrutura dos direitos à educação como uma ferramenta poderosa para adaptação e resiliência em um mundo que está passando por grandes mudanças, inclusive ambientais, é um passo decisivo nessa direção. Na verdade, ela reconhece a natureza dinâmica da educação no contexto da mudança climática, juntamente com outras revisões da estrutura normativa que estão sendo exploradas no contexto dessa conversa global - como o fortalecimento dos direitos à aprendizagem ao longo da vida, a expansão da oferta de cuidados e educação na primeira infância, educação superior, educação digital e a incorporação dos direitos ao ensino da língua materna - e espera-se que todas elas também tenham impactos positivos para as populações afetadas e deslocadas pelo clima.

Em última análise, esse reconhecimento do direito à educação para as pessoas deslocadas pelo clima é uma questão de direitos humanos e de necessidade prática, oferecendo esperança de um futuro mais inclusivo e resiliente diante de um mundo cada vez mais incerto.

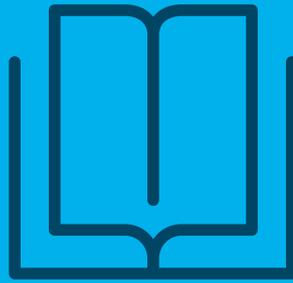
# Referências

- Governo australiano. União Falepili Austrália-Tuvalu. 2023A. <https://www.dfat.gov.au/geo/tuvalu/australia-tuvalu-falepili-union>
- Governo australiano. Tratado da União Austrália-Tuvalu Falepili. 2023B. <https://www.dfat.gov.au/geo/tuvalu/australia-tuvalu-falepili-union-treaty>
- Conselho de Relações Exteriores. A mudança climática está alimentando a migração. Os migrantes climáticos têm proteção legal? 2022. <https://www.cfr.org/in-brief/climate-change-fueling-migration-do-climate-migrants-have-legal-protections#:~:text=This%20more%20limited%20classification%20of,how%20to%20legally%20define%20them>
- ECDPM. Human mobility and climate change: migration and displacement in a warming world (Mobilidade humana e mudança climática: migração e deslocamento em um mundo em aquecimento). Centro de Relações África-Europa. 2019. <https://ecdpm.org/work/the-complex-link-between-climate-change-and-conflict-volume-8-issue-4-autumn-2019/human-mobility-and-climate-change-migration-and-displacement-in-a-warming-world#:~:text=Climate%20change%20is%20shaping%20human%20mobility,-Globally%2C%20the%20impacts&text=As%20the%20impacts%20of%20climate,some%20parts%20of%20the%20world>
- Fundação para a Justiça Ambiental. Protecting Climate Refugees - Garantindo proteção internacional para refugiados climáticos. Última consulta em agosto de 2023. [https://ejfoundation.org/what-we-do/climate/protecting-climate-refugees?gclid=Cj0KQCQiAq5meBhCyARIsAJrtdr73KtsDBVPiDFn-QRTN77-7wg6Er5AcFaJrY1fbj\\_8CaWLRuct8irEaAotlEA Lw\\_wcB](https://ejfoundation.org/what-we-do/climate/protecting-climate-refugees?gclid=Cj0KQCQiAq5meBhCyARIsAJrtdr73KtsDBVPiDFn-QRTN77-7wg6Er5AcFaJrY1fbj_8CaWLRuct8irEaAotlEA Lw_wcB)
- Conselho de Educação Básica de Gujarat. Relatório anual do Conselho de Educação Elementar de Gujarat (Sarva Shiksha Abhiyan) 2013-14. 2014
- CICV. Climate Change and Conflict (Mudança climática e conflito): Somali Herders. 2021. <https://www.icrc.org/en/document/somalia-herders-climate-change-conflict-crisis>
- IDMC. Disaster Displacement in Asia and the Pacific (Deslocamento por desastres na Ásia e no Pacífico). 2022. <https://www.internal-displacement.org/disaster-displacement-in-asia-and-the-pacific-2022>
- IDMC. Relatório Global sobre Deslocamento Interno 2023. 2023. [https://www.internal-displacement.org/sites/default/files/publications/documents/IDMC\\_GRID\\_2023\\_Global\\_Report\\_on\\_Internal\\_Displacement\\_LR.pdf](https://www.internal-displacement.org/sites/default/files/publications/documents/IDMC_GRID_2023_Global_Report_on_Internal_Displacement_LR.pdf)
- Imigração na Nova Zelândia. Visto de residente da categoria de acesso ao Pacífico. 2021. <https://www.immigration.govt.nz/new-zealand-visas/apply-for-a-visa/about-visa/pacific-access-category-resident-visa>
- Fundo Monetário Internacional (FMI). Tuvalu: 2018 Article IV consultation. 2018. <https://www.imf.org/en/Publications/CR/Issues/2018/07/05/Tuvalu-2018-Article-IV-Consultation-Press-Release-Staff-Report-and-Statement-by-the-46051>
- OIM. Children and Youth, Migration, Environment and Climate Change [Crianças e jovens, migração, meio ambiente e mudanças climáticas]. 2023a. <https://environmentalmigration.iom.int/children-and-youth-migration-environment-and-climate-change#:~:text=A%20significant%20number%20of%20these,or%20extremely%20high%20drought%20severity>
- OIM. Gênero, migração, meio ambiente e mudança climática. Consultado em 2023 (2023b). <https://environmentalmigration.iom.int/gender-migration-environment-and-climate-change>

- IPCC. Resumo para formuladores de políticas. Autores: Field, C.B., V.R. Barros, D.J. Dokken, K.J. Mach, M.D. Mastrandrea, T.E. Bilir, M. Chatterjee, K.L. Ebi, Y.O. Estrada, R.C. Genova, B. Girma, E.S. Kissel, A.N. Levy, S. MacCracken, P.R. Mastrandrea e L.L.White (eds.). 2014. *Climate Change 2014: Impacts, Adaptation, and Vulnerability (Impactos, adaptação e vulnerabilidade)*. Parte A: Global and Sectoral Aspects. Contribuição do Grupo de Trabalho II para o Quinto Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas. Cambridge University Press, Cambridge, Reino Unido e Nova York, NY, EUA, pp. 1-32.
- IPCC. The Concept of Risk in the IPCC Sixth Assessment Report (O conceito de risco no sexto relatório de avaliação do IPCC): A Summary of Cross-Working Group Discussions (Resumo das discussões entre grupos de trabalho). Autores: Reisinger, Andy, Mark Howden, Carolina Vera, et al. 2020. Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, Genebra, Suíça. pp15. Risk-guidance-FINAL\_15Feb2021.pdf (ipcc.ch)
- Islam, M. e Shamsuddoha, M. Socioeconomic consequences of climate induced human displacement and migration in Bangladesh (Consequências socioeconômicas do deslocamento humano e da migração induzidos pelo clima em Bangladesh). *International Sociology*, vol. 32, edição 3, pp. 277 - 298. 2017.
- Mahdawi, Arwa. Warning of unprecedented heatwaves as El Nino set to return in 2023 (Alerta de ondas de calor sem precedentes com o retorno do El Niño em 2023). *The Guardian*. 2023. <https://www.theguardian.com/environment/2023/jan/16/return-of-el-nino-will-cause-off-the-chart-temperature-rise-climate-crisis>
- Ministério de Gestão de Desastres e Assistência de Bangladesh. Estratégia Nacional de Gestão de Desastres e Deslocamento Interno Induzido pelo Clima. Novembro de 2015. <https://faolex.fao.org/docs/pdf/bgd168107.pdf>
- Mkrtchyan, Arsen. Climate Change, Natural Hazards, Migration, and the Right to Education in Southeast Europe [Mudança climática, riscos naturais, migração e direito à educação no sudeste da Europa]. Estudo encomendado pela UNESCO. 2021.
- OHCHR. República do Quênia - Submissões sobre o comentário geral sobre os direitos das crianças e o meio ambiente, com foco especial nas mudanças climáticas. 2021. <https://www.ohchr.org/sites/default/files/2021-12/kenya-2021-12-14.docx>
- OHCHR. Summary of recommendations from the OHCHR expert meeting on the slow onset effects of climate change and human rights protection for cross-border migrants (Resumo das recomendações da reunião de especialistas do OHCHR sobre os efeitos de início lento das mudanças climáticas e a proteção dos direitos humanos para migrantes transfronteiriços). Genebra, Suíça. 2017.
- Refugees International (Refugiados Internacionais). Climate, Migration, and Displacement - What are the Implications for Human Right Law ? 2020. [https://www.refugeesinternational.org/reports/2020/5/7/climate-migration-and-displacement-what-are-the-implications-for-human-rights-law?gclid=Cj0KCQiAq5meBhCyARIsAJrtDr4Bc793Z-i\\_kX8zguJ-50x8iZqWhSRa0JJ0L-cYuFqxngFq6uteB9gaApJhEALw\\_wcB](https://www.refugeesinternational.org/reports/2020/5/7/climate-migration-and-displacement-what-are-the-implications-for-human-rights-law?gclid=Cj0KCQiAq5meBhCyARIsAJrtDr4Bc793Z-i_kX8zguJ-50x8iZqWhSRa0JJ0L-cYuFqxngFq6uteB9gaApJhEALw_wcB)
- SBS. Centros de Formação Quédate. Gobierno de Guatemala. 2017. <https://www.sbs.gob.gt/centros-de-formacion-quedat>
- The Goodness Tour. The Goodness Tour Bahamas: Abaco Sisters A história de origem do primeiro passo. 02/05/2020 no Facebook. 2020. [on-line] Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=625314501594472>
- República de Uganda. Lei Nacional de Mudanças Climáticas. 2021. [uga208305.pdf \(fao.org\)](https://www.fao.org/docrep/012/y5800e/y5800e05.pdf)
- Tuvalu Coastal Adaptation Project (Projeto de Adaptação Costeira de Tuvalu). Climate change and Tuvalu. n.d. <https://tcap.tv/climate-change> UIS Statistics. <http://data.uis.unesco.org> n.d.
- PNUD. Adaptation policy frameworks for climate change: developing strategies, policies and measures. B. Lim, E. Spanger- Siegfried (eds.) Cambridge University Press, Cambridge, Reino Unido. 2004. F
- UNDRR. Gestão de risco de desastres. 2023A. <https://www.undrr.org/terminology/disaster-risk-management#:~:text=Disaster%20risk%20management%20is%20the,and%20reduction%20of%20disaster%20losses.>

- UNDRR. Disaster Risk Reduction (Redução do risco de desastres). 2023B. <https://www.undrr.org/terminology/disaster-risk-reduction> UNESCO. 39C/Resolução 86. Declaração de princípios éticos em relação às mudanças climáticas. 2018. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000260889.nameddest=86>
- UNESCO. Síntese regional da Ásia-Pacífico: mudanças climáticas, deslocamento e o direito à educação. 2023a. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000385187/PDF/385187eng.pdf.multi>
- UNESCO. Síntese regional da América Central e do Caribe: mudança climática, deslocamento e o direito à educação. 2023b. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000385183/PDF/385183eng.pdf.multi>
- UNESCO. South-Eastern Europe regional synthesis: climate change, displacement and the right to education (Síntese regional do Sudeste Europeu: mudança climática, deslocamento e direito à educação). 2023c. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000385287>
- UNESCO. The Impact of Climate Displacement on the Right to Education (No. 12; Working Papers on Education Policy). 2020. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000374966>
- UNESCO. Webinar: os impactos das mudanças climáticas e do deslocamento no direito à educação; relatório de síntese. 2022. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000381853>
- UNFCC. Contribuição Nacionalmente Determinada Atualizada - República Federal da Somália. 2021. Microsoft Word - NDC final atualizada para a Somália 2021.docx (unfccc.int)
- Assembleia Geral da ONU. Declaração de Nova York para Refugiados e Migrantes (A/RES/71/1). 2016. [https://www.un.org/en/development/desa/population/migration/generalassembly/docs/globalcompact/A\\_RES\\_71\\_1.pdf](https://www.un.org/en/development/desa/population/migration/generalassembly/docs/globalcompact/A_RES_71_1.pdf)
- Assembleia Geral da ONU. Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular "Pacto Global para Migração" (A/CONF.231/3). 2018a. [https://refugeesmigrants.un.org/sites/default/files/180713\\_agreed\\_outcome\\_global\\_compact\\_for\\_migration.pdf](https://refugeesmigrants.un.org/sites/default/files/180713_agreed_outcome_global_compact_for_migration.pdf)
- ACNUR. Boas Práticas. Protección de Refugiados en América Latina: Buenas Prácticas Legislativas. N.d. <https://www.acnur.org/buenas-practicas.html>
- ACNUR. Gênero, Deslocamento e Mudança Climática .2022b. <https://www.unhcr.org/fr-fr/en/media/gender-displacement-and-climate-change>
- UNICEF. Educação em tempos de COVID-19. A experiência cubana. UNICEF Cuba. 2021.
- UNICEF. No place to call home: protecting children's rights when the changing climate forces them to flee (Sem lugar para chamar de lar: protegendo os direitos das crianças quando as mudanças climáticas as obrigam a fugir). Londres. 2018.
- UNICEF, Fundação Patrick J McGovern. Crianças deslocadas em um clima em mudança - preparando-se para um futuro já em andamento. 2023. [https://www.unicef.org/media/145951/file/Climate%20displacement%20report%20\(English\).pdf](https://www.unicef.org/media/145951/file/Climate%20displacement%20report%20(English).pdf)
- ONU. Acordo de Paris. Conferência das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP21). 2015. [https://unfccc.int/files/essential\\_background/convention/application/pdf/english\\_paris\\_agreement.pdf](https://unfccc.int/files/essential_background/convention/application/pdf/english_paris_agreement.pdf)
- OMM. Organização Meteorológica Mundial declara o início das condições do El Niño. 2023. <https://public.wmo.int/en/media/press-release/world-meteorological-organization-declares-onset-of-el-ni%C3%B1o-conditions>





# Anexos

# Anexo A

## Resultados da região da Ásia e do Pacífico<sup>13</sup>

13. Este anexo é um resumo da síntese regional da Ásia-Pacífico (UNESCO 2023a) e contém trechos da publicação.

Somente em 2020, 30,7 milhões de deslocamentos internos foram induzidos por desastres naturais (IDMC, 2021) - desastres que a comunidade científica reconhece serem mais intensos como resultado das mudanças climáticas (Berardelli, 2019). Desse total, 21,4 milhões de deslocamentos ocorreram na Ásia-Pacífico (IDMC, 2022), o que a torna a região de longe a mais afetada por desastres naturais e mudanças climáticas no mundo<sup>14</sup>. Foram realizados estudos de caso em Bangladesh, Índia, Indonésia, Tuvalu e Vietnã para examinar não apenas as vulnerabilidades específicas à mudança climática e a mobilidade relacionada, mas também os impactos da mudança climática no direito à educação na região da Ásia-Pacífico.

Com base nesses cinco estudos de caso de países, foi elaborado e publicado em abril de 2023 um relatório-síntese regional que identifica os cinco principais padrões de deslocamento climático na região, juntamente com as principais barreiras à educação encontradas durante cada tipo de deslocamento. Este anexo tem como objetivo resumir as principais conclusões do relatório-síntese regional, analisando brevemente como os riscos climáticos e as vulnerabilidades regionais estão impulsionando o deslocamento e as barreiras à educação tanto em nível nacional quanto em uma perspectiva regional comparativa.

**Tabela 1: Principais conclusões do relatório de síntese regional da região Ásia-Pacífico Principais**

Principais conclusões 
<ul style="list-style-type: none"> <li>■ A região da Ásia-Pacífico enfrenta uma grande variedade de riscos climáticos e extremos climáticos todos os anos. Os desastres relacionados ao clima, como monções, ciclones e inundações, estão se tornando mais frequentes e intensos como resultado das mudanças climáticas. A região também é afetada pelos efeitos de início lento das mudanças climáticas, incluindo secas, aumento do nível do mar e salinização.</li> <li>■ Esses efeitos da mudança climática estão agora provocando o deslocamento humano - seja diretamente, destruindo assentamentos humanos, seja indiretamente, por meio da perda de meios de subsistência provocada pelo clima e da subsequente migração forçada.</li> <li>■ Por meio do estudo, foram identificados cinco padrões principais de deslocamento na região: (1) deslocamento temporário após desastres repentinos; (2) migração permanente para assentamentos urbanos; (3) realocação planejada pelo governo; (4) migração transfronteiriça; e (5) populações aprisionadas.</li> <li>■ Cada padrão de deslocamento acarreta diferentes barreiras à educação, sendo a falta de recursos financeiros o principal fator que impede o acesso a uma educação de qualidade durante e após o deslocamento. A perda de propriedades e bens devido a desastres relacionados ao clima e ao deslocamento pode levar anos, se é que algum dia as famílias conseguirem se recuperar ou receber apoio por suas perdas. Muitas famílias, portanto, são forçadas a priorizar a segurança econômica em detrimento da educação de seus filhos.</li> <li>■ A mudança climática e o deslocamento climático exacerbam as desigualdades educacionais existentes e as barreiras à educação e afetam mais negativamente os menos favorecidos financeiramente, as meninas e as mulheres, as comunidades rurais, embora com riscos de saúde preexistentes, e os deficientes.</li> </ul>

14. "Há uma confiança média de que o aquecimento mais elevado e as mudanças associadas na frequência e intensidade de eventos de início lento (como secas e aumento do nível do mar) e eventos de início rápido (como ciclones e inundações) aumentarão o deslocamento no futuro [...]" (IPCC 2022).

## Principais conclusões

- Para aqueles que enfrentam a migração forçada - interna e internacional -, as barreiras administrativas, a falta de documentação, os requisitos de residência e as barreiras linguísticas impedem o acesso total à educação de qualidade.
- Entre os cinco países estudados na região, Bangladesh é o único que tem uma política abrangente em nível nacional que garante explicitamente o direito à educação para os deslocados pelas mudanças climáticas, ou seja, sua Estratégia Nacional de Gestão de Desastres e Deslocamento Interno Induzido pelo Clima (NSMDCIID). Essa estratégia poderia servir de modelo para outros países da região da Ásia-Pacífico.

Fonte: UNESCO 2023a.

## Como as mudanças climáticas estão provocando deslocamentos na região da Ásia-Pacífico

### Monções e inundações

Devido à sua natureza geográfica, a região da Ásia-Pacífico está exposta a vários desastres naturais, como monções, ciclones, inundações, secas severas, deslizamentos de terra e avalanches, contribuindo para torná-la a região mais afetada por desastres climáticos no mundo. Embora certos fenômenos climáticos, como monções e inundações anuais, façam parte da história da Ásia-Pacífico há séculos, os efeitos da mudança climática tornaram os ciclones, as monções e as inundações eventos quase constantes que ameaçam vidas, assentamentos e meios de subsistência, em vez de serem bem-vindos como no passado.

As monções, por exemplo, fazem parte da vida cotidiana da Índia há milênios. Um padrão climático que muda os ventos, as monções são um evento meteorológico anual que traz chuvas fortes durante determinados períodos de tempo (National Geographic 2021). Na Índia e em Bangladesh, por exemplo, há uma monção de verão que traz chuva para todo o país (que dura normalmente de junho a setembro) e a monção de inverno, de outubro a novembro, que traz chuva para o sudeste da Índia (Wells 2020). Assim como os antigos egípcios dependiam da inundação anual do Nilo para nutrir o solo ao redor, a Índia há muito tempo depende das monções anuais para tornar férteis suas terras agrícolas. Atualmente, a agricultura ainda depende dessa chuva anual, mas o mesmo acontece com outros setores, como a geração de energia hidrelétrica (National Geographic 2021).

Enquanto, no passado, as monções eram bem-vindas, mas hoje a história é diferente: como a mudança climática aquece as temperaturas do mar e da superfície, as monções se intensificaram e continuarão a se intensificar - tornando esse evento climático anual algo que traz enormes dilúvios de chuva que destroem terras agrícolas, inundam cidades, destroem casas e deslocam milhões de pessoas (Chandrashekar 2019). A estação das monções em 2023, por exemplo, registrou chuvas sem precedentes que afetaram vários estados da Índia, mataram mais de 2.000 pessoas e danificaram cerca de 110.000 residências somente na Índia (Reliefweb 2023c). Embora a precipitação anual geral tenha diminuído nas últimas décadas, o número de eventos extremos, como os mencionados acima, aumentou, levando a um padrão climático instável e errático em todos os países estudados.

## Ciclones

Não apenas as monções são intensificadas pelas mudanças climáticas e resultam em deslocamento, mas também a gravidade e a frequência dos ciclones. Por exemplo, somente em 2023, a tempestade tropical Egay afetou um total de 3,6 milhões de pessoas, enquanto, paralelamente, mais de 1,1 milhão de pessoas foram afetadas pelo ciclone tropical Goring e pelo tufão Hanna (Reliefweb 2023a e 2023b). Antes disso, no ano de 2020, o ciclone Amphan já havia provocado quase cinco milhões de evacuações em Bangladesh, Índia, Mianmar e Butão em maio de 2020, tornando-se o maior evento de deslocamento de desastres do ano em todo o mundo (UNESCO, 2023a). No ano anterior, o ciclone Fani atingiu Odisha, na Índia, resultando na evacuação forçada de 1,2 milhão de pessoas em apenas 24 horas (Panda 2020). Assim como as enchentes, os ciclones tropicais sempre fizeram parte da vida na região da Ásia-Pacífico. No entanto, a frequência, a intensidade e os danos dos ciclones tropicais aumentaram nas últimas décadas. A comunidade científica está começando a estabelecer vínculos mais concretos entre o aumento dos ciclones e o aumento dos níveis de temperatura do mar, tornando a mudança climática uma causa indireta dessa nova realidade que claramente desloca milhões de pessoas todos os anos (Sun et al., 2017).

## Perda de meios de subsistência

Os efeitos das mudanças climáticas e dos desastres subsequentes deslocam os seres humanos diretamente após eventos de início repentino, mas também indiretamente por meio da perda repetida de meios de subsistência após inundações catastróficas e/ou secas severas e prolongadas e aumentos de temperatura. Em Bangladesh, por exemplo, milhares de pessoas decidem anualmente se mudar de terras rurais, agora constantemente inundadas por enchentes ou degradadas pela erosão das margens dos rios, ou ainda assoladas pela seca - impossibilitando a continuidade da obtenção de renda com a agricultura e a pecuária - para as favelas da capital, Daca, em busca de atividade econômica, onde as condições de vida dificilmente melhoram e as famílias das favelas continuam sob risco constante de enchentes (Ahmed, 2014).

Da mesma forma, padrões de migração espontânea podem ser observados no Vietnã, onde as pessoas decidem (embora esse termo não deva necessariamente ser entendido como totalmente voluntário) se mudar de pontos críticos de inundação para centros urbanos em busca de trabalho fora da agricultura. Esse padrão é particularmente notável no conhecido caso do corredor de migração entre o rio Delta do Mekong, onde inundações exorbitantes se tornaram uma ocorrência comum, e a cidade de Ho Chi Minh (Entzinger e Scholten, 2015).

## Eventos de início lento

A Ásia tem experimentado um aumento mais rápido nos níveis relativos do mar em comparação com a média global, levando à erosão das regiões costeiras e à retirada gradual dos litorais. O Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas projeta uma alta probabilidade de aumento regional contínuo do nível do mar na Ásia. (IPCC, 2022). No entanto, os eventos de início lento, principalmente a seca e o aumento do nível do mar, também deslocam populações. Na Índia, por exemplo, 90% de todos os residentes de Maharashtra tiveram que fugir em busca desesperada por água, enquanto 55% fugiram de Bundelkhan pelo mesmo motivo (Climate Guide, 2019). Ao contrário da escassez de água, o aumento do nível do mar em outros lugares está engolindo completamente as terras e os assentamentos, levando ao deslocamento forçado. Tuvalu talvez seja o maior exemplo de efeitos de início lento das mudanças climáticas que levam à mobilidade humana. Com a previsão de que o nível

do mar subirá entre 7 e 18 mm até 2030 (Saar 2019) e 46% da área central construída de Fogafale já está abaixo do nível do mar, há um risco muito alto de que o mar engula essa nação insular de atóis nas próximas décadas (PNUD, 2020).

Embora a Índia esteja frequentemente na mídia após eventos de deslocamento repentino, ela também está vendo os riscos do aumento do nível do mar e da erosão costeira. Um país com extenso litoral e várias cidades importantes situadas ao longo da costa, aproximadamente 170 milhões de pessoas estão em risco devido ao aumento do nível do mar e à erosão costeira. Os efeitos concretos do aumento do nível do mar já estão sendo observados, com 235 quilômetros quadrados de terra perdidos para a erosão costeira entre 1990 e 2016 (Panda, 2020).

O vilarejo de Satabhaya, no distrito de Kendrapada, serve como um exemplo concreto de deslocamento devido ao aumento do nível do mar. Satabhaya, composta por vários vilarejos, vem desaparecendo lentamente desde a década de 1980, o que levou ao deslocamento involuntário e forçado. Após a submersão completa de um dos vilarejos em 2011, o governo iniciou a realocação planejada em 2011 e estabeleceu uma colônia de reassentamento a 12 quilômetros de distância em 2016. Esse plano de reassentamento incluiu a realocação de um total de 571 famílias, que alguns chamam de os primeiros "refugiados climáticos" da Índia (Panda, 2020). O que é interessante é que a Índia recebe muita atenção da mídia por suportar o impacto de muitos eventos climáticos extremos quando, na realidade, o primeiro exemplo de deslocamento climático permanente é resultado do aumento lento do nível do mar e da erosão costeira.

## Realocação planejada

Reconhecendo o aumento da população em risco de inundações, monções e deslizamentos de terra, os governos nacionais estão agora contemplando ou atualmente realizando projetos de realocação planejada. O Vietnã iniciou a realocação planejada pelo governo há algum tempo (Chun, 2015), com o acesso à educação melhorando em alguns casos devido à localização mais segura das comunidades e o acesso à educação realmente prejudicado em outros casos. Esforços de realocação foram iniciados em algumas pequenas comunidades insulares do Pacífico, beneficiando principalmente um grupo limitado de tuvaluanos bem-educados e que falam inglês. Entretanto, é essencial priorizar a integração social e cultural das populações indígenas que estão sendo realocadas. Isso é fundamental porque sua identidade cultural distinta e sua profunda conexão com a terra podem representar desafios quando se trata de sua adaptação aos novos destinos de migração (Holliday, 2020). O mais notável é o plano da Indonésia de realocar sua capital, Jacarta, para outra ilha até 2045, transferindo milhões de pessoas da ilha de Java, propensa a inundações, para Kalimantan Oriental, na ilha de Bornéu, já que partes da capital densamente povoada afundaram até 4 metros desde 1978 (Van de Vuurst & Escobar, 2020). Esse será o maior projeto de realocação planejada do mundo para se adaptar aos efeitos das mudanças climáticas e, portanto, apresenta oportunidades únicas para, se o planejamento e a implementação adequados forem acompanhados, servir como modelo global de como garantir o direito à educação em meio ao deslocamento climático. Na ausência desse planejamento, e embora os dados da Direção Geral de Educação Infantil, Primária e Secundária da Indonésia mostrem que o número de alunos e professores em Kalimantan Oriental (a província anfitriã) é muito menor do que em Jacarta, as populações indígenas da província e os alunos realocados correm o risco de ter seu aprendizado interrompido, e as tensões entre esses dois grupos podem aumentar, prejudicando um ambiente escolar seguro e respeitoso. (Koswaraputra, 2021).

## Padrões de deslocamento climático e barreiras associadas à educação

Entre os vários efeitos descritos anteriormente, certos padrões persistentes de mobilidade foram identificados por meio de pesquisas realizadas na região da Ásia-Pacífico. Embora isso seja descrito mais detalhadamente a seguir, a tabela abaixo descreve os principais padrões de deslocamento climático e as barreiras associadas à educação. É importante observar que certas barreiras à educação se aplicam a todos os padrões de deslocamento e também serão detalhadas.

**Tabela 2: Padrões de deslocamento climático e barreiras associadas à educação na região da Ásia-Pacífico**

	Perfil geral das CDPs em risco	Principais barreiras à educação
<b>Deslocamento temporário devido a desastres de início súbito</b>	Crianças e jovens que vivem em áreas remotas e/ou propensas a desastres; Famílias de baixa renda em áreas propensas a desastres	<ul style="list-style-type: none"> <li>■ Políticas e medidas inconsistentes e desintegradas de resposta a desastres em todos os setores do governo, atrasando assim o retorno dos alunos ao aprendizado</li> <li>■ Problemas associados a prédios escolares inadequados e gerenciamento de Desastres</li> <li>■ Fechamento de escolas ou instabilidade nas escolas que são usadas como abrigos de emergência</li> <li>■ Falta de recursos e capacidade das escolas</li> <li>■ Falta de apoio emocional e de aconselhamento para crianças e jovens deslocados, resultando em baixo envolvimento e motivação para aprender na escola</li> </ul>
<b>Da migração sazonal à permanente (migração espontânea)</b>	Crianças e jovens que sofrem migração frequente; Migrantes de baixa qualificação que trabalham em profissões sensíveis ao clima	<ul style="list-style-type: none"> <li>■ Procedimentos administrativos complexos para a matrícula escolar</li> <li>■ Desigualdades pré-existentes que se tornam barreiras estruturais para que as CDPs avalem e desfrutem de seu direito à educação</li> <li>■ A prática educacional sem resposta leva a várias barreiras ao aprendizado</li> </ul>
<b>Realocação planejada pelo governo</b>	Grupos marginalizados, como mulheres com menos instrução, povos indígenas	<ul style="list-style-type: none"> <li>■ Riscos persistentes específicos de gênero</li> <li>■ Desigualdades pré-existentes enfrentadas pelas comunidades indígenas</li> <li>■ Não priorização ou exclusão da realocação de escolas e professores no plano mestre nacional de realocação.</li> </ul>
<b>Migração transfronteiriça</b>	Migrantes apátridas; Crianças e mulheres migrantes internacionais; Migrantes com visto de curto prazo	<ul style="list-style-type: none"> <li>■ Falta de estruturas de políticas internacionais para proteger as CDPs transfronteiriças e seu direito à educação</li> <li>■ Cotas e regulamentações rígidas de imigração que negligenciam as necessidades das CDPs</li> <li>■ Barreiras complexas ao acesso à educação e à aprendizagem contínua</li> </ul>
<b>Populações aprisionadas</b>	Grupos vulneráveis que não têm capacidade física e recursos financeiros para migrar para locais mais seguros	<ul style="list-style-type: none"> <li>■ Desigualdades pré-existentes exacerbadas pelo impacto das mudanças climáticas</li> </ul>

Fonte: Adaptado de UNESCO 2023a.

## Deslocamento temporário após eventos de início súbito

Conforme mencionado anteriormente, a frequência, a intensidade e a duração das monções, das enchentes e dos ciclones aumentaram consideravelmente nas últimas duas décadas, principalmente devido aos efeitos da mudança climática. Como resultado, o padrão de deslocamento mais comum em todos os cinco países estudados é o deslocamento temporário após eventos de início repentino. Esse deslocamento temporário pode variar de alguns dias a alguns meses, às vezes até mais.

A barreira mais proeminente para a educação após desastres repentinos e o impedimento mais direto para a educação são os danos e o fechamento de escolas resultantes de inundações e a destruição da infraestrutura. Na Índia, por exemplo, após a monção de 2017, a Save the Children informou que mais de 7.000 escolas foram danificadas ou destruídas por enchentes (Watt, 2017). Em uma enchente devastadora no Paquistão em 2022, mais de 27.000 escolas foram total ou parcialmente danificadas, afetando mais de 2 milhões de crianças matriculadas (UNICEF, 2022). De acordo com um estudo elaborado realizado em Bangladesh usando mapeamento geoespacial e pesquisas, 1,23 milhão de alunos vivem a menos de 5 quilômetros de pontos críticos de mudança climática - correndo risco direto de inundações e destruição de escolas (UNESCO, 2023a).

As inundações não são apenas uma barreira direta à educação, mas a má gestão das construções, a pobreza e as políticas de gestão de risco de desastres (DRM) aumentam a vulnerabilidade. Em Bangladesh, 57% das escolas em áreas propensas a desastres são feitas de materiais que não são de concreto, principalmente em áreas economicamente desfavorecidas (BANEBS, 2015).

Talvez uma das barreiras menos reconhecidas à educação após desastres repentinos, mas uma das mais proeminentes, seja o uso de escolas como abrigos temporários. Com milhões de pessoas temporariamente deslocadas de uma só vez, os governos buscam urgentemente abrigo entre as instituições públicas para seus residentes deslocados - muitas vezes escolhendo escolas. No entanto, se as escolas estiverem sendo usadas como abrigos, a atividade educacional não poderá continuar, o que prova que a mudança climática também é uma barreira indireta à educação nesse sentido.

Por fim, o aspecto psicossocial não pode ser ignorado. Uma pesquisa na região constatou que, no Vietnã, por exemplo, 80% dos professores identificaram a dificuldade de superar um evento traumático como uma das barreiras mais proeminentes à educação entre seus alunos da CDP (UNESCO 2023a). Sem o devido aconselhamento e apoio emocional durante e após o deslocamento temporário, a educação de qualidade é colocada em risco e as barreiras ao aprendizado são muito mais presentes.

## Migração espontânea

Embora esses cinco padrões de deslocamento existam até certo ponto em todos os cinco países estudados, alguns países apresentam alguns padrões de deslocamento mais do que outros. Por exemplo, em Bangladesh e no Vietnã, onde as pessoas tradicionalmente usam a migração sazonal como forma de adaptação à mudança climática, um grande número de pessoas agora está recorrendo à migração espontânea na esteira de desastres repetidos sem precedentes. Nesse caso, a migração espontânea refere-se a um indivíduo ou decisão da família de se mudar permanentemente para outro lugar (normalmente de terras rurais propensas a desastres para centros urbanos) em vez de migrar apenas sazonalmente ou participar de realocação planejada pelo governo (UNESCO 2023a).

Nesse caso, os centros urbanos que recebem um grande número de migrantes espontâneos precisam lidar com um influxo de alunos que buscam se matricular novamente em novas escolas - alunos que geralmente têm necessidades sensíveis após repetidas experiências traumáticas depois de desastres. O estudo constatou que os procedimentos administrativos complexos na tentativa de matrícula, as desigualdades existentes, como a pobreza, e as práticas educacionais rígidas são todas barreiras à educação na migração espontânea induzida pelo clima (UNESCO, 2023a).

Talvez um dos exemplos mais pungentes de barreiras administrativas à educação após a migração espontânea seja o da política de zoneamento da Indonésia para migrantes internos. O objetivo do sistema de zoneamento da Indonésia é igualar a qualidade das escolas públicas, reduzir o tempo e o custo do transporte e eliminar a dicotomia entre escolas desejáveis e menos desejáveis. De acordo com essa regulamentação, as escolas públicas são obrigadas a aceitar pelo menos 5% dos alunos em potencial que podem ser transferidos durante o ano letivo devido à mudança de residência ou a um "desastre natural/social". Na prática, porém, o registro de famílias em uma nova residência após a migração e a transferência de crianças deslocadas internamente para uma nova escola costumam ser processos complicados e demorados. Além disso, os migrantes internos podem ser impedidos de ter acesso às escolas devido à distribuição desigual de escolas nas áreas para atender à demanda (UNESCO, 2023a).

Os alunos deslocados pelas mudanças climáticas e forçados a migrar para outras províncias ou cidades de seus próprios países também podem enfrentar outra barreira indireta à educação que se torna evidente: a barreira do idioma. A Indonésia é um dos países com maior diversidade linguística do mundo, com aproximadamente 700 idiomas e dialetos diferentes falados. Embora o bahasa indonésio, o idioma oficial da Indonésia, seja falado por 94% dos cidadãos, ele é o idioma **principal** de apenas 20% da população. Por outro lado, o jawa (javanês) é falado por mais de 30% da população, o que o torna o idioma principal mais comum na Indonésia (Translators without Borders, 2021). Se parte da população for forçada a migrar para outras províncias ou ilhas, é bem possível que o idioma de instrução não seja seu próprio idioma principal, já que há mais de 700 idiomas na Indonésia. Isso poderia representar uma grande barreira para a busca de uma educação de qualidade e poderia levar a taxas mais altas de evasão escolar entre os migrantes. Da mesma forma, a Índia abriga 19.500 idiomas e dialetos falados como língua materna. Portanto, é muito provável que as pessoas deslocadas pelo clima se mudem para uma área que não ofereça educação em sua língua materna, mesmo em caso de deslocamento interno (The Indian Express, 2018). Mesmo quando conseguem aprender o idioma local ou um dos principais idiomas de instrução (como hindi ou inglês), é muito provável que estejam em condições de aprendizado menos vantajosas em comparação com os alunos locais (UNESCO, 2023a).

## Projetos de realocação planejados

Reconhecendo o aumento da população em risco de inundações, monções e deslizamentos de terra, os governos nacionais estão agora contemplando ou atualmente realizando projetos de realocação planejada. O Vietnã iniciou a realocação planejada pelo governo há algum tempo, com o acesso à educação melhorando em alguns casos devido à localização mais segura das comunidades e com o acesso à educação realmente prejudicado em outros casos. Por exemplo, embora a realocação planejada possa proporcionar um ambiente mais seguro, a permanência e o sucesso dessa realocação planejada dependem, em grande parte, da capacidade da população de ainda ganhar a vida. É por isso que, quando cerca de 2.000 famílias foram realocadas na comuna de Tan An para um local mais

distante da costa, o reassentamento planejado fracassou em grande parte. Como o reassentamento era a uma distância significativa das águas costeiras propícias à pesca, muitos não conseguiam acessar seus meios de subsistência nem encontrar terras suficientemente férteis para a agricultura. Como resultado, muitos retornaram ao seu local de origem ou optaram por buscar atividades econômicas em ambientes urbanos (Entzinger e Scholten, 2015), colocando a educação de seus filhos novamente sob o mesmo risco daqueles que enfrentam desastres repentinos ou barreiras administrativas e discriminação na migração espontânea.

Mais uma vez, o exemplo mais notável de realocação planejada é o plano da Indonésia de realocar sua megacapital - Jacarta - para outra ilha completamente diferente, transferindo milhões de pessoas da ilha de Java, propensa a inundações, para a ilha de Bornéu. Entretanto, quando contatados para obter informações, os funcionários do governo da Indonésia deram pouca ou nenhuma informação sobre como a educação foi incorporada ao plano de realocação. Será de extrema importância que o governo garanta que uma quantidade suficiente de escolas seja construída na nova capital; que professores altamente treinados sejam incluídos na realocação; que um transporte adequado seja construído para garantir o acesso físico às escolas; e que as famílias no novo local tenham acesso a meios de subsistência sustentáveis para que possam continuar a pagar a educação de seus filhos, enquanto os meios de subsistência e a identidade dos habitantes indígenas existentes são garantidos e protegidos.

## Migração internacional

Dos países estudados, Tuvalu talvez seja o mais coberto pela mídia no que diz respeito à migração internacional, sendo frequentemente mencionado como "ilhas em extinção" e servindo de modelo para futuras migrações internacionais. No entanto, são de fato a Índia e Bangladesh que estão lidando com a maior parte da migração internacional, com - de acordo com as estimativas - um número crescente de bengaleses cruzando a fronteira com a Índia à medida que a mudança climática destrói continuamente suas terras e meios de subsistência (UNESCO, 2023a). Isso traz consigo uma infinidade de barreiras à educação, principalmente barreiras de idioma e de documentação/residência.

É evidente que os bengaleses que chegam à Índia enfrentarão grandes barreiras à educação se não falarem o dialeto local do idioma relevante, impedindo a matrícula, a integração e o sucesso nas escolas locais. O mesmo pode acontecer com os tuvaluanos que tentam acessar a educação em Fiji, na Austrália, ou Nova Zelândia. No entanto, a barreira atualmente inevitável para a educação é que as leis e políticas dos países receptores que excluem os não cidadãos do acesso aos sistemas educacionais nacionais podem afetar potencialmente as CDPs que não têm meios legais de migrar internacionalmente, já que as CDPs não são reconhecidas como refugiadas de acordo com a Convenção de Refugiados de 1951. De fato, sem a previsão de um status legal, as CDPs podem evitar a matrícula na escola por medo de serem deportadas (OHCHR, 2014), especialmente quando as autoridades de imigração usam práticas severas de aplicação da lei, como centros de detenção (UNESCO, 2020). Se o direito de entrar legalmente em um território estrangeiro já não é garantido, o direito à educação nesse território é ainda mais precário.

## Populações aprisionadas

Embora o deslocamento climático seja geralmente visto de uma perspectiva negativa, devido às muitas barreiras aos direitos humanos básicos que apresenta, ele pode servir devido a laços culturais com a terra e a comunidade, exemplos dos quais foram encontrados em todos os cinco países

estudados. Apesar de permanecerem "presos" por opção, as barreiras à educação para essa população se aplicam a todos os presos - por opção ou por incapacidade.

As populações aprisionadas enfrentam muitas das mesmas barreiras à educação que as populações temporariamente deslocadas por desastres súbitos, como fechamento de escolas, dizimação da infraestrutura escolar, perda de materiais etc. No entanto, a barreira mais notável à educação é que as **desigualdades preexistentes são exacerbadas pela mudança climática**. Em muitas áreas rurais remotas e subatendidas, a vulnerabilidade aos impactos econômicos e climáticos estão se agravando mutuamente, prendendo as comunidades em uma armadilha de pobreza espacial de perturbação permanente, precariedade econômica e crescimento lento da produtividade. No entanto, proteger o direito à educação das pessoas nessas áreas é um desafio. Muitos estudos de campo em diferentes partes do mundo indicam que a pobreza de uma família é o principal fator que determina se as crianças em idade escolar são enviadas para trabalhar e como a contribuição da renda dessas crianças é importante para a segurança alimentar básica de uma família (Thorsen, 2012). Os resultados do estudo de caso de Bangladesh mostram claramente, por meio de resultados empíricos, que as famílias mandarão seus filhos para a escola somente quando a estabilidade econômica estiver garantida; de fato, nessa região, o direito à educação vem somente depois da economia.

A pobreza já é uma das maiores barreiras à educação em todo o mundo. No entanto, o fato de ficar preso em zonas de desastres e de estar ciclicamente na pobreza é bastante exacerbado pela mudança climática e, portanto, também o são as barreiras à educação para as populações aprisionadas.

## Orientação de políticas para a região da Ásia-Pacífico

Com base nas barreiras à educação identificadas como resultado da mudança climática e do deslocamento climático, o relatório-síntese regional da região da Ásia-Pacífico contém orientações destinadas a guiar os Estados Membros e os formuladores de políticas sobre como garantir o direito à educação de um ponto de vista prático e legal na legislação nacional e regional - algumas aplicáveis a todos os padrões de deslocamento e outras adaptadas a tipos específicos de padrões de deslocamento. A orientação política está resumida abaixo, com exemplos de práticas recomendadas na região, para demonstrar como essa orientação pode ser concretizada.

### Orientação de políticas para todos os padrões de deslocamento

- Fortalecer a governança com comunicação clara e diretrizes de implementação para garantir respostas oportunas
- Priorizar respostas adequadas a grupos de alunos já vulneráveis, incluindo mulheres, crianças, jovens e minorias étnicas, religiosas e linguísticas
- Apoiar os professores (priorizar os professores no fornecimento de auxílios, assim como priorizar a equipe médica na COVID-19), inclusive por meio de treinamento de professores sobre questões de mudança climática e potenciais respostas que eles possam transmitir aos alunos, bem como por meio de treinamento direcionado de professores em pedagogias de aprendizagem híbrida, ensino nos níveis certos, avaliação de perdas de aprendizagem e mais.
- Fornecer apoio financeiro para despesas relacionadas à educação (por exemplo, materiais didáticos, uniformes)

- Melhorar o conhecimento das pessoas sobre mudanças climáticas entre as populações deslocadas e anfitriãs, levando em conta o contexto cultural para permitir o envolvimento com a ação climática
- Integrar a resiliência e a adaptação ao clima nas políticas e no planejamento para o desenvolvimento

### **Orientação de políticas para deslocamento temporário após desastres de início repentino**

- Planejar e implementar o aprendizado remoto holístico e inclusivo para mitigar o fechamento de escolas
- Identificar prédios públicos que não sejam escolas para serem usados como abrigos de emergência
- Preparar as escolas nas áreas receptoras para acomodar o influxo de CDPs após um desastre, por meio de maior capacidade estrutural e reservas de recursos
- Considerar a possibilidade de criar um programa de transferência de dinheiro para os alunos mais desfavorecidos financeiramente, a fim de incentivá-los a retornar às escolas após os desastres

### **Orientação de políticas para migração espontânea**

- Simplificar os procedimentos administrativos para que as CDPs tenham acesso à educação, principalmente por meio de requisitos flexíveis e excepcionais de registro e documentação
- Implementar programas de TVET e programas informais de aprendizado para adultos em cidades-alvo como Dhaka e Ho Chi Minh para incentivar o aprimoramento de habilidades e o aprendizado ao longo da vida

### **Orientação de política para realocação planejada pelo governo**

- Adotar uma abordagem sensível ao gênero para corrigir a desigualdade de acesso a recursos em todas as comunidades realocadas e dentro delas, incluindo apoio à educação e oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para meninas e mulheres
- Levar em conta os povos indígenas e o conhecimento indígena no planejamento educacional
- Priorizar a realocação de escolas e professores para garantir o direito à educação das pessoas realocadas, bem como das comunidades nas áreas receptoras
- Assegurar que as comunidades realocadas estejam suficientemente próximas de seus antigos meios de subsistência ou criem oportunidades de subsistência para evitar que a pobreza se torne uma barreira para a educação de seus filhos

## Orientação política para migração transfronteiriça

- Estabelecer o conceito de "refugiado climático" ou um conceito equivalente, e uma estrutura juridicamente vinculante para garantir o acesso das CDPs à educação em pé de igualdade com os refugiados
- Buscar acordos bilaterais para migração com países parceiros de ajuda com base nos princípios de responsabilidade equitativa e compartilhamento de ônus, por exemplo, concedendo o direito à educação para crianças e adultos em pé de igualdade com os cidadãos nacionais
- Assegurar que quaisquer acordos bilaterais não tenham cotas rígidas ou restrições de idioma/educação que, inadvertidamente, impeçam os mais vulneráveis de migrar
- Colocar a identidade e o patrimônio cultural das CDPs em primeiro plano ao lidar com questões relacionadas à migração climática

## Orientação de políticas para populações aprisionadas

- Usar as escolas como ponto de partida para criar redes de proteção social para crianças e desenvolver a resiliência da comunidade por meio da educação e do treinamento
- Desenvolver programas de rede de segurança social e programas de transferência de dinheiro para populações aprisionadas que estão em desvantagem financeira contínua após vários desastres, a fim de reduzir a evasão escolar
- Aumentar a conscientização das populações vulneráveis sobre seus direitos legais
- Continuar os esforços de "Educação para Todos" e SDG4
- Foco na capacitação e no aprendizado contínuo que ajudam a garantir a subsistência das pessoas, o que, por sua vez, pode aumentar a probabilidade de seus filhos se matricularem na escola

# Anexo B

## Resultado da região da América Central e do Caribe<sup>15</sup>

15. Este anexo é um resumo da síntese regional da América Central e do Caribe (UNESCO 2023b) e contém trechos da publicação.

Fora da região da Ásia-Pacífico, os países da América Central e do Caribe são alguns dos mais severamente afetados pelas mudanças climáticas e pelo deslocamento climático, notadamente vulneráveis devido ao grande número de pequenos Estados insulares em desenvolvimento (SIDS), à prevalência da pobreza em alguns países da América Central e a uma grande população dependente da agricultura de sequeiro em meio a secas e inundações crescentes.

Como resultado de vários fatores - o próprio clima, combinado com as vulnerabilidades mencionadas acima - partes da América Central e do Caribe sofreram deslocamentos climáticos sem precedentes, por exemplo, em 2020, com 937.000 deslocamentos internos em Honduras, 639.000 em Cuba e 339.000 na Guatemala (IDMC 2021). Grande parte desses deslocamentos pode ser atribuída à temporada de furacões do Atlântico mais ativa já registrada.

Para investigar a natureza e a extensão dos impactos da mudança climática e do deslocamento climático sobre o direito à educação na América Central e no Caribe, a UNESCO realizou cinco estudos de caso na região - **nas Bahamas, em Cuba, na República Dominicana, na Guatemala e na Jamaica** -, selecionados devido às evidências já existentes de deslocamento climático e à sua representatividade em relação a outros países da região. Com base nesses estudos de caso de países, e como no caso da região Ásia-Pacífico, foi desenvolvido um relatório de síntese regional, contendo orientações de políticas em nível nacional e regional para garantir que o direito à educação das populações afetadas pelo clima seja protegido e cumprido.

Este anexo tem o objetivo de resumir as principais conclusões do relatório de síntese regional, examinando como a mudança climática está afetando e impulsionando o deslocamento na região, examinando como esses efeitos levam a barreiras à educação e, por fim, fornecendo orientação de política operacional para os formuladores de políticas.

**Tabela 3: Principais conclusões do relatório de síntese regional da América Central e do Caribe**

Principais conclusões 
<ul style="list-style-type: none"> <li>■ A região da América Central e do Caribe enfrenta riscos relacionados ao clima todos os anos, principalmente furacões e inundações, mas também impactos de início lento das mudanças climáticas, como secas mais frequentes e intensas, aumento do nível do mar e salinização.</li> <li>■ A mudança climática já está provocando o deslocamento humano - seja diretamente, afetando os assentamentos humanos, seja indiretamente, por meio da perda de meios de subsistência provocada pelo clima e da subsequente migração forçada.</li> <li>■ Particularmente entre os países do Caribe, dos seis padrões de deslocamento identificados, o deslocamento interno após eventos de início repentino e o deslocamento interno após eventos de início lento são os mais comuns. A seca e a perda de meios de subsistência causada pelo clima (principalmente na agricultura, na pesca e no turismo) são as principais causas de deslocamento interno permanente e de início lento.</li> <li>■ A migração internacional é mais comum nos países da América Central e, para fins deste estudo, principalmente na Guatemala, como resultado da seca.</li> <li>■ Cada tipo de padrão de deslocamento implica em diferentes barreiras à educação. No entanto, em todos os padrões, uma das principais barreiras à educação é a falta de recursos financeiros após desastres e/ou deslocamento devido a eventos relacionados ao clima. As famílias geralmente priorizam a educação somente depois de obter segurança econômica após a perda de bens durante desastres e deslocamentos.</li> <li>■ Outra descoberta importante é que a mudança climática e o deslocamento climático exacerbam as desigualdades educacionais existentes e as barreiras à educação e afetam mais negativamente os menos favorecidos financeiramente, os migrantes irregulares, as meninas e mulheres, as comunidades rurais, as comunidades indígenas e os deficientes.</li> </ul>

## Principais conclusões

- Para aqueles que enfrentam a migração permanente e a migração transfronteiriça, as barreiras administrativas, a falta de documentação, os requisitos de residência e as barreiras linguísticas (principalmente para os migrantes haitianos, especialmente na República Dominicana, mas não só, e para as comunidades indígenas na Guatemala) impedem o acesso total à educação de qualidade.
- Nenhum dos países estudados tem uma estratégia nacional abrangente que consagre expressamente o direito à educação para pessoas deslocadas por causa da mudança climática ou de fatores relacionados ao clima. No entanto, Cuba é o único país estudado que concede o status de refugiado às pessoas deslocadas por desastres resultantes de riscos naturais na legislação nacional - eliminando as barreiras relacionadas à residência para a educação das pessoas deslocadas pelas mudanças climáticas.
- A região da América Central e do Caribe já conta com vários fóruns e plataformas regionais para a cooperação multilateral em várias questões, inclusive migração e mudança climática. Se aproveitadas adequadamente, as plataformas existentes poderiam levar ao desenvolvimento de iniciativas regionais para garantir expressamente o direito à educação de todas as pessoas deslocadas pelo clima na região.

Fonte: Adaptado de UNESCO 2023a.

## Como a mudança climática está provocando deslocamento na região da América Central e Caribe

A região, devido à sua localização geográfica, é propensa a vários efeitos da mudança climática: furacões que se intensificam e são mais frequentes devido ao aumento da temperatura do ar e da água; aumento do nível do mar que leva ao branqueamento dos corais, à erosão das praias e à salinização; períodos de chuvas intensas e irregulares seguidos de secas prolongadas e severas; e aumento das temperaturas da superfície. Embora todos esses efeitos possam afetar o setor agrícola, o turismo, o abastecimento de água, a produção de energia e a saúde humana - às vezes levando ao deslocamento climático indireto -, os eventos de início lento e repentino também estão deslocando os assentamentos humanos.

O relatório de síntese regional constatou que há seis padrões de deslocamento predominantes na região. Eles estão resumidos na tabela abaixo, com cada "T" representando um tipo diferente de padrão de deslocamento. Mais adiante no anexo, essa categorização será usada para identificar as barreiras à educação que são comuns ou específicas a um ou mais desses padrões de deslocamento.

**Tabela 4: Padrões de deslocamento climático na região da América Central e do Caribe**

Deslocamento interno	Deslocamento transfronteiriço
T1. Deslocamento interno devido a riscos de início súbito	T5. Deslocamento transfronteiriço devido a desastres de início repentino (principalmente deslocamento sub-regional no contexto do Caribe),
T2. Deslocamento interno devido a eventos de início lento (incluindo migração econômica relacionada ao clima)	T6. Deslocamento transfronteiriço devido a eventos de início lento (que é difícil de qualificar como tal, dada a dinâmica multifacetada que leva à migração internacional na América Central e no Caribe)
T3. Realocação planejada	
T4. Aprisionamento induzido pelo clima (populações "aprisionadas", incapazes de migrar devido à pobreza ou a outros fatores ou incapazes de retornar ao seu local de origem após uma situação de deslocamento climático)	

Fonte: UNESCO 2023b.

## Deslocamento interno devido a riscos de início súbito

O Caribe é uma das regiões mais famosas pelo deslocamento interno após riscos de início repentino, principalmente furacões do Atlântico e inundações graves. Os furacões são um fenômeno bem conhecido e frequente há séculos na região. Entretanto, as evidências mostram que a mudança climática está aumentando a gravidade e a frequência dos furacões devido ao aumento da temperatura dos oceanos (Probst *et al.* 2020). Como resultado, 2020 foi o ano com a temporada de furacões mais ativa já registrada, com 31 furacões e tempestades tropicais, especialmente Eta e Iota, que causaram danos significativo para infraestrutura, agricultura e assentamentos humanos na Guatemala, em Cuba e na República Dominicana (ibid).

Eventos de início repentino, como furacões, geralmente levam ao deslocamento interno devido à natureza rápida e imprevisível dos desastres e, embora as pessoas muitas vezes precisem fugir de suas casas, elas o fazem dentro de suas próprias fronteiras. Talvez o exemplo mais conhecido tenha sido o furacão Dorian (2016), um furacão de categoria 5 que deslocou pelo menos 9.840 pessoas, a maioria das quais se concentrou na ilha capital após a destruição catastrófica de assentamentos e infraestrutura (UNICEF, 2019). Mas o fenômeno do deslocamento interno após eventos de início repentino pode ser encontrado em cada país estudado na Síntese Regional.

Por exemplo, 1,7 milhão de pessoas foram deslocadas em Cuba após o furacão Irma em 2017 (IDMC 2021); os furacões Maria e Irma (2007) deslocaram mais de 67.000 pessoas na República Dominicana (IDMC, 2021); Eta e Iota (2019) deslocaram 250.000 pessoas na Guatemala (IDGT 2021); e Dean deslocou até 300.000 pessoas em 2007 na Jamaica (Helps, 2007).

## Deslocamento interno devido a eventos de início lento

Enquanto o deslocamento interno devido a eventos de início repentino é bastante fácil de quantificar devido à causa direta, o deslocamento interno devido a eventos de início lento é mais difícil de identificar e avaliar. Muitas vezes, o deslocamento interno ocorre devido a eventos como secas, inundações repetidas e contínuas, salinização e aumento do nível do mar, levam indiretamente ao deslocamento devido à perda de meios de subsistência causada pelo clima. Portanto, o que pode parecer inicialmente uma migração econômica pode, na verdade, ser causado pelo clima. Uma situação semelhante ocorre com a migração internacional, em que ela tende a ser percebida como migração econômica, resultando em menor atenção humanitária.

A maior correlação entre o movimento rural-urbano e os eventos climáticos de início lento fica clara após uma análise da literatura e consultas a grupos de foco: a urbanização, na maioria das vezes aqueles que trabalham na agricultura e que perdem sua renda e seu meio de vida devido a fatores climáticos, como secas e inundações, e posteriormente se mudam para centros urbanos em busca de trabalho. Talvez o maior exemplo desse padrão de deslocamento indireto seja o da Guatemala, que apresenta uma das mais altas taxas de urbanização, com uma expectativa de crescimento da população urbana de quase 55% da população total em 2025 para quase 70% em 2050 (Nações Unidas, 2018). Ao justapor esse fato com a realidade de que a seca já reduziu a produção de feijão e arroz em 50% desde 2014 (USAID, 2017), pode-se questionar se há mais do que apenas uma correlação entre a perda de meios de subsistência e a insegurança alimentar causadas pelo clima com taxas mais altas de urbanização; é possível que o clima seja a causa indireta de urbanização - com as famílias perdendo suas receitas agrícolas emigrando para a Guatemala urbana para ganhar a vida.

Não apenas as perdas associadas à seca podem resultar em deslocamento climático interno, mas também o aumento do nível do mar. Em Cuba, por exemplo, espera-se que o aumento do nível do mar desloque mais de 41.000 pessoas até 2050 (Tower 2020). Na República Dominicana, quase 100.000 pessoas vivem a menos de 0,5 metro acima do nível do mar (UNESCO 2023b). Portanto, o aumento do nível do mar representa uma ameaça iminente de deslocamento para uma grande parte da população.

## Realocação planejada

Uma das crescentes respostas governamentais ao deslocamento climático interno é a realocação planejada, ou seja, o desenraizamento de vilas inteiras e sua transferência para um local com menor risco climático, especialmente no caso de inundações e aumento do nível do mar. A realocação planejada pode ser tanto reativa (normalmente após desastres) quanto preventiva por natureza. Um exemplo de realocação planejada reativa foi a realocação de uma ilha inteira nas Bahamas - Ragged Island - após o furacão Irma, quando o governo declarou a ilha inabitável (UNESCO, 2023b).

Talvez o maior exemplo de realocação planejada reativa em toda a região do Caribe seja o caso do Lago Enriquillo, na República Dominicana. Embora muitos pensem primeiro em inundações em áreas ao longo da costa, devido ao aumento do nível do mar e aos furacões, o engolfamento de terras agrícolas ao redor do Lago Enriquillo prova que os efeitos da mudança climática na República Dominicana são muito mais complexos. O maior lago de todo o Caribe, o Lago Enriquillo fica no oeste da República Dominicana, próximo à fronteira com o Haiti. Anteriormente, ele era cercado por ricas terras agrícolas e muitos vilarejos que dependiam da agricultura e da pecuária para obter renda. Agora, alguns desses vilarejos desapareceram completamente; em menos de 10 anos, o lago dobrou de tamanho, subiu 37 pés e engoliu 40.000 acres de terras agrícolas (Kushner, 2016).

Há muitas teorias sobre a razão pela qual o Lago Enriquillo se expandiu tanto e tão rapidamente, mas alguns acreditam que a principal causa seja a mudança climática. Com o aumento da temperatura do mar, haveria maior evaporação, conseqüente formação de mais nuvens, e essas nuvens lançariam cada vez mais suas fortes chuvas nas montanhas íngremes que cercam o lago, resultando em escoamento e descida para o Lago Enriquillo. Esses efeitos da mudança climática foram devastadores para os vilarejos vizinhos, especialmente Boca de Cachon. Depois que o lago engoliu completamente o vilarejo, o governo anunciou um projeto de US\$ 24 milhões para construir uma nova Boca de Cachon em terras mais distantes do lago. Embora os moradores agora tenham moradia estável no novo vilarejo, eles não têm terras agrícolas ou gado e não têm meios de ganhar a vida (Kushner, 2016).

Ao contrário dos casos das Bahamas e da República Dominicana, alguns projetos de realocação planejados são preventivos - antecipando o aumento do nível do mar e as constantes inundações que poderiam engolir as aldeias no futuro. Esse foi o caso de Cuba, quando o governo realocou 40 famílias de Playa Rosario para um novo assentamento a oito milhas de distância (Pickett, 2017).

## Populações aprisionadas

Embora a mudança climática possa claramente levar ao deslocamento interno após eventos de início lento e rápido, ela também pode afetar populações sem que isso resulte em mobilidade humana. Pelo contrário, certas populações sem os meios de se adaptarem, muitas vezes, continuam sendo populações aprisionadas - aquelas forçadas a permanecer em seu local de residência habitual, apesar da ocorrência de eventos climáticos extremos ou de início lento. Um exemplo notável na região é o da comunidade haitiana-bahamense em Abaco após a passagem do furacão Dorian. Como muitos haitianos chegam às Bahamas ilegalmente, e como resultado da persistente exclusão e discriminação, eles geralmente vivem em assentamentos informais que são rapidamente demolidos, incapazes de resistir aos ventos com força de furacão 5 (UNESCO, 2023b).

Embora o caso da comunidade haitiana-bahamense possa ser o mais pronunciado, existem populações aprisionadas em todos os países estudados - como quando um deslizamento de terra, provocado pela tempestade Eta em 2020, deixou 50 pessoas desaparecidas na Guatemala (AP Notícias, 2021) ou quando mais de 2.000 pessoas foram isoladas devido a inundações na Jamaica após o furacão Michele em 2001 (UNESCO, 2023b). Claramente, mesmo quando a mudança climática não resulta em deslocamento interno - seja ele temporário ou permanente -, ela tem impactos graves sobre a segurança física e os assentamentos das pessoas.

## Deslocamento transfronteiriço causado por eventos de início súbito e de início lento

À medida que os efeitos da mudança climática continuam a piorar, a região da América Central e do Caribe não está apenas sofrendo deslocamento climático interno, mas também padrões de deslocamento internacional. Por exemplo, após a passagem do furacão Stan em 2005, que afetou cerca de 500.000 pessoas, houve um grande êxodo da Guatemala para os Estados Unidos da América (SIINSAN, 2018). Mais recentemente, em uma escala menor, o furacão Dorian deslocou entre 600 e 700 bahamenses para os Estados Unidos (UNESCO, 2023b).

Entretanto, um número maior de pessoas na Guatemala deixou o país devido a eventos de início lento em vez de desastres de início rápido - notadamente a seca grave e prolongada, a insegurança alimentar subsequente e a desnutrição grave no Corredor Seco. Embora a maioria dos deslocados internacionais acabe nos Estados Unidos, há um número importante de salvadorenhos que migram para a Guatemala (90% dos migrantes no país), cuja mobilidade é frequentemente motivada pela perda de meios de subsistência causada pelo clima (IOM, 2019).

A República Dominicana também está observando um aumento nos deslocamentos transfronteiriços, principalmente com um grande número de haitianos chegando à República Dominicana. Essas populações são geralmente consideradas migrantes econômicos ou políticos, embora eventos de início lento, como a seca, possam estar contribuindo para o deslocamento (UNESCO 2023B). Ao chegar à República Dominicana, a comunidade haitiana muitas vezes se vê vivendo em assentamentos informais que não são capazes de resistir a enchentes e furacões, correndo o risco de um futuro deslocamento secundário.

## Padrões de deslocamento climático e barreiras associadas à educação

Levando em conta os padrões de deslocamento explorados acima e as vulnerabilidades pré-existent na região, tornam-se evidentes as múltiplas barreiras à educação como resultado das mudanças climáticas e do deslocamento climático. Essas categorias de barreiras podem ser agrupadas em cinco categorias, de acordo com a estrutura 5A sobre o direito à educação<sup>16</sup>, que se concentra na disponibilidade, acessibilidade, aceitabilidade, adaptabilidade e responsabilidade. As barreiras à educação - agrupadas de acordo com a estrutura 5A e com os diferentes tipos de deslocamento (identificados anteriormente na tabela da página 33, reproduzida abaixo) - estão resumidas na tabela abaixo. Como se pode ver, muitas barreiras à educação estão presentes em todos os padrões de deslocamento. Entretanto, certos padrões de deslocamento apresentam barreiras específicas e exclusivas à educação, o que exigiria respostas políticas personalizadas. Todas as análises abaixo se baseiam nas conclusões do relatório-síntese regional da UNESCO para a América Central e o Caribe de 2023.

**Tabela 5: Barreiras para a educação de acordo com os 5As e 6 tipos de deslocamento climático**

Deslocamento interno	Deslocamento transfronteiriço
T1. Deslocamento interno devido a riscos de início súbito	T5. Deslocamento transfronteiriço devido a desastres de início repentino (principalmente deslocamento sub-regional no contexto do Caribe),
T2. Deslocamento interno devido a eventos de início lento (incluindo migração econômica relacionada ao clima)	T6. Deslocamento transfronteiriço devido a eventos de início lento (que é difícil de qualificar como tal, dada a dinâmica multifacetada que leva à migração internacional na América Central e no Caribe)
T3. Realocação planejada	
T4. Aprisionamento induzido pelo clima (populações "aprisionadas", incapazes de migrar devido à pobreza ou a outros fatores, ou incapazes de retornar ao seu local de origem após uma situação de deslocamento climático)	

5As	Principais barreiras à educação	Tipos de deslocamento climático					
		T1	T2	T3	T4	T5	T6
<b>Disponibilidade.</b> A educação deve ser disponível. É dever dos governos garantir que instituições educacionais, recursos físicos e pessoais e programas estejam disponíveis em quantidade e qualidade suficientes e com as instalações necessárias para funcionar apropriadamente tanto para as pessoas em deslocamento quando para as comunidades anfitriãs.	<ul style="list-style-type: none"> <li>A interrupção da educação durante desastres e a destruição da infraestrutura educacional ou danos importantes quando usadas como abrigos por longos períodos.</li> </ul>						
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Perda de tempo de ensino que afeta a qualidade da educação</li> </ul>						
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Disponibilidade limitada de infraestrutura educacional em áreas rurais e remotas</li> </ul>						
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Suspensão de serviços educacionais especiais após desastres</li> </ul>						
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Falta de professores, especialmente em áreas remotas</li> </ul>						

16. Conforme descrito pelo Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da ONU (Comitê ESCR), a educação em todas as suas formas e em todos os níveis deve apresentar as seguintes características inter-relacionadas e essenciais: disponibilidade, acessibilidade, aceitabilidade e adaptabilidade da educação. A estrutura original dos 4As sobre o direito à educação, que é a estrutura analítica mais comumente usada para interpretar e compreender o conteúdo normativo do direito à educação, baseia-se nessas quatro dimensões fundamentais da educação. Nos últimos anos, houve uma evolução no sentido de acrescentar a responsabilidade como uma quinta dimensão, de modo que ela passou a ser chamada de estrutura 5As. Ao defender o cumprimento do direito à educação, a estrutura dos 5As deve ser considerada para incentivar os Estados a adotar e implementar estruturas jurídicas e políticas sólidas que protejam o direito à educação para todos.

5As	Principais barreiras à educação	Tipos de deslocamento climático					
		T1	T2	T3	T4	T5	T6
<p><b>Acessibilidade.</b> A educação deve ser livremente acessível a todos, física e economicamente, sem discriminação legal, incluindo migrantes, refugiados, repatriados, solicitantes de asilo e comunidades anfitriãs.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Os cursos de materiais, livros, uniformes e transporte limitam o acesso à educação para famílias deslocadas</li> </ul>						
	<ul style="list-style-type: none"> <li>A falta de documentação legal afeta interna e internacionalmente estudantes deslocados</li> </ul>						
	<ul style="list-style-type: none"> <li>A pouca digitalização de registros acadêmicos afeta interna e internacionalmente estudantes deslocados</li> </ul>						
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Riscos à segurança associados a construções inadequadas de escolas e gerenciamento de desastres</li> </ul>						
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Problemas no reconhecimento de diplomas, certificados e conhecimentos</li> </ul>						
<p><b>Aceitabilidade.</b> A forma e o conteúdo da educação devem ser adequados e coerentes com as necessidades das pessoas que estão em trânsito e das comunidades anfitriãs, com currículo relevante, incluindo outros materiais e abordagens que valorizem a diferença, pluralidade étnica e diálogo intercultural e o diálogo intercultural.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Barreiras linguísticas que afetam o direito à educação de comunidades indígenas e populações internacionalmente deslocadas</li> </ul>						
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Destruição de materiais didáticos, suprimentos e equipamentos, reduzindo a capacidade de ensinar os conteúdos de aprendizagem necessários</li> </ul>						
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Falta de capacitação dos professores sobre as necessidades psicológicas e educacionais dos CDPs.</li> </ul>						
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Falta de medidas oficiais e contínuas para atender às necessidades de saúde e psicossociais de CDPs</li> </ul>						
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Aumento dos riscos de discriminação e violência contra CDPs que fazem parte de comunidades indígenas, do Haiti e da América Central, e mulheres</li> </ul>						
<p><b>Adaptabilidade.</b> Existe um ambiente propício e capacidades institucionais no setor educacional para atender às diversas necessidades das pessoas em trânsito e das comunidades anfitriãs</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Falta de priorização no desenvolvimento de políticas personalizadas para CDPs</li> </ul>						
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Falta de fomento público suficiente no setor educacional, especialmente depois de desastres.</li> </ul>						
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Falta de coordenação institucional e de capacidade para atender às necessidades educacionais das CDPs</li> </ul>						
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Falta de capacidade de coordenação para realocar alunos e professores após eventos climáticos extremos</li> </ul>						
<p><b>Accountability.</b> A educação deve ser responsável, em relação à transparência, gestão social e participação das populações afetadas, bem como a responsabilidade pelas ações e políticas públicas empreendidas na resposta.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Falta de mecanismos suficientes para permitir a participação das CDPs no desenho e na implementação de políticas educacionais</li> </ul>						
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Questões de accountability associadas à falta de informações suficientes e transparentes sobre deslocamento climático e impactos do clima no setor educacional.</li> </ul>						

Fonte: UNESCO 2023b.

## Barreiras à educação para todos os padrões de deslocamento

Uma das barreiras mais proeminentes à educação em decorrência das mudanças climáticas - aplicável a todos os padrões de deslocamento - é a falta de recursos financeiros e os custos de suprimentos, livros, uniformes e transporte que limitam o acesso à educação para as CDPs. Após os desastres e o deslocamento, muitas famílias perdem seus bens, terras e outros meios de subsistência, o que leva a dificuldades econômicas e à consequente incapacidade de pagar as mensalidades escolares. Mesmo quando a escola é gratuita, ainda há custos substanciais associados, incluindo a compra de uniformes, livros, suprimentos e transporte de ida e volta para a escola.

Outra grande barreira é a **disponibilidade limitada de infraestrutura educacional** em áreas rurais e/ou remotas. Uma barreira geral à educação, mesmo fora do contexto da mudança climática, é a falta de capacidade e de infraestrutura escolar, principalmente em áreas rurais e remotas. À medida que as mudanças climáticas deslocam pessoas na América Central e no Caribe, seja temporária ou permanentemente, os alunos deslocados lutam para encontrar escolas próximas com infraestrutura adequada (tanto em termos de qualidade quanto de quantidade de salas de aula, equipamentos...) para absorver o fluxo de novos alunos. Essa barreira é particularmente grave em regiões remotas, pois a infraestrutura já é limitada, mas as regiões remotas são as mais afetadas pela mudança climática e pelo deslocamento climático.

Além disso, muitas vezes faltam medidas oficiais e contínuas para atender às **necessidades psicossociais e de saúde** dos alunos deslocados pelo clima - inclusive a falta de professores e de treinamento de professores sobre as necessidades específicas das pessoas deslocadas pelo clima. Embora a pobreza seja uma das barreiras mais prevalentes à educação em meio à mudança climática e ao deslocamento, também há muitos desafios não monetários, inclusive impactos na saúde mental dos alunos. Entretanto, poucas medidas são tomadas para enfrentar esses desafios. Na Guatemala, por exemplo, as iniciativas para fornecer apoio psicossocial são ad hoc, ocorrendo temporariamente após os desastres, e não um aspecto permanente da política educacional do país. Além disso, os professores geralmente desconhecem essas necessidades especiais dos alunos deslocados pelo clima. Na República Dominicana, por exemplo, uma das principais barreiras identificadas com relação aos métodos de ensino foi a falta de métodos e técnicas de aprendizado adaptados às necessidades da população migrante em geral, mas principalmente às das pessoas deslocadas pelo clima.

Além disso, as **barreiras linguísticas** são um desafio particularmente importante para as pessoas deslocadas pelo clima, especialmente para as populações indígenas. Na verdade, essas populações são altamente vulneráveis aos efeitos da mudança climática devido aos seus laços estreitos com a terra e a agricultura, à sua marginalização política e econômica preexistente e à sua localização frequentemente rural e isolada. Qualquer deslocamento forçado resultante de eventos de início lento ou rápido pode levar a uma mobilidade que deixaria as populações indígenas em uma comunidade que não fala ou ensina em seu idioma, criando assim a falta de acesso à educação é um obstáculo, mas não apenas, pois também pode ter um impacto em suas oportunidades de emprego, meios de subsistência e integração social (UNESCO, 2023b). Na Guatemala, apesar da presença de mais de 25 idiomas falados - 22 dos quais correspondem a formas de maia - o idioma oficial da Guatemala é, portanto, da educação oferecida, é o espanhol, o que afeta desproporcionalmente o acesso à educação dessas populações indígenas. Da mesma forma, os migrantes haitianos na República Dominicana ou nas Bahamas, deslocados após o furacão Dorian, enfrentaram barreiras linguísticas ao tentar acessar a educação em New Providence após a mudança forçada de Abaco.

Embora o número e a natureza das barreiras à educação como resultado das mudanças climáticas e do deslocamento sejam numerosos e variados, os aspectos mencionados acima apresentam alguns dos desafios mais notáveis para o acesso à educação em face das mudanças climáticas. Outros incluem:

- Aumento dos riscos de discriminação e violência contra CDPs do Haiti, parte de comunidades indígenas da América Central e mulheres, bem como migrantes econômicos;
- Falta de financiamento público suficiente no setor educacional, especialmente após desastres, e falta de priorização para o desenvolvimento de políticas personalizadas para as CDPs;
- Falta de coordenação institucional e de capacidade para atender às necessidades educacionais das CDPs;
- Falta de mecanismos suficientes para permitir a participação das CDPs na elaboração e implementação de políticas educacionais; e
- Problemas de responsabilidade associados à falta de informações suficientes e transparentes sobre o deslocamento climático e os impactos climáticos no setor educacional.

### Barreiras à educação após eventos de início súbito

Embora as populações afetadas por eventos de início súbito enfrentem as barreiras à educação descritas acima, elas também enfrentam um conjunto de desafios educacionais exclusivos que outras, como as pessoas deslocadas devido a eventos de início lento, não enfrentam. O mais notável é a interrupção da educação durante desastres e a destruição da infraestrutura educacional, ou danos importantes se forem usados como abrigos por longos períodos de tempo. O impacto mais direto do clima sobre o direito à educação são eventos como tempestades, inundações e furacões que dizimam parcial ou completamente a infraestrutura escolar, como foi visto após o furacão Maria em 2018, que danificou um terço de todas as escolas primárias e secundárias na República Dominicana (ReliefWeb, 2018).

No entanto, mesmo quando as escolas permanecem em pé e funcionando, muitas vezes são usadas como **abrigos de emergência**, o que impede seu uso como instalações educacionais e prolonga ainda mais a retomada das atividades escolares normais após os danos à infraestrutura durante seu uso como abrigos. Essa perda de **tempo de ensino**, por sua vez, afeta a qualidade da educação. Além disso, a destruição de materiais didáticos, suprimentos e equipamentos reduz a capacidade de ensinar os conteúdos de aprendizado necessários. Eventos climáticos extremos destruíram materiais didáticos, suprimentos e equipamentos na região, afetando as práticas de ensino e a capacidade de ensinar os conteúdos de aprendizagem exigidos.

Outra barreira à educação após eventos súbitos que foi identificada na região é a **falta de professores**, principalmente em áreas remotas. Por exemplo, as escolas do vilarejo de Nuevo Quejá (Guatemala) - construídas após as tempestades Eta e Iota - tinham salas de aula, mas muitas não eram utilizadas devido à falta de professores suficientes para atender aos 258 alunos. Da mesma forma, há uma falta de capacidade de coordenação para reatribuir alunos e professores após eventos climáticos extremos. A falta de documentos digitais para facilitar esse processo foi identificada como um desafio importante na Guatemala e nas Bahamas.

Da mesma forma que o deslocamento temporário após eventos súbitos, o deslocamento interno permanente também vem com seu conjunto associado de barreiras à educação, principalmente a baixa digitalização dos registros acadêmicos que afeta os alunos deslocados internamente. Esse é particularmente o caso da Guatemala, pois as famílias rurais precisam se mudar para centros urbanos para encontrar meios de subsistência sustentáveis. Ao transferir as escolas, o acesso aos registros acadêmicos pode ser difícil devido à baixa digitalização das credenciais e pode ser necessário viajar para o local de residência original. No caso de desastres repetidos, às vezes os registros acadêmicos são completamente destruídos ou desaparecem.

Além do acesso aos registros escolares, há preocupações relacionadas aos riscos de segurança associados a prédios escolares inadequados e ao gerenciamento de desastres, principalmente quando a educação é feita de forma inadequada.

A infraestrutura não foi construída, consertada ou mantida adequadamente. Em alguns casos, como no vilarejo reconstruído na Guatemala Nuevo Quejá, as escolas são construídas em terrenos inadequados e colocam os alunos em risco de sofrerem mais danos em meio a enchentes e deslizamentos de terra. Para as populações encurraladas, considerar a possibilidade de estudar em prédios que foram afetados por desastres pode colocar em risco a segurança física das crianças no caso de desmoronamento da escola e corte de água sanitária e eletricidade.

## **Barreiras à educação após o deslocamento transfronteiriço**

Um dos aspectos mais problemáticos do deslocamento transfronteiriço no que diz respeito ao direito à educação é, muitas vezes, a falta de documentação legal necessária não apenas para se matricular em escolas internacionais, mas, mais basicamente, a documentação legal necessária para residir no país receptor. Vale lembrar que as pessoas deslocadas em decorrência da mudança climática não são reconhecidas como refugiadas de acordo com a Convenção de Refugiados de 1951 e, portanto, não têm direito à residência legal no exterior após eventos de início rápido ou lento. Isso pode dificultar ainda mais a aplicação do direito à educação no país de destino.

No entanto, mesmo fora da documentação exigida para a residência legal, há inúmeros exemplos de procedimentos administrativos rigorosos que exigem determinados documentos necessários para a matrícula - como passaportes, carteiras de identidade e registros escolares oficiais - aos quais algumas pessoas deslocadas entre fronteiras não têm acesso, pois alguns deles podem ter sido perdidos ou destruídos durante os desastres e a movimentação pós-desastre. Os filhos de migrantes haitianos nas Bahamas, por exemplo, enfrentam barreiras à educação quando tentam se matricular devido à falta de passaportes. Na República Dominicana, a barreira da discriminação é ainda mais acentuada, pois até mesmo os descendentes de migrantes haitianos enfrentam práticas discriminatórias retrospectivas ao se matricularem, também devido à aplicação discricionária de políticas que exigem documentação específica.

Embora problemático em menor grau, o reconhecimento de diplomas, certificados e conhecimentos também foi identificado como uma barreira para os migrantes haitianos deportados de volta para o Haiti após o furacão Dorian, bem como para os guatemaltecos que tentam passar pelo dispendioso processo de reconhecimento de seus diplomas universitários estrangeiros.

## Política de orientação para a região da América Central e Caribe

Algumas barreiras à educação estão presentes em todos os padrões de deslocamento, enquanto outras barreiras são mais exclusivas de determinados padrões, portanto, a orientação política deve ser adaptada às situações específicas. A orientação política, destinada aos Estados Membros e aos formuladores de políticas da região da América Central e do Caribe, destaca a orientação aplicável a todas as formas de deslocamento climático, seguida de orientações mais específicas para determinados tipos de deslocamento, variando de acordo com a natureza do evento que causou o deslocamento, por exemplo, ou a natureza do próprio deslocamento.

### Orientação de políticas para todos os padrões de deslocamento

- Melhorar o acesso e a prontidão da infraestrutura e dos serviços educacionais, visando as áreas rurais que podem ser importantes receptores de CDPs por meio do aumento do financiamento e da capacidade escolar.
- Facilitar a matrícula de alunos do CDP por meio de medidas específicas (incluindo apoio financeiro, aumento da capacidade de absorver mais crianças, currículo flexível, procedimentos administrativos mais flexíveis e oportunidades de aprendizado flexíveis e não formais).
- Apoiar os professores e a equipe educacional na abordagem das necessidades educacionais e psicossociais das CDPs por meio de treinamento direcionado de professores em pedagogias de aprendizado híbrido, ensino no nível certo, avaliação de perdas de aprendizado e muito mais.
- Cooperar com organizações nacionais, regionais e internacionais que prestam apoio aos CDPs para tornar esses esforços aspectos permanentes da política educacional e desenvolver capacidades nacionais e locais.
- Priorizar respostas adequadas a grupos de alunos já vulneráveis, como mulheres e meninas, jovens (secundário) e grupos e minorias étnicas, raciais, religiosas e linguísticas.
- Dar prioridade ao atendimento das necessidades educacionais específicas das populações indígenas em face da mudança climática, principalmente assegurando que seus conhecimentos e valores tradicionais sejam incluídos nos currículos educacionais, especialmente no que diz respeito às possíveis soluções baseadas nesses conhecimentos para fortalecer a resiliência do ecossistema, mas também assegurando que a educação esteja disponível nos idiomas indígenas e que eles possam acessar os sistemas educacionais sem discriminação, da mesma forma que os outros alunos.
- Integrar e abordar explicitamente a relação entre o deslocamento climático e o direito à educação nas políticas nacionais e regionais de educação, mudança climática, gestão de desastres e migração.
- Fortalecer as capacidades de todos os ministérios relevantes, incluindo os Ministérios da Educação, em sua função de liderança/coordenação para aumentar a colaboração intersetorial em apoio aos CDPs, por exemplo, garantindo que um representante do Ministério da Educação esteja presente nos departamentos ou ministérios de Redução de Risco de Desastres em um determinado país e vice-versa.

- Criar mecanismos para garantir a participação ativa de CDPs (em potencial) antes, durante e depois do processo de desenvolvimento pós-crise na elaboração e avaliação de políticas para apoiar sua educação, fazendo esforços especiais para apoiar a participação de grupos vulneráveis e migrantes irregulares para garantir a responsabilidade perante as populações afetadas.
- Integrar a educação para o desenvolvimento sustentável, incluindo a educação sobre mudança climática, a fim de aumentar o conhecimento, a conscientização e a ação sobre as causas científicas e estruturais desses desastres induzidos pelo clima para transformar as CDPs em agentes ativos de mudança em vez de vítimas passivas de desastres.
- Fortalecer os mecanismos de governança horizontal e vertical para garantir respostas oportunas em todos os níveis (local, nacional, regional).
- Melhorar a preparação para atender às necessidades linguísticas da população deslocada pelo clima, por exemplo, preparando material educacional nos idiomas dos CDPs esperados ou treinando/apoiando professores para atender às suas necessidades, como o Kreyol haitiano ou em inglês, francês ou espanhol, dependendo do país.

### **Orientação de políticas para deslocamento causado por desastres de início rápido**

- Priorizar o uso de alternativas à infraestrutura educacional como abrigo e o estabelecimento de instalações temporárias para garantir a continuidade dos serviços educacionais durante desastres.
- Planejar e implementar ferramentas e práticas de aprendizagem remota em tempo hábil para mitigar o fechamento de escolas e a destruição de material didático, considerando a experiência de aprendizagem adquirida durante a pandemia da COVID-19.
- Criar planos de contingência para serviços educacionais para reduzir sua suspensão durante desastres, incluindo especificidades para educação especial.
- Aprimorar os sistemas nacionais para responder a aumentos repentinos na demanda por materiais didáticos, suprimentos e equipamentos adicionais, bem como por professores nas regiões que recebem CDPs. Isso pode ser feito, por exemplo, planejando a disponibilidade de materiais educacionais adicionais e criando protocolos para sua rápida entrega. Também podem ser implementados mecanismos para apoiar economicamente os professores em regiões com CDPs e apoiar professores voluntários ou contratados como medidas temporárias para atender às CDPs.
- Aprimorar os sistemas nacionais de resposta e preparação das escolas para acomodar o influxo de CDPs após um desastre, por exemplo, desenvolvendo planos de contingência nas escolas para responder a esse influxo e criando medidas de apoio financeiro, como subsídios para escolas receptoras.

## Guia de políticas para deslocamento interno

- Melhorar a resiliência da infraestrutura educacional, especialmente em áreas de risco de desastres repentinos e de início lento, bem como em regiões potencialmente receptoras de CDPs, por exemplo, atualizando e implementando avaliações de infraestrutura e mecanismos de monitoramento, bem como atualizando os códigos de construção e zoneamento, por meio de retroajustes e alinhamento de políticas com o Quadro Comprehensive School Safety.
- Melhorar a digitalização dos registros acadêmicos com o objetivo explícito de facilitar a reintegração das CDPs após os desastres.

## Guia de políticas para deslocamento transfronteiriço

- Simplificar os requisitos administrativos e legais para que as CDPs internacionais tenham acesso à educação.
- Estabelecer o conceito de refugiado climático (ou um conceito equivalente) nos principais órgãos reguladores relacionados à migração internacional de cada país, bem como estruturas juridicamente vinculantes para garantir o acesso à educação de CDPs que cruzam fronteiras.
- Revisar os procedimentos para facilitar o reconhecimento de diplomas e certificados de possíveis CDPs internacionais.

# Anexo C

**Resultados da região  
da África Oriental**

.....

A região da África Oriental está frequentemente nas notícias por causa de uma série de questões mundiais graves: conflito, terrorismo, pobreza, fome e muito mais. Uganda, um estado do leste africano com uma população de mais de 47 milhões de habitantes, frequentemente traz à mente uma história complicada e triste de guerras civis, crianças-soldados e brutalidade chocante. Embora o desenvolvimento e o crescimento econômico de Uganda tenham sido impressionantes, eles estão em grande parte confinados a Kampala, sua capital, deixando o restante do país em situação de pobreza moderada a grave. Uganda ocupa a 166ª posição no Índice de Desenvolvimento Humano, tem uma alta taxa de pobreza, que chega a 82% em alguns distritos – tem uma economia e uma força de trabalho que ainda dependem muito da agricultura e tem uma média de apenas 5,7 anos de escolaridade (PNUD, 2021).

Nos últimos 20 anos, a Somália, uma nação no Chifre da África Oriental com uma população de aproximadamente 17 milhões de habitantes (The World Bank, 2022), foi devastada por guerras civis e conflitos. Entre as mudanças de regime, os confrontos entre clãs e o conflito territorial entre vários grupos nacionalistas e islâmicos, milhões de somalis foram forçados a fugir - deslocados à força pelo conflito para campos de refugiados ou internacionalmente para os países vizinhos da África Oriental.

O Quênia, um estado da África Oriental com uma população de mais de 54 milhões de habitantes (The World Bank, 2022) e uma topografia geográfica diversificada, é geralmente considerado um dos estados africanos mais desenvolvidos em termos de economia, infraestrutura, essencialmente serviços e estabilidade política (Tamarkin, 1978), classificado como um país de renda média-baixa pelo Banco Mundial (World Bank, 2021). Devido à estabilidade política e à relativa riqueza do Quênia em comparação com seus vizinhos, como Sudão, Somália, Etiópia e Uganda - todos eles assolados pela violência e pela escassez de recursos. O Quênia é um dos principais destinos de refugiados internacionais, abrigando cerca de 600.000 refugiados e solicitantes de asilo em seus diversos campos espalhados pelo país, o que leva a conflitos pela diminuição dos recursos naturais restantes (UNHCR, 2023b).

Embora todas essas questões sejam amplamente cobertas pelos meios de comunicação nacionais, regionais e internacionais, os países da África Oriental estão enfrentando uma crise existencial que merece a mesma atenção: a mudança climática e seus impactos que estão levando a um deslocamento climático generalizado. A mudança climática está afetando todos os países do mundo, mas a África Oriental é uma das regiões mais vulneráveis diante de eventos climáticos sem precedentes. Com secas prolongadas e escassez de água, a grande parte da população empregada e dependente da agricultura e do pastoreio nômade está se vendo sem um meio de subsistência ou fonte de alimento, enquanto as chuvas erráticas e torrenciais estão levando a inundações mortais que deslocam centenas de milhares de pessoas anualmente, um número que está crescendo de forma rápida e constante. De acordo com as projeções do IPCC, com um aquecimento global de 1,7 °C até 2050, poderia haver 6,9 milhões de pessoas deslocadas internamente no leste da África, um número que aumentaria para 10,1 milhões com um aquecimento global de 2,5 °C até 2050 (IPCC, 2022).

Quer os habitantes sejam deslocados à força de suas casas como resultado direto das mudanças climáticas, quer se vejam indiretamente deslocados pelas mudanças climáticas devido à perda de meios de subsistência, a África Oriental deve encontrar uma solução para garantir que sua crescente população deslocada pelo clima tenha acesso total a seus direitos humanos fundamentais, principalmente o direito à educação.

Ressalte-se que recentemente houve discussões nesse sentido, pois a Cúpula Africana sobre o Clima e a Semana Africana sobre o Clima foram realizadas paralelamente em setembro de 2023 no Quênia, abordando a crescente exposição às mudanças climáticas e seus custos associados na África e servindo como uma plataforma para informar, estruturar e influenciar os compromissos, as promessas e os resultados do Estado. Algumas das questões abordadas nesses eventos coincidem com os identificados na análise regional deste relatório (os efeitos das mudanças climáticas sobre os meios de subsistência, a infraestrutura etc.).

Abaixo estão alguns dos principais destaques referentes ao direito à educação para pessoas deslocadas pelo clima na região da África Oriental, seguindo os relatórios preliminares sobre o Quênia, Uganda e Somália, que representam a maioria dos países da região da África Oriental:

**Tabela 6: Principais conclusões do estudo realizado na África Oriental**

#### Principais conclusões

- Os danos à infraestrutura das escolas e o fechamento de escolas após inundações extremas, associados à mudança climática, representam a barreira mais direta à educação e ocorrem em todos os países estudados.
- Todos os países da região estão experimentando altas taxas de movimento rural-urbano como resultado das perdas de meios de subsistência provocadas pelo clima. O acesso à escolaridade ao chegar às favelas urbanas não é garantido.
- Muitos países da África Oriental têm uma cultura de pastoreio nômade, com as mudanças climáticas levando as rotas de pastoreio cada vez mais longe de seus padrões tradicionais. O acesso à escolaridade após o deslocamento em áreas rurais não é amplamente disponível nem os profissionais de ensino.
- A mudança climática está levando cada vez mais famílias a se inscreverem como refugiadas em campos de refugiados. Esses campos de refugiados já estão superlotados e têm capacidade limitada de escolarização para seus residentes.
- A região da África Oriental está passando por um alto nível de deslocamento climático não apenas interno, mas também transfronteiriço. Barreiras legais e administrativas podem impedir que os deslocados internacionais tenham acesso à educação.
- Os países que ratificaram a Convenção de Kampala são obrigados a proteger e auxiliar os deslocados internos na região, incluindo a proteção dos direitos humanos fundamentais. No entanto, a ratificação dessa convenção deve ser promovida nos países que ainda não são estados-parte e, naqueles que já são, deve-se incentivar a implementação de tais obrigações nas leis e práticas nacionais.

## Como as mudanças climáticas estão provocando deslocamentos no leste da África

### Deslocamento direto após eventos de início súbito

#### Chuvas irregulares e inundações

Assim como muitos países asiáticos experimentam monções e tempestades sazonais, a África Oriental e, em especial, o Quênia, experimentam padrões anuais e sazonais de precipitação impulsionados pela Zona de Convergência Intertropical (ITCZ), um sistema de baixa pressão que traz chuvas fortes para os países ao longo do equador da Terra. Isso resulta em dois períodos úmidos: as "chuvas curtas", de outubro a dezembro, no sul do Quênia, e as "chuvas longas" que afetam principalmente o norte do Quênia de março a maio (PNUD, 2021). Também situada dentro da Zona de Convergência Intertropical (ITCZ) e com ventos monoclinais, o Somali Jetstream e ondas de leste do Oceano Índico e do Mar

Vermelho, a Somália tem duas estações chuvosas - a estação chuvosa Gu, que ocorre de março a junho, e a estação chuvosa Deyr, que ocorre de outubro até o final de novembro (Climate Change Knowledge Portal, 2021). Uganda tem um clima muito variável que sofre o impacto de vários padrões meteorológicos, incluindo a monção indiana de grande escala, a massa de ar do Congo, o dipolo do Oceano Índico (IOD) e a Zona de Convergência Intertropical. Além disso, um dos principais fatores da variabilidade interanual da precipitação em Uganda é o fenômeno El-Niño Oscilação Sul (ENSO), sendo que os períodos de El-Niño geralmente trazem inundações durante as estações chuvosas e El-Niña geralmente resulta em seca (The World Bank Group, 2020).

Embora esses fenômenos climatológicos estejam presentes na África Oriental há séculos, espera-se que as mudanças climáticas afetem o volume, a intensidade e a frequência das chuvas. Enquanto anteriormente as chuvas anuais eram distribuídas de forma mais uniforme entre os dias das estações chuvosas, as chuvas no leste da África tornaram-se cada vez mais erráticas e essa tendência deve continuar à medida que os efeitos das mudanças climáticas se agravam. Em geral, espera-se que as chuvas anuais aumentem, mas esse aumento não será sentido de maneira uniforme. O número de dias com precipitação mínima ou nula aumentará, simultaneamente, os dias com chuvas serão marcados por eventos de precipitação extremos e severos (Climate Change Knowledge Portal, 2021). Devido às chuvas cada vez mais intensas em curtos períodos de tempo, a África Oriental - uma região tradicionalmente considerada como lidando principalmente com a seca - está sofrendo cada vez mais inundações repentinas e erosão do solo, agravadas quando essas chuvas fortes caem em terras secas e assoladas pela seca, que não recebem chuvas há meses. Essas inundações repentinas agora não estão apenas deslocando dezenas de milhares de pessoas de uma só vez, mas também causando mortes de animais e seres humanos todos os anos (CICV, 2021).

Um exemplo de inundação mortal na Somália foi observado em maio e junho de 2021, com as fortes chuvas de Gu matando 25 pessoas, nove delas crianças, com um total de mais de 160.000 somalis afetados por esse único evento em maio de 2021 (ReliefWeb, 2021a). Embora muitos tenham previsto que as chuvas diminuiriam no final de maio, a mudança climática mostrou sua poderosa capacidade de desafiar os padrões do passado e, mais uma vez, levar a chuvas imprevisíveis e erráticas. Como resultado, no final de junho de 2021, as chuvas de Gu e as inundações subsequentes afetaram 400.000 somalis, com mais de 101.000 oficialmente deslocados de suas casas (ReliefWeb, 2021b). Durante a estação chuvosa de 2023, chuvas fortes e inundações atingiram partes da Somália. Pelo menos 468.000 pessoas foram afetadas pelas enchentes, 247.000 das quais foram deslocadas de suas casas (ReliefWeb, 2023d).

No Quênia, em agosto de 2020, as fortes chuvas - que causaram o aumento dos níveis de água no Lago Turkana - já haviam desalojado 5.000 pessoas que viviam às margens do lago; esse número aumentou rapidamente para 24.320 pessoas desalojadas em outubro, resultando em perda de meios de subsistência e milhares de casas submersas (Floodlist, 2020). Ao mesmo tempo, o aumento dos níveis no Lago Vitória resultou em 300 famílias desalojadas em agosto e um total subsequente de 7.000 famílias desalojadas em outubro devido aos refluxos do lago (Floodlist, 2020). Mais recentemente, em abril de 2023, ocorreram grandes inundações no condado de Mandera, no nordeste do país, afetando mais de 2.000 famílias. Da mesma forma, o rio Nyando transbordou, inundando áreas do subcondado de Nyando, deslocando 1.500 famílias em Nyando e um total de 2.700 no condado como um todo (Floodlist, 2023).

Entre as chuvas sem precedentes de 2019 e 2020, mais de 132.000 ugandenses foram deslocados à força devido às inundações subsequentes, com 88% das pessoas deslocadas residindo em

comunidades anfitriãs, 10% em acampamentos e 2% em assentamentos formais (IOM, 2020). Para analisar melhor os efeitos das mudanças climáticas e dos riscos naturais em nível sub-regional em Uganda, a OIM realizou um Mapeamento Participativo da Mobilidade da População, durante o qual discussões em grupo e em plenário entre os residentes locais e as partes interessadas revelaram que as inundações eram o risco climático predominante no distrito de Katawki - um risco que se tornou mais grave, frequente e desastroso. Os participantes afirmaram que as inundações resultam em deslocamento para as áreas próximas da região de Teso e outras partes do leste de Uganda, e que, durante eventos extremos de chuva e inundações, os residentes sempre migram temporariamente para instituições educacionais e religiosas (IOM, 2021).

### Ciclones

Enquanto regiões como o Caribe e o sudeste da África costumam sofrer com furacões e ciclones poderosos, a África Oriental, apesar de ter o Oceano Índico como sua fronteira oriental, não é normalmente considerada um ponto de acesso de ciclones. No entanto, considerando as chuvas irregulares sem precedentes da região, a África Oriental agora também está começando a experimentar ciclones poderosos nunca antes vistos como resultado da mudança climática.

Em 22 de novembro de 2020, o ciclone Gati - a tempestade mais forte que já atingiu a Somália desde que se tem registro - atingiu a parte mais oriental do país. O ciclone Gati não foi apenas a tempestade mais forte que já atingiu a Somália, mas também demonstrou outras características típicas das tempestades afetadas pela mudança climática: aumentando a intensidade de 65 km/hora para 185 km/hora em um período de apenas 12 horas, o ciclone apresentou o maior aumento de intensidade já registrado em 12 horas no Oceano Índico (Patel, 2020). Com a queda de dois anos de chuvas em apenas dois dias, a tempestade histórica deixou nove mortos e afetou outras 180.000 pessoas (Hujale, 2021). Para uma população que já estava envolvida em conflitos, secas, fome e milhões de deslocados internos, o ciclone Gati levou muitos a uma devastação ainda maior, necessitando desesperadamente de assistência imediata.

## **Deslocamento indireto após eventos de início lento**

### Seca e fome

Embora, novamente, a Somália tenha lidado durante séculos com estações secas e chuvosas, a mudança climática tornou esses períodos de seca mais graves do que nunca, começando com a notória seca de 2011, que talvez tenha sido uma das primeiras vezes em que a mídia mundial destacou o custo humano da mudança climática relacionada à seca. Como a pior seca em mais de 60 anos, as chuvas inexistentes<sup>17</sup> causaram muito mais danos do que a ligeira diminuição da produção agrícola. Como a produtividade agrícola foi interrompida e os animais pereceram em todo o país, a ONU declarou seis regiões da Somália em um estado de fome, com algumas estimativas afirmando que a fome custou a vida de até 258.000 somalis (Seal & Bailey, 2013), metade deles crianças com menos de cinco anos de idade (Giovetti, 2020). Além do quarto de milhão de vidas perdidas, outros 170.000 somalis fugiram para o nordeste do Quênia na esperança de encontrar melhores condições (ReliefWeb, 2012).

---

17. NT: no documento original, utiliza-se o termo "failed rains", que corresponderia a "chuvas fracassadas". Levando em conta o sentido de "fail" como falhar na execução de alguma ação, entende-se que "failed rains" são as chuvas que não caíram.

Diante de tais desastres humanos, a Somália adotou recentemente seu Plano Nacional de Adaptação (NAP), que apresenta uma série de ações importantes para o período de 2021 a 2030 para fortalecer a resiliência da agricultura às mudanças climáticas (UNFCCC, 2021). Algumas das principais iniciativas incluem:

- Pesquisa sobre variedades resistentes à seca e fornecimento de sementes e mudas resistentes à seca para comunidades agrícolas;
- Desenvolvimento de sistemas de irrigação, incluindo represas, canais e sistema de reticulação de água;
- Promoção de um esquema de seguro baseado no clima para agricultores e pecuaristas;
- Investimento em serviços veterinários para tratar de doenças relacionadas ao clima;
- Desenvolver a capacidade de adaptação em práticas agronômicas resistentes ao clima para pequenos agricultores;
- Gerenciar as áreas de pastagem e os pastos de maneira sustentável e aprimorar o desenvolvimento de infraestruturas e serviços para o gado, inclusive o armazenamento de ração;
- Melhorar o acesso aos serviços de informações agroclimáticas.

Essas ações não apenas protegem os meios de subsistência, mas também combatem a insegurança alimentar e a desnutrição, o que representa um grande avanço no combate aos efeitos adversos da mudança climática e do deslocamento na educação. Embora o NAP ainda esteja em seus estágios iniciais, ainda é cedo para medir seus efeitos, vale a pena observar os esforços que estão sendo feitos nesse sentido com a adoção, em 2022, do Quadro do NAP para abordar e coordenar as necessidades de adaptação de médio e longo prazo da Somália de forma coerente e coordenada para orientar e avançar o processo do NAP da Somália UNFCCC, 2022a).

#### Movimento rural-urbano após a perda de meios de subsistência induzida pelo clima

Um padrão de migração distinto no Quênia é a urbanização como medida de adaptação às mudanças climáticas. Tanto os pastores que perderam seu sustento devido à seca prolongada quanto aqueles que residem ao longo de lagos e rios que incharam imensamente devido ao aumento da variabilidade da precipitação estão se dirigindo às cidades e centros urbanos próximos em busca de outro meio de vida. Quando controlada e bem planejada, a urbanização pode criar uma força de trabalho mais forte e uma economia reforçada.

No entanto, o número e a rapidez com que os quenianos estão migrando para as áreas urbanas deixaram as autoridades locais e regionais com dificuldades para garantir o desenvolvimento sustentável. Ao contrário das "megacidades", os padrões de migração urbano-rural do Quênia, impulsionados pelas mudanças climáticas, podem resultar em "megafavelas" (Baker, 2021). Isso não só impediria o acesso dos migrantes a serviços básicos, como também os assentamentos informais e não planejados que contêm uma população densa colocam um grande número de casas em risco quando ocorrem eventos como inundações repentinas.

Em Uganda, especificamente no distrito de Karamoja, famoso por suas condições adversas e por depender quase exclusivamente de recursos naturais, 82% da população vive abaixo da linha da pobreza (Vilhelmsen Haug, 2014). Enquanto algumas famílias são deslocadas temporariamente, muitas vezes residindo com amigos e familiares nas proximidades, outras que enfrentam desastres crônicos

e pobreza sentem que não têm escolha a não ser migrar para os centros urbanos. No entanto, apesar da esperança de encontrar um ambiente físico mais estável e seguro e melhores oportunidades econômicas, a maioria desses migrantes se encontra em situações deploráveis (IDMC, 2014). Isso se deve, em parte, ao fato de que, além dessas migrações induzidas pelo clima para áreas urbanas, Uganda já tem uma das maiores taxas de urbanização do mundo, e a concorrência para encontrar trabalho na cidade é, portanto, dez vezes maior (UNFCCC, 2022b).

Talvez o exemplo mais evidente dessa tendência de migração rural-urbana e urbanização possa ser visto entre os Karamojong, devido ao nível extremamente alto de pobreza no distrito. Menores de idade de Karamoja foram observados migrando para áreas urbanas a fim de obter renda e trazê-la de volta para suas famílias, mas, ao contrário de suas aspirações, na realidade eles correm alto risco de exploração do trabalho, muitas vezes acabam pedindo esmolas nas ruas e vivem em favelas com saneamento e infraestrutura inseguros. Muitos migrantes Karamojong também relatam ter sofrido assédio e abuso verbal e físico (Vilhelmsen Haug, 2014).

Embora três quartos da população somali estejam atualmente empregados na agricultura, a Somália é, no entanto, um dos países de urbanização mais rápida do mundo, com a população urbana esperada para que ultrapasse a população rural até 2026 (Aubrey & Cardoso, 2019). Devido à falta de chuva que já dura uma década e à quase total incapacidade de continuar vivendo de plantações e criação de gado nas áreas rurais, muitos somalis não têm outra opção a não ser se mudar para centros urbanos, principalmente Mogadíscio, em busca de alguma fonte de renda. No entanto, como é o caso da maior parte da urbanização no Quênia e em Uganda, os movimentos rurais-urbanos geralmente resultam em deslocamentos de deslocados internos para assentamentos improvisados nos arredores das grandes cidades; em infraestrutura altamente instável, insalubre e que desmorona sob inundações; e sem acesso suficiente a serviços sociais básicos.

Esse é o caso dos assentamentos de deslocados internos em Mogadíscio. Em vez de encontrar segurança e renda, os deslocados internos que já se encontram em um ambiente inseguro são recebidos por escavadeiras que destroem seus abrigos e escolas, como aconteceu em dezembro de 2017, quando mais de 5.000 famílias de deslocados internos foram mais uma vez deslocadas à força e obrigadas a fugir para assentamentos mais distantes da cidade. De acordo com o Conselho Norueguês de Refugiados, aproximadamente 11.000 deslocados internos foram expulsos todos os meses de Mogadíscio, com um total de 153.682 pessoas desabrigadas somente em 2017 (Goldbaum, 2018). Esse fenômeno não é apenas uma ocorrência recente, mas sim um padrão de migração que começou já em 2011, quando a seca levou à fome generalizada. Em julho de 2011, o ACNUR já havia registrado 40.000 somalis em direção a Mogadíscio, com mais 30.000 em assentamentos informais a 50 km da capital (ACNUR, 2011).

#### Migração para campos de refugiados

Outros, que talvez não tenham os recursos para migrar para centros urbanos, ou que migraram, mas foram deslocados à força novamente pelas autoridades locais, escolhem um caminho diferente: declaram-se refugiados com a esperança de obter necessidades básicas de vida nos campos de refugiados, como abrigo, alimentação, água, saneamento, educação e segurança. De acordo com uma entrevista realizada pelo CICV, um pastor na Somália confirmou: "Se você perder seus animais, você se torna um refugiado, é o que dizemos", disse ele. Há muitas pessoas que perderam seus animais e se registraram como refugiados" (CICV 2021).

Apesar do fato de que as pessoas deslocadas interna ou internacionalmente em decorrência dos efeitos da mudança climática não são legalmente qualificadas como "refugiados", de acordo com a definição da Convenção de 1951 sobre a Condição dos Refugiados, dezenas de milhares de somalis que fogem da seca são, no entanto autodeclarados "refugiados" e se aglomerando em campos de refugiados nos países vizinhos, principalmente no campo de refugiados de Dadaab, no norte do Quênia, a 80 quilômetros da fronteira entre a Somália e a Quênia (Almendral, 2020). Embora os campos de refugiados devam, em teoria, servir como uma solução temporária para o deslocamento, os somalis que fogem da seca não têm mais nada; com todos os seus animais mortos e a seca persistindo, eles têm pouco incentivo para deixar a segurança dos campos de Dadaab (Onyiego, 2011) - agora com uma população de aproximadamente 220.000 pessoas (Almendral, 2020). Da mesma forma, no Quênia, muitos de seus próprios cidadãos também estão recorrendo a campos de refugiados, apesar de seu movimento ser interno e não internacional. Muitos pastores quenianos, que se encontram sem nenhuma colheita ou produção de gado bem-sucedida devido à seca acentuada e, conseqüentemente, sem nenhum meio de subsistência ou atividade econômica, fogem para os campos de refugiados de Dadaab, alegando serem somalianos refugiados para simplesmente ter acesso a serviços básicos, como comida, água, assistência médica, abrigo e educação. No entanto, isso representa grandes problemas para os direitos humanos desses pastores, pois, ao alegarem que são refugiados somalianos, eles perdem à força sua cidadania queniana (Bonneau, 2013).

No entanto, isso seria mais difícil em países como Uganda, o maior país de acolhimento de refugiados da África (1,5 milhão de refugiados no início de 2022, principalmente do Sudão do Sul e da RDC - ACNUR, 2022a), que geralmente oferece acesso limitado ou inexistente a serviços de saneamento básico (UNFCCC, 2022b) e luta especificamente para atender às necessidades básicas dos refugiados (ACNUR, 2022a).

#### Populações aprisionadas e o último recurso

Para aqueles que não conseguem migrar ou encontrar uma passagem segura para um campo de refugiados em países vizinhos e, portanto, permanecem presos e enfrentam a morte por fome, resta uma opção perigosa: juntar-se ao grupo jihadista armado Al-Shabaab - não por desejo, mas por necessidade, manipulação, coerção ou extorsão. Como explicou um somali que se refugiou nos campos de Dadaab: "O motivo pelo qual [o Al-Shabaab] proibiu todas as agências de ajuda que teriam ajudado as pessoas é para atrair os famintos, sabendo muito bem que as pessoas que estão passando fome caem em qualquer coisa" (Heaton, 2017). O Al-Shabaab, aproveitando-se das condições terríveis causadas pelas mudanças climáticas, usa a seca e a insegurança alimentar como forma de atrair novos recrutas, prometendo-lhes comida, renda e segurança em troca de sua adesão.

Em uma entrevista conduzida por Laura Heaton<sup>18</sup> em 2017 como parte de seu artigo para o Groundtruth Project, um ex-combatente do Al-Shabaab, que se recusou a dar seu nome verdadeiro, explicou que o Al-Shabaab costumava exigir um terço de sua colheita como imposto, deixando sua família em uma situação de grave insegurança alimentar e pobreza. Por fim, cedendo à extorsão, em 2008 ele "juntou-se ao Al-Shabab para manter parte de sua colheita, escolhendo o extremismo para si mesmo em vez da fome para sua família". Para os ex-combatentes que mais tarde decidiram abandonar o Al-Shabaab e fugir para os campos de refugiados do Quênia, a segurança ainda é

18. Laura Heaton é escritora e jornalista. Na última década, seus textos sobre a África Oriental e Central se concentraram principalmente em conflitos, direitos humanos e experiências de guerra das mulheres. <https://www.laura-heaton.com/about>.

perigosa: se o Al-Shabaab encontrar um ex-combatente, provavelmente terá um fim violento. No entanto, o destino de alguém pode ser igualmente traiçoeiro se as autoridades quenianas souberem que um refugiado em seus campos pertencia ao Al-Shabaab. Embora a situação seja extremamente complexa e multifacetada, em padrões como o descrito acima, a mudança climática é, em última análise, a raiz do motivo pelo qual muitos somalis ainda permanecem presos (Heaton, 2017).

#### Pastoreio nômade, migração interna e conflito

Embora a dependência geral da Somália da agricultura para seu PIB em nível estadual e para a renda familiar regular em nível individual torne a nação particularmente vulnerável às mudanças climáticas, há um grupo que enfrenta ameaças ainda maiores: os pastores nômades. A grande maioria dos somalis está de fato empregada na agricultura, mas apenas uma pequena parte é composta por agricultores tradicionais e fixos. Em vez disso, 60% da população somali são pastores nômades ou seminômades - pastoreando gado, ovelhas, cabras e camelos e viajando com seus rebanhos sazonalmente em busca de água e pastagens viáveis (UNDP, 2021).

No entanto, embora a mobilidade conhecida há séculos pelos pastores nômades possa parecer uma vantagem em termos de flexibilidade na busca de recursos, os pastores nômades estão enfrentando agora os mesmos desafios que os agricultores tradicionais: Restam tão poucos recursos naturais - em grande parte como resultado da mudança climática - que não importa a distância percorrida, não há mais água; não há mais pasto; as enchentes se tornaram tão graves que estão acabando com a grande maioria dos rebanhos de gado remanescentes; e a fonte de sustento, segurança alimentar e renda dos pastores nômades está morrendo.

Em um artigo publicado pelo CICV em setembro de 2021, um pastor nômade entrevistado conta como ele já teve 70 camelos. Devido à seca e ao solo seco em todas as direções, 50 deles já morreram. Suas palavras refletem a gravidade da realidade da mudança climática para a maioria dos somalis: "Se seus animais morrem, você morre com eles". Desesperados para manter seus animais e suas famílias vivos e longe da fome, os pastores nômades estão migrando mais do que nunca e, cada vez com mais frequência, enfrentando conflitos violentos como resultado (CICV, 2021). Com a competição acirrada pelos recursos naturais remanescentes, os pastores nômades estão enfrentando conflitos intercomunitários, conflitos entre clãs, conflitos com agricultores tradicionais, já que agora tanto os agricultores quanto os pastores estão competindo pelos mesmos recursos; e agora estão se armando com pistolas e armas de pequeno porte para afastar os saqueadores que tentam roubar seus alimentos e gado - um conceito conhecido como "rustling", que está se tornando cada vez mais comum e, conseqüentemente, levando a mais e mais violência. No entanto, devido à falta de presença do governo em muitas partes da Somália e conflitos políticos que levam a uma governança deficiente, não há um órgão eficaz para evitar os surtos de violência entre clãs e pastores, o que acrescenta mais complexidade à situação já frágil e demonstra como a própria mudança climática pode ser uma causa indireta de conflito (Yaw Tchie, 2021).

Uganda, devido à sua posição geográfica e ao fato de estar cercada por países que passam por distúrbios civis, conflitos violentos e mudanças climáticas, é um dos principais países receptores de refugiados, com uma população total de refugiados de 1,5 milhão de pessoas, e é o maior anfitrião de refugiados em toda a África (UNHCR, 2023b). Embora muitos dos refugiados possam estar fugindo de conflitos, e não da mudança climática, a grande população de refugiados sudaneses que vive no norte de Uganda também terá que enfrentar os desafios impostos pela deterioração das condições

climáticas. O norte de Uganda, que fica fora do cinturão tropical e já recebe menos chuvas do que o resto do país, tem poucos recursos e está enfrentando escassez de água. Isso pode levar a conflitos entre as populações de refugiados e as comunidades anfitriãs à medida que as mudanças climáticas continuarem a se agravar.

Os refugiados não são os únicos migrantes que pressionam os recursos escassos e também lidam com os efeitos da mudança climática ao chegarem; a migração interna também está sendo observada entre as comunidades nômades de pastores no nordeste de Uganda. Como as mudanças climáticas estão provocando alterações nos padrões de pastagem dos rebanhos, os pastores de todo o Chifre da África estão seguindo seus rebanhos em busca de pastagens viáveis - levando alguns ugandenses para o Quênia e alguns quenianos para as terras pastoris de Uganda (Whiting, 2016). Como o gado é o único meio de renda para esses pecuaristas, a crescente invasão das terras de outros pecuaristas está levando a conflitos armados violentos em todo o Chifre da África, inclusive em Uganda (Mkutu).

Da mesma forma, embora muitos quenianos atormentados pelos efeitos da mudança climática estejam migrando internamente para áreas urbanas, fatores externos não podem ser ignorados: como as condições ambientais e o conflito são graves na Somália há mais de uma década, o Quênia é o principal país receptor de migrantes e refugiados somalis que fogem da mudança climática, do conflito ou de ambos (Achour & Lacan, 2012). Independentemente de esses refugiados chegarem às terras pastoris do nordeste do Quênia ou aos campos de refugiados de Dadaab, o fluxo de migrantes abre caminho para conflitos por moradia, terra, alimentos, água e recursos. Independentemente de a competição ser entre migrantes quenianos rurais e urbanos ou entre pastores quenianos e migrantes somalis, está claro que o deslocamento interno e internacional resultante da mudança climática está intrinsecamente ligado ao crescente conflito pelos escassos recursos restantes no Quênia.

### Uma observação sobre gênero

Seja no deslocamento interno após eventos repentinos, na migração urbana, no pastoreio nômade ou no deslocamento entre fronteiras, nem todas as populações são afetadas igualmente pelas mudanças climáticas. Pelo contrário, a região da África Oriental mostra mais claramente o impacto desproporcional das mudanças climáticas sobre meninas e mulheres. Enquanto os homens da zona rural da África Subsaariana geralmente são encarregados de criar gado e pastorear, as mulheres são encarregadas das tarefas domésticas, como buscar lenha e água. No entanto, como a mudança climática está diminuindo drasticamente a quantidade de água de superfície disponível, as mulheres são forçadas a viajar para mais longe de suas casas para encontrar esses recursos básicos diariamente, colocando-as em risco de abuso e violência física e sexual (Mourdoukoutas, 2016). Na Somália, por exemplo, como principais coletoras de água e lenha, a seca severa e cada vez pior está forçando as mulheres e meninas a viajarem até três quilômetros a pé - às vezes mais - para buscar provisões, retornando frequentemente com cargas pesadas de baldes de 10 litros de água (UNFPA, 2021). Isso não só exige muito tempo diariamente - podendo interromper outras atividades, como a educação - como também representa um risco à segurança de meninas e mulheres que viajam sozinhas.

Além das vulnerabilidades adicionais que as mulheres rurais da África Oriental enfrentam em seu local de residência habitual, a mudança climática está levando cada vez mais mulheres a migrarem para áreas urbanas em busca de renda básica após a perda de meios de subsistência causada pelo clima. Tradicionalmente, por exemplo, as mulheres de Uganda são mais propensas a migrar do que os homens de Uganda. Esse continua sendo o caso da migração rural-urbana, pois as mulheres de

Uganda têm maior probabilidade de encontrar oportunidades econômicas nas cidades, como cuidar de crianças, limpeza da casa e cozinha (Vilhelmsen Haug, 2014). No entanto, caso essas mulheres cheguem às grandes cidades e favelas sem família, amigos, apoio e moradia segura, elas também podem se encontrar em risco de exploração e abuso sexual.

O deslocamento interno e a residência em campos de refugiados ou assentamentos de deslocados internos acrescentam mais uma camada de complexidade, pois as meninas e as mulheres continuam sem direitos, sem acesso a serviços essenciais como cuidados de saúde e higiene, e enfrentam um risco extremamente elevado de violência de gênero (UNFPA, 2021). Conforme relatado pela National Geographic, os guardiões dos campos informais de deslocados internos em Puntland frequentemente extorquem as mulheres exigindo favores sexuais em troca de acesso a abrigo e alimentos. Da mesma forma que o Al-Shabaab visa explicitamente as populações vulneráveis, esses campos informais de deslocados internos são alvos de traficantes de pessoas, que se aproveitam do desespero das famílias e persuadem meninos e meninas a partirem com eles para uma "vida melhor" na Europa, embora muitos morram em trânsito. Como os pais geralmente ficam com seus rebanhos, as mulheres e meninas são deixadas nos campos com laços sociais e segurança física fracos e, muitas vezes, são vítimas de violência de gênero sem ter a quem recorrer (Almendral, 2020).

Mesmo antes de mulheres e meninas se encontrarem em assentamentos de deslocados internos e campos de refugiados, o próprio processo de deslocamento e trânsito representa uma ameaça igualmente grande. Uma mulher, que fugiu do sul da Somália a pé para chegar ao campo de refugiados de Dadaab, no Quênia, foi estuprada por oito homens durante a caminhada, enquanto seu filho pequeno gritava ao seu lado. Anos mais tarde, três homens arrastaram a filha da mesma mulher de sua escola no acampamento e a agrediu sexualmente. Outra jovem, que tinha 12 anos na época, foi vendida em casamento por sua própria avó após a seca de 2016 e a subsequente morte de seu gado (Almendral, 2020). Entre a busca diária por água e madeira, a perigosa rota entre a casa e o local de destino e as condições violentas dentro dos acampamentos formais e informais, meninas e mulheres enfrentam um perigo muito real e presente como resultado direto do deslocamento climático. À medida que os efeitos da mudança climática continuarem a se intensificar, o número de meninas e mulheres em risco também aumentará.

## **Padrões de deslocamento climático e barreiras associadas à educação**

### **Enchentes, danos à infraestrutura e transporte**

Como acontece em todos os países que sofrem com o aumento das enchentes e chuvas irregulares devido aos efeitos da mudança climática, algumas das barreiras mais significativas e diretas à educação são o fechamento de escolas, danos ou dizimação da infraestrutura e dos materiais escolares, trajetórias intransitáveis de ida e volta para a escola devido a enchentes e estradas bloqueadas, e escolas sendo usadas como abrigos de emergência em vez de instalações educacionais contínuas.

Uganda não é exceção. Em 2007, por exemplo, à medida que a extensão dos efeitos da mudança climática em Uganda se tornava mais evidente, as graves inundações na parte leste do país, que deixaram mais de 300.000 pessoas em extrema necessidade de ajuda, também impediram que 150 escolas abrissem no início do período letivo (Reliefweb, 2007). Essa tendência, como previsto, continuou e piorou ao longo do século XXI. Por exemplo, em 2020, grandes enchentes no oeste

de Uganda destruíram completamente cinco escolas primárias, deixaram outras 24 inacessíveis e destruíram seis pontes que eram usadas para ir e voltar dessas escolas regionais (Ntabadde, 2020).

No Quênia, à medida que as enchentes se tornaram mais severas, as barreiras à educação passaram de escolas fechadas devido a danos causados pela água para escolas completamente demolidas e até mesmo com mortes, como foi o caso em maio de 2020, quando as enchentes destruíram uma escola de ensino médio para meninas e mataram 18 pessoas (Chiseremi & Owiti, 2020). Além dos danos à infraestrutura escolar em si, as enchentes também apresentam barreiras à educação ao afetar a infraestrutura de transporte. Devido ao transbordamento do Lago Vitória, por exemplo, os alunos foram obrigados a pegar barcos para ir à escola, pois a água inundou as rotas usuais de transporte terrestre, colocando em risco a segurança física das crianças e também limitando o acesso apenas às famílias com recursos financeiros para pagar as passagens de barco (AfricaNews, 2020).

Da mesma forma, na Somália, após as inundações catastróficas de 2019, que desabrigaram 370.000 somalis, 86 escolas foram afetadas pelas enchentes, com mais de 700 professores impossibilitados de trabalhar depois de fugirem para áreas mais altas. Tudo isso ocorre depois que o Ministério da Educação foi forçado a adiar os exames nacionais em 2018 devido às graves inundações na Somália. Embora as barreiras à educação impostas pelas enchentes tenham sido reconhecidas, os esforços de resposta notavelmente carecem de uma priorização da continuação da educação. Após as enchentes, o UNICEF declarou que milhares de famílias estavam em "extrema necessidade de água limpa, saneamento, abrigo seguro, saúde e suprimentos alimentares", mas o acesso a escolas e educação não foi incluído na lista de prioridades (Al Jazeera, 2019).

Por fim, e como acontece na maioria das outras regiões propensas a inundações em todo o mundo, as escolas são uma das primeiras instituições públicas a serem usadas como abrigos de emergência após os deslocamentos de início repentino. Em 2020, após o aumento contínuo dos níveis de água do Lago Kwana, em Uganda, que afetou mais de 5.000 famílias, as famílias mais pobres e aquelas que não tinham parentes nas proximidades não tiveram outra escolha a não ser se refugiar nas escolas vizinhas. Isso não apenas representa uma interrupção imediata do ensino, mas o diretor da Kachung Junior - uma escola primária - destacou o fato de que o grande número de pessoas deslocadas que vivem no prédio da escola leva à destruição das instalações da escola, como dormitórios e salas de aula, e que, em geral, as instituições educacionais ficam em um estado impróprio para receber os alunos (Immaculate, 2020).

## **Falta de educação sobre mudanças climáticas e deslocamentos relacionados**

O deslocamento climático pode parecer um conceito abstrato, principalmente para as comunidades que sofrem com a seca severa e a vulnerabilidade econômica. Assim, torna-se imperativo integrar a educação sobre mudança climática e deslocamento relacionado não apenas aos currículos das escolas, mas também às iniciativas de aprendizagem ao longo da vida, para aumentar a conscientização e tornar essa questão mais visível entre as populações. Além disso, a falta predominante de um entendimento abrangente sobre a redução do risco de desastres entre alunos e professores ressalta a necessidade urgente de incorporar a educação climática nos currículos escolares. De fato, a educação desempenha um papel crucial no fortalecimento da capacidade das pessoas de se adaptarem aos efeitos adversos da mudança climática, equipando-as com conhecimentos e habilidades vitais. Consequentemente, é essencial elaborar programas relacionados a questões relevantes localmente e que atendam às diversas necessidades de aprendizado das pessoas deslocadas pelo clima, como a diversidade de idiomas. Por meio da integração da educação

sobre mudança climática nos processos de aprendizagem formal e ao longo da vida, as sociedades podem não apenas aumentar sua resiliência, mas também atender melhor às necessidades das populações deslocadas pelo clima, nutrindo, em última análise, um futuro mais sustentável e robusto (UNESCO, 2023b).

Nos últimos anos, o Quênia e Uganda tomaram medidas significativas para abordar o papel vital da educação sobre mudanças climáticas em seus respectivos países, embora seus programas tenham abordagens diferentes. Por um lado, a revelação da Estratégia de Aprendizagem sobre Mudanças Climáticas do Quênia de 2021, com duração de dez anos, enfatiza fortemente o desenvolvimento de conhecimento e capacidade em toda a sociedade, com foco especial nas instituições educacionais. Ela reconhece o setor educacional como um impulsionador fundamental para atingir essas metas e enfrentar os desafios ambientais e sociais do Quênia. O principal objetivo do setor educacional é reforçar a compreensão, a interpretação e a aplicação prática das mudanças climáticas entre alunos, professores, instrutores e facilitadores até o ano de 2030. As principais ações incluem a integração da mudança climática em todos os níveis de educação, o aprimoramento da capacidade dos professores, a criação de materiais didáticos relevantes, o uso da educação não formal e a promoção da colaboração entre a pesquisa e a indústria para o conhecimento do clima (OHCHR, 2021). Por outro lado, a Lei Nacional de Mudanças Climáticas de Uganda, adotada em 2021, reconhece a importância de educar tanto os órgãos governamentais quanto o público em geral sobre as questões de mudanças climáticas. As principais disposições da lei determinam a integração da educação e da pesquisa sobre mudanças climáticas no currículo nacional, garantindo que os jovens estejam preparados para entender e enfrentar os desafios climáticos. Além disso, a lei promove esforços de colaboração entre departamentos governamentais, agências líderes, indivíduos e entidades privadas para aprimorar os programas educacionais e de divulgação sobre mudanças climáticas, promovendo uma sociedade mais informada e engajada. Os comitês do governo local são encarregados de realizar campanhas de educação e conscientização em suas jurisdições, disseminando o conhecimento sobre o clima e a mudança climática e estratégias de mitigação até mesmo nas áreas mais remotas (The Republic of Uganda, 2021). Essa estratégia multifacetada pode servir de modelo para outras nações que buscam abordar os aspectos educacionais da crise climática.

## Favelas urbanas

Como acontece em quase todo o mundo, as crianças que vivem em favelas quase sempre enfrentam barreiras de acesso à educação em comparação com suas contrapartes urbanas. O Quênia não é exceção, e o padrão predominante de migração rural-urbana como resultado da perda de meios de subsistência provocada pelo clima está resultando em uma população crescente de favelas. Em 2006, foi publicado um estudo na *International Journal of Educational Development* que mostrou, como resultado de vários fatores, que as crianças que vivem em favelas não se beneficiam da "vantagem urbana" de ter maior acesso a instalações como escolas (Mugisha, 2006).

Mesmo fora de fatores como pobreza e proximidade física, as crianças das favelas tinham maior probabilidade de sofrer de diarreia do que suas contrapartes urbanas, e também maior probabilidade do que as crianças da zona rural, resultando em mais dias de escola perdidos. Certamente, o aumento de doenças devido a condições sanitárias mais precárias é uma barreira à educação para as populações das favelas, mas também existem outros fatores que impedem o pleno acesso à educação, tais como: baixa qualidade das escolas primárias nas favelas, acesso limitado à escola secundária para as crianças das favelas, maior vulnerabilidade à coerção para a

atividade sexual e outros males que impedem a participação na escola, ambiente incapacitante em casa e aumento do trabalho infantil (Mugisha, 2006). Embora essas barreiras à educação não afetem exclusivamente as pessoas deslocadas pelo clima, o fato de a mudança climática estar criando um corredor de migração rural-urbana/favela resulta inevitavelmente em um número maior de alunos que enfrentam esses desafios.

Um estudo examina como, embora o governo de Uganda tenha feito avanços significativos para garantir a educação no norte, onde muitos refugiados permanecem em campos, esforços semelhantes não foram empreendidos nas favelas urbanas de Uganda. Em Namuwongo, uma favela urbana de Kampala, foi realizado um estudo no qual entrevistas com crianças revelaram uma perspectiva sombria em relação à educação. Apesar do fato de a educação pública ser gratuita em Uganda, outras taxas - como uniformes, livros etc. - ainda são muito onerosas para algumas crianças - ainda são onerosas demais para serem pagas por algumas famílias (Sims et al., 2011).

Para as crianças que conseguem frequentar a escola, as representações de suas experiências educacionais têm muito pouco a ver com a educação em si, mas sim com o prazer de poder usar instalações sanitárias e ter um lugar seguro para brincar ao ar livre - um luxo bastante raro nas favelas de Uganda, já que a maioria das crianças não tem instalações sanitárias em casa, ou tem instalações muito insalubres, nem um lugar para brincar ao ar livre que não esteja cheio de lixo e dejetos humanos. Quando solicitadas a esboçar suas experiências na escola, nenhuma criança do estudo incluiu um desenho de um professor (Sims et al. 2011).

Como no caso do Quênia e de Uganda, os padrões de vida nas favelas urbanas e o acesso a serviços essenciais continuam precários na Somália. De acordo com um estudo de 2015, 85% da população que vive nos assentamentos ao redor de Mogadíscio são deslocados internos - aproximadamente 400.000 pessoas. Embora o estudo não diferencie as pessoas deslocadas por conflitos das pessoas deslocadas pelo clima, todos os dados sobre deslocamento interno em nível global sugerem que um número cada vez maior dessas pessoas deslocadas internamente é induzido pelo clima.

De acordo com a população pesquisada, apenas 33% dos deslocados internos que residem nos assentamentos de Mogadíscio, com idades entre 5 e 18 anos, frequentavam a escola. Dos que estavam frequentando a escola, a maioria frequentava a Madras<sup>19</sup>. Embora o estudo não estabeleça uma relação causal entre a residência nos assentamentos e a baixa frequência escolar, pode-se imaginar que o baixo acesso à educação se deve a uma mistura de pobreza, trabalho infantil e/ou falta de documentação após o deslocamento, já que apenas 1% da população amostrada tinha um documento de identificação somali e apenas 1% tinha uma certidão de nascimento.

Deve-se observar também que as pessoas deslocadas pelo clima que residem nos assentamentos informais de Mogadíscio enfrentam barreiras agravadas à educação: apesar de já estarem deslocadas internamente, os despejos contínuos do governo nos arredores de Mogadíscio colocam as pessoas já deslocadas em risco de serem novamente deslocadas e desabrigadas. De acordo com o mesmo estudo, 37% da população de deslocados internos esperava um despejo de seu local de residência atual nos próximos seis meses no momento da pesquisa.

19. Madras são escolas teológicas muçulmanas (consulte <https://fr.wikipedia.org/wiki/M%C3%A9dersa> e <https://www.britannica.com/topic/madrasah>)

Talvez a mera expectativa de ser despejado possa fazer com que os pais hesitem em matricular seus filhos na escola, devido à incerteza de sua situação de moradia. Mas, de forma mais evidente, o próprio despejo e a subsequente falta de moradia ou novo deslocamento representam uma grande interrupção da educação para as famílias que já são as mais vulneráveis (Internal Displacement Profiling in Mogadishu, 2016).

## Populações rurais e nômades e pobreza

Entre os grupos tradicionalmente desfavorecidos em relação ao acesso à educação estão as crianças que residem em áreas rurais e as crianças de famílias nômades. Nas áreas rurais agrícolas, as escolas geralmente estão situadas a uma distância maior de algumas residências, o que resulta em longos períodos de deslocamento para as crianças. Embora o acesso físico à escola já seja mais difícil, a mudança climática, que traz chuvas e inundações cada vez mais severas, pode tornar essa distância intransponível.

Outra característica das populações rurais é o alto índice de pobreza. Embora a educação básica no Quênia seja gratuita e obrigatória para todas as crianças, e um direito garantido pela Constituição e pela legislação nacional, outras taxas, como custos de transporte, uniformes, livros didáticos e material escolar, ainda se acumulam em um montante que muitas famílias rurais não podem fornecer. Embora a pobreza seja uma barreira universal para a educação em qualquer país, a população rural do Quênia corre um risco muito maior de cair ainda mais na pobreza devido à perda de meios de subsistência causada pelo clima e, conseqüentemente, de ter menos condições de pagar pela educação devido às mudanças climáticas.

Embora a mudança climática possa forçar o deslocamento de novas populações no Quênia, algumas famílias já se deslocam há décadas: os pastores nômades, que migram sazonalmente por rotas definidas para ouvir o gado. O Quênia é tradicionalmente o lar de muitas tribos de pastores, incluindo os Masaai, Turkana, Pokots, Samburu e outras, abrigando, no total, de sete a oito milhões de pessoas (CDC, 2012). Assim como as crianças que têm um lar fixo em áreas rurais, as crianças de famílias nômades já enfrentam barreiras à educação - principalmente porque são móveis, mudam frequentemente de local e, portanto, de escola, e podem descobrir que seu padrão migratório é muito distante de uma escola local para ter acesso consistente.

Em Uganda, além das barreiras logísticas - principalmente o estilo de vida nômade, em constante movimento, e as barreiras relacionadas à pobreza -, as populações rurais e nômades têm uma atitude consideravelmente negativa em relação à educação. De acordo com Brown et. al, "Criação de gado, casamento precoce de meninas (incluindo dotes), e as crescentes oportunidades de negócios devido à rápida urbanização e ao desenvolvimento foram identificadas como oportunidades que geram retornos econômicos melhores, mais rápidos e mais tangíveis do que os investimentos em educação." Além disso, como os homens das famílias nômades se deslocam para pastorear o gado, muitas vezes as crianças são forçadas a fazer trabalhos e tarefas domésticas, como buscar lenha, água, cuidar das hortas de subsistência etc., o que as impossibilita de frequentar a escola (Brown et al., 2017). Devido a essa combinação única, mas infeliz, de fatores em famílias rurais e nômades, apenas 25% das crianças de seis a nove anos frequentavam a escola em Karamoja (Eninu, 2018).

Embora as favelas urbanas e os assentamentos informais estejam frequentemente associados à pobreza - que é uma das principais barreiras à educação em geral -, a pobreza também é galopante entre as populações rurais e nômades da Somália, o que representa uma grande barreira à educação para essa população também. Em 2012, mais de 50% das famílias rurais já viviam em extrema pobreza.

Apesar de o ensino fundamental público ser gratuito, os custos associados ao transporte para a escola, material escolar, livros didáticos e uniformes ainda são muito onerosos para muitas famílias rurais e, como resultado, as crianças abandonam a escola para exercer atividades econômicas ou ajudar a administrar as famílias. Isso é ilustrado pelo fato de que apenas 17% das crianças da zona rural da Somália estão matriculadas na escola (READO, 2020).

Esses padrões são particularmente predominantes entre os pastores nômades em movimento. À medida que o pasto para o gado se torna cada vez mais raro devido à mudança climática que exacerba a seca extrema, muitas vezes o chefe da família migra com os rebanhos em busca de água e pasto, deixando as responsabilidades domésticas diárias para os demais membros da família. Com as crianças tendo que caminhar 3 quilômetros ou mais para buscar água e lenha, a simples obtenção de necessidades básicas - que estão se tornando cada vez mais escassas devido às mudanças climáticas - força muitas crianças a abandonar a escola, já que as mudanças climáticas simultaneamente forçam os chefes de família nômades a migrar para mais longe de suas famílias (UNFPA 2021). À medida que essas secas sem precedentes continuarem, algumas fontes preveem que um terço de todas as crianças somalis poderá abandonar a escola, atormentadas pela pobreza e pela fome (Al Jazeera 2017).

## Migração interna e refugiados

Ao analisar as barreiras à educação no Quênia, é preciso ir além do direito à educação apenas para os cidadãos quenianos. Como o Quênia se tornou um país popular de refúgio para migrantes voluntários e refugiados de países vizinhos - especialmente da Somália e do Sudão do Sul -, uma das questões mais importantes a serem enfocadas na busca do direito à educação para todos no Quênia será a eliminação da barreira à educação para migrantes estrangeiros e refugiados.

Os refugiados internacionais - sejam eles deslocados pela mudança climática ou migrando por outros motivos - enfrentam barreiras significativas à educação no local de destino: exclusão, às vezes explícita, dos sistemas educacionais nacionais; colocação em sistemas educacionais paralelos e informais; barreiras linguísticas; falta de documentação que comprove as qualificações; discriminação; traumas e muito mais (UNESCO, 2020).

Por exemplo, após um influxo de refugiados sudaneses no final da década de 1990 e início da década de 2000, os campos de refugiados transbordantes não eram capazes de oferecer instituições ou recursos educacionais suficientes, portanto, muitas famílias decidiram se mudar para Nairóbi com a esperança de ter melhor acesso à educação e aos meios de subsistência. No entanto, mesmo fora dos campos de refugiados, as barreiras à educação eram evidentes: para ter acesso às escolas primárias em Nairóbi, as famílias precisavam apresentar determinados documentos de registro, como um certificado de mandato do ACNUR e uma certidão de nascimento - documentação que, infelizmente, muitos refugiados não possuem. Mesmo com essa documentação, alguns refugiados não puderam se matricular na escola primária pública devido à discriminação e à extorsão (Karanja, 2010).

Quer as mudanças climáticas levem as famílias a padrões migratórios rurais-urbanos, mantenham os pastores nômades presos à seca e à fome ou os levem a fugir para campos de refugiados na Somália ou além das fronteiras, as perdas de meios de subsistência e a pobreza causadas pelo clima ainda são a maior barreira à educação para os somalis deslocados pelo clima. O ACNUR destaca a prevalência dessa barreira em sua entrevista com uma família somali que fugiu para um campo de refugiados na Etiópia. Somente após a instalação de um sistema de irrigação pelo ACNUR - que transformou terras antes estéreis em fazendas férteis e proporcionou oportunidades de trabalho para os refugiados -

uma mãe conseguiu finalmente levantar fundos suficientes para mandar seus filhos para a escola local. Anteriormente, e sem nenhuma forma de atividade geradora de renda, a grande maioria dos refugiados não tinha condições de arcar com as necessidades, como uniformes, livros e suprimentos para enviar seus filhos à escola, apesar de conseguir abrigo em campos de refugiados (ACNUR, 2022a).

À medida que a renda dos refugiados aumentava, também aumentava a matrícula escolar geral das crianças refugiadas - que mais do que dobrou entre 2012 e 2017 na região de Dollo Ado, na Etiópia. No entanto, à medida que as matrículas aumentam exponencialmente, outras barreiras à educação para todos os refugiados - inclusive os refugiados deslocados pelo clima - tornam-se evidentes: falta de capacidade física e espaço para os refugiados, bem como falta de professores qualificados para acomodar os novos alunos. Mesmo para os alunos que encontram espaço, têm acesso a professores qualificados e têm chefes de família que geram renda, as reduções na assistência alimentar ainda têm um impacto significativo na matrícula - levando a altas taxas de absenteísmo e evasão escolar, pois as crianças refugiadas precisam voltar a trabalhar para ajudar suas famílias (UNHCR, 2022a).

As barreiras à educação para refugiados mencionadas acima não são exclusivas de pessoas deslocadas pelo clima, mas, como o número de deslocamentos causados pelo clima e a subsequente matrícula em campos de refugiados continuam a crescer substancialmente, o mesmo acontecerá com o número de crianças que enfrentam essas barreiras ao seu direito à educação.

## Guia de políticas para a região da África Oriental

A região da África Oriental é extremamente vulnerável aos efeitos das mudanças climáticas, devido à sua localização geográfica, ao histórico de secas pré-existentes e ao fenômeno recém-desenvolvido de aumento de inundações repentinas e até mesmo de ciclones, bem como devido às suas características socioeconômicas, com muitas nações da África Oriental já atormentadas pela pobreza, conflitos, favelas urbanas e alta presença de refugiados.

Levando em conta essas barreiras à educação, apresentamos a seguir orientações políticas que podem orientar os Estados-Membros e os formuladores de políticas sobre como garantir o direito à educação para todos, inclusive para as pessoas deslocadas pelo clima, em face da mudança climática e do deslocamento climático - tanto atual quanto futuro.

### Orientação jurídica e política

- Alterar as leis nacionais relevantes para garantir o direito à educação para todas as pessoas, não apenas para os cidadãos de um determinado país.
- Assegurar que todos os países da África Oriental tenham ratificado a Convenção de Kampala, que garante a proteção e o cumprimento dos direitos humanos dos deslocados internos nos países signatários.
- Criar uma definição clara e legal de IDP na estrutura nacional, caso não haja uma; se ela definir uma IDP, amplie a definição para incluir pessoas deslocadas, tanto temporária quanto permanentemente, pelos efeitos das mudanças climáticas. Um modelo para essa definição poderia ser inspirado no adotado na "Lei de Prevenção, Proteção e Assistência a Pessoas Deslocadas Internamente e Comunidades Afetadas" do Quênia<sup>20</sup>, segundo a qual pessoas deslocadas por desastres naturais ou causados pelo homem são consideradas IDPs.

- Criar uma iniciativa política, juntamente com o apoio necessário da equipe do governo, dedicada especificamente a garantir os direitos das IDPs - uma política separada das iniciativas de ajuda aos refugiados - para dar às IDPs uma voz clara e prioridade. Essa política deve proteger expressamente o direito à educação das IDPs. Um exemplo disso é o Princípio 23 da lei queniana mencionada acima.

### Orientação em nível escolar

- Usar o financiamento de organizações e parceiros internacionais para aumentar a resiliência da infraestrutura física das escolas, por meio de reformas, garantindo que as novas escolas sejam construídas para resistir às ameaças climáticas e desenvolver políticas de zoneamento para a construção de escolas.
- Identificar outros prédios públicos, em vez de escolas, para serem usados como abrigos de emergência dedicados após inundações e desastres.
- Aproveitar a tecnologia de ensino a distância desenvolvida globalmente em resposta à pandemia da COVID-19 para garantir a continuidade do aprendizado quando as escolas estiverem inacessíveis após desastres, principalmente educação por rádio e TV para populações sem acesso à Internet, garantindo que a educação presencial seja restabelecida o mais rápido possível.
- Simplificar os procedimentos administrativos para a matrícula escolar, principalmente eliminando as exigências de documentação para a educação de pessoas que chegam sem identificação ou passaporte.
- Desenvolver transporte seguro, financiado pelo estado, de e para as escolas à luz dos riscos de inundação - como disponibilizar barcos em áreas de alto risco de inundação que sejam navegados por adultos licenciados e treinados.
- Desenvolver um registro de profissionais de ensino móveis que possam se deslocar junto com pastores nômades com crianças em idade escolar.
- Garantir que parte do financiamento para refugiados seja dedicada a aumentar a capacidade escolar e a disponibilidade de professores nos campos de refugiados mais densos e com maior número de refugiados.
- Integrar uma Educação para o Desenvolvimento Sustentável abrangente ao currículo, à pedagogia e ao treinamento de professores, adaptada à situação específica e às características socioeconômicas de cada país e elaborada com a participação dos jovens, para que os alunos possam se tornar parte ativa da solução para mitigar e combater os efeitos das mudanças climáticas.

### Orientação para cooperação intersetorial

- Nas próximas reformas da política educacional, inclua uma seção sobre educação em situações de emergência, estabelecendo explicitamente um plano para a continuidade da educação alternativa após o desastre.
- Nas próximas reformas de DRR e DRM, bem como nas intervenções de organizações

20. De acordo com essa lei, uma "pessoa deslocada internamente" significa "uma pessoa ou grupos de pessoas que foram forçados ou obrigados a fugir ou a deixar suas casas ou locais de residência habitual, em particular como resultado de ou para evitar os efeitos de conflitos armados, projetos de desenvolvimento de grande escala, situações de violência generalizada, violações de direitos humanos ou desastres naturais ou causados pelo homem, e que não cruzaram uma fronteira estatal reconhecida internacionalmente".

internacionais, inclua explicitamente a garantia de acesso à educação nos planos de resposta sistemática com a mesma urgência que o fornecimento de alimentos, abrigo e saúde.

- Caso exista uma plataforma, um comitê ou um órgão governamental centralizado de coordenação de DRM/DRR/mudança climática, adicione um membro do Ministério da Educação como detentor de assento permanente.

### **Orientação sobre resiliência**

- Aumentar o financiamento de programas de TVET para aprimorar e requalificar os trabalhadores agrícolas e pastores nômades, criando, em última análise, resiliência diante das mudanças climáticas, menos perdas de meios de subsistência causadas pelo clima e menos pobreza.
- Trabalhar com organizações internacionais, como a FAO e o WFP, para implementar a utilização de variedades de culturas resistentes a enchentes e secas, diminuindo, em última análise, o risco de perdas de meios de subsistência causadas pelo clima e o deslocamento de início lento.
- Garantir a disponibilidade de oportunidades de subsistência nos campos de refugiados e em seus arredores para permitir que os pais dos refugiados paguem as mensalidades escolares de seus filhos.
- Considere a possibilidade de criar um programa de transferência condicional de dinheiro para as famílias deslocadas após desastres, a fim de garantir que elas possam pagar o transporte para a escola e a reposição de livros, suprimentos e uniformes.
- Desenvolver uma estratégia de financiamento abrangente e conjunta para criar um fundo para pessoas deslocadas pelo clima e seu direito à educação, financiado pelo Ministério da Educação e pelos departamentos de redução e gerenciamento de riscos de desastres, além de alavancar parcerias privadas.

# Anexo D

## Resultados da região do Sudeste Europeu<sup>21</sup>

21. Este anexo é um resumo da síntese regional do Sudeste Europeu (UNESCO 2023c) e contém trechos da publicação.

Embora a Ásia-Pacífico, a América Central e o Caribe e a África Oriental sejam "pontos quentes" bem conhecidos da mudança climática, uma outra região está sofrendo os efeitos cada vez mais graves da mudança climática combinados com um alto nível de vulnerabilidade: O sudeste da Europa. Nas últimas décadas, as chuvas se tornaram mais irregulares, com uma redução anual geral nas precipitações, mas um aumento nos eventos de precipitação severa e nas inundações subsequentes. Ao mesmo tempo, os períodos de seca estão se tornando prolongados e a escassez de água, mais grave (UNESCO, 2023c).

Além disso, as mudanças nos padrões atmosféricos estão resultando em eventos climáticos extremos raramente testemunhados, como o ciclone que permaneceu estacionário sobre os estados dos Bálcãs em 2014, levando a chuvas por até 21 dias consecutivos em alguns lugares e resultando em inundações infames que deslocaram 90.000 pessoas na Bósnia e Herzegovina, 32.000 na Sérvia e 15.000 na Croácia (Montalto Monello & Carlone, 2020). Certamente, outros países da Europa estão sofrendo com o aumento de enchentes catastróficas, chuvas e secas, como na França, Alemanha, Espanha e Portugal. No entanto, o que diferencia a região do sudeste europeu é sua maior vulnerabilidade - definida como "a propensão ou predisposição a ser afetada adversamente por riscos climáticos e engloba uma variedade de conceitos e elementos, incluindo sensibilidade ou suscetibilidade a danos e falta de capacidade de lidar e se adaptar" (UNESCO, 2020). De acordo com o INFORM Global Risk Index 2022, todos os países do sudeste europeu estudados como parte dessa iniciativa têm uma pontuação de 4,0 a 4,4 (na escala de 0 a 10) em relação à sua exposição a riscos naturais (Mkrtchyan, 2021).<sup>22</sup>

No caso do sudeste da Europa, é a maior propensão a ser afetado negativamente por riscos climáticos que outros estados europeus podem não ter, o que torna a região particularmente em risco diante das mudanças climáticas, principalmente devido às taxas de pobreza relativamente altas, que limitam a renda das famílias e a capacidade financeira para se adaptar a perdas e danos causados pelo clima, um histórico de infraestrutura devastada pela guerra, estruturas de governança descentralizadas<sup>23</sup> e altos níveis de pessoas já deslocadas ou previamente deslocadas que vivem em situações frágeis de moradia (UNESCO, 2023c).

Como resultado dessas vulnerabilidades, o Sudeste Europeu já está experimentando o deslocamento climático de várias formas - desde o deslocamento temporário após eventos repentinos, até o deslocamento permanente, tanto interno quanto internacional, como resultado de perdas de meios de subsistência provocadas pelo clima, até o provável risco de deslocamento futuro para as populações que foram deslocadas anteriormente ou que estão atualmente deslocadas - notadamente o número significativo de migrantes, solicitantes de asilo, refugiados e deslocados internos motivados por conflitos. Em todos esses padrões, as pessoas deslocadas pelas mudanças climáticas no Sudeste Europeu enfrentam várias barreiras à educação, direta ou indiretamente, que ameaçam o cumprimento do ODS 4 na região.

Abaixo estão algumas conclusões importantes com relação às barreiras à educação no sudeste da Europa como resultado da mudança climática e/ou do deslocamento climático após uma análise comparativa da situação na Bósnia e Herzegovina, na República da Moldávia e na Sérvia:

---

22. Para colocar os números em perspectiva, basta dizer que, em média, isso é quase 4 e mais de 5 vezes maior do que as respectivas pontuações da Suécia e de Luxemburgo. A pontuação da Sérvia de 4,4 excede em duas vezes o que a Irlanda (ou a Islândia) obteve nesse continuum, ao mesmo tempo em que se equipara à pontuação registrada em países como Namíbia ou Senegal (Mkrtchyan 2021).

23. Deve-se observar que há lacunas nas estruturas de governança descentralizadas no Sudeste Europeu. Mesmo quando as políticas de RRD estão em vigor, é difícil para os países com estruturas de governança fracas, fragmentadas e descentralizadas ter uma resposta uniforme e eficaz para garantir a continuidade da educação em tempos de crise e/ou desastre (UNESCO 2023c).

## Principais conclusões

- Os danos à infraestrutura das escolas e o fechamento de escolas após inundações extremas, associados à mudança climática, representam a barreira mais direta à educação e ocorrem em todos os países estudados.
- A República da Moldávia está sofrendo deslocamento entre suas populações agrícolas e rurais devido às perdas de meios de subsistência relacionadas ao clima.
- Na Bósnia-Herzegovina e na Sérvia, o grande número de deslocados internos, refugiados, solicitantes de asilo e migrantes em moradias instáveis correm alto risco de deslocamento futuro, pois as enchentes continuam a piorar.
- Os planos de DRR e DRM concentram-se no impacto que a educação pode ter na resiliência climática. Eles também devem considerar a continuidade da educação na resposta pós-desastre.
- Embora existam políticas abrangentes que abordam os refugiados e suas necessidades, há poucas políticas dedicadas exclusivamente às IDPs, e os deslocados pelas mudanças climáticas não são considerados IDPs de acordo com a legislação nacional de nenhum dos países estudados.
- As pessoas deslocadas pelo clima permanecem politicamente invisíveis nas estruturas nacionais e, portanto, as estratégias para garantir o direito à educação desses grupos são inexistentes, apesar das barreiras muito reais.

Fonte: UNESCO 2023b.

## Como as mudanças climáticas estão provocando deslocamentos no sudeste da Europa

### Deslocamento direto após eventos de início súbito

Assim como em todas as outras regiões estudadas, o Sudeste Europeu também sofre deslocamento direto após eventos de início repentino, principalmente chuvas extremas, inundações e transbordamento de margens de rios. Esse foi o caso da República da Moldávia após uma grave inundação em 2010 e o transbordamento do rio Prut, que afetou mais de 33.000 hectares de terras agrícolas e levou à evacuação de 3.000 pessoas (Swiss Cooperation, 2010).

Mesmo fora das evacuações, a mudança climática, que piora a frequência e a gravidade das enchentes, está provocando o deslocamento permanente por meio de realocação. Por exemplo, após os graves danos causados à aldeia de Cotul Morii, na República da Moldávia, depois da enchente de 2010, o governo reconstruiu uma nova Cotul Morii a 15 quilômetros de distância, fora da zona de alto risco de enchentes (Esanu 2020). No entanto, algumas famílias decidiram permanecer na antiga Cotul Morii, continuando a viver sem acesso a serviços básicos, como água potável, escolas e serviços médicos. Considerando que 42% dos assentamentos na República da Moldávia correm o risco de inundações, é altamente provável que a República da Moldávia e outros países do sudeste da Europa continuem a ver a realocação permanente de assentamentos como resultado dos impactos das mudanças climáticas (Mkrtchyan, 2021).

Embora a realocação de um vilarejo inteiro seja um exemplo de como os impactos da mudança climática podem causar deslocamento direto, o sudeste da Europa viu talvez o exemplo mais dramático de deslocamento climático após as infames enchentes de 2014, em que um ciclone permaneceu estacionário nos Estados dos Bálcãs com chuvas consecutivas em algumas partes por até 21 dias. Muitos dos principais rios da Bósnia e Herzegovina e da Sérvia romperam seus diques, resultando em um fluxo de águas pluviais que permaneceu por três dias, dizimando a infraestrutura e causando danos e perdas de quase US\$ 4 bilhões.

As enchentes de 2014 provocaram o nível mais grave de deslocamento climático, tanto interno quanto internacional, no sudeste da Europa até o momento. Na Bósnia e Herzegovina, 90.000 pessoas foram evacuadas, com mais 32.000 evacuados na Sérvia, fazendo com que muitos afirmassem que a mudança climática havia causado o "pior êxodo [na região] desde a guerra [da Bósnia]" (Montalto Monello & Carlone, 2020). Enquanto alguns emigraram internacionalmente, outros permaneceram como populações aprisionadas ou deslocados internamente.

## **Deslocamento indireto após perdas de meios de subsistência causadas pelo clima**

Certamente, a mudança climática está deslocando diretamente as populações do sudeste da Europa. No entanto, ela também está deslocando populações indiretamente, principalmente por meio da perda de meios de subsistência causada pelo clima - e particularmente no setor agrícola. Uma proporção significativa da população nos três países estudados está empregada no setor agrícola: 20% na Bósnia e Herzegovina, 15% na Sérvia (uma redução drástica de 25% em 2010, indicando a redução da sustentabilidade dos meios de subsistência) e 30% na República da Moldávia (Trading Economics, 2022). Embora a agricultura seja uma parte importante da economia e da força de trabalho, ela também é uma das mais suscetíveis aos efeitos da mudança climática - principalmente temperaturas mais altas na superfície, estresse hídrico, secas severas e inundações.

Na Sérvia, por exemplo, uma onda de calor em 2012, com 50 dias consecutivos a 35 graus Celsius ou mais, resultou na perda de mais de um milhão de hectares de produção agrícola e mais de US\$ 141 milhões em danos. Apenas dois anos depois, as infames enchentes de 2014 resultaram em danos de US\$ 2 bilhões, afetando não apenas a segurança alimentar do país e da região, mas também a renda dos trabalhadores agrícolas e sua segurança de subsistência (USAID, 2017). Da mesma forma, na República da Moldávia, a seca de 2007 causou uma queda de 73% na produção de milho e resultou em uma perda de US\$ 305 milhões para os produtores de gado (USAID, 2017).

Em determinado momento, e à medida que as mudanças climáticas continuarem a piorar as perspectivas econômicas dos que trabalham no setor agrícola, as populações poderão ser forçadas a migrar - embora, para os fins deste relatório, essa migração forçada seja considerada deslocamento - após a perda de meios de subsistência causada pelo clima. Esse tipo de deslocamento e movimento indireto já está se tornando bastante evidente, principalmente no caso da República da Moldávia, onde metade da população vive em áreas rurais e um terço da população possui terras agrícolas. Especialmente no sul do país, o aumento das temperaturas e a falta de água estão diminuindo a produtividade agrícola, levando ao declínio econômico e a um padrão claro de migração rural-urbana no país. Não só a mudança climática está provocando o deslocamento interno na República da Moldávia, como também as perdas de meios de subsistência causadas pelo clima estão contribuindo para os cerca de 100 moldavos que deixam o país todos os dias em busca de empregos mais bem remunerados no exterior (Mkrtchyan, 2021).

## **Deslocamento secundário dos atuais IDPs, dos requerentes de asilo e da população cigana**

O deslocamento secundário é um fenômeno no qual as pessoas que já estão deslocadas são deslocadas à força uma segunda vez e, para os fins deste relatório, o segundo deslocamento é um resultado direto das mudanças climáticas. O deslocamento secundário é uma grande preocupação para o grande número de pessoas atualmente deslocadas no sudeste da Europa, para os altos níveis de solicitantes de asilo e refugiados e para os ciganos - principalmente porque essas populações já estão vivendo em estruturas habitacionais fracas e instáveis, que são particularmente vulneráveis à destruição pelas enchentes que estão se tornando cada vez mais frequentes e graves na região.

Para começar, uma particularidade demográfica do sudeste da Europa é o alto número de deslocados internos anteriores e atuais. Devido às guerras nos Bálcãs, bem como ao movimento separatista na República da Moldávia, os conflitos anteriores resultaram em milhões de pessoas deslocadas internamente e internacionalmente na região. Embora tenham sido feitos esforços para devolver as pessoas deslocadas por conflitos aos seus locais de origem, ainda há um número significativo de pessoas que permanecem deslocadas internamente em 2020 - com mais de 200.000 deslocados internos na Sérvia e quase 100.000 na Bósnia e Herzegovina (Mkrtchyan, 2021). A esse número foram acrescentados mais 90.000 deslocados internos como resultado da inundações de 2014. De acordo com Mkrtchyan, "todos os tipos de migrantes (e especialmente subgrupos como os deslocados internos ciganos) podem ser particularmente suscetíveis aos impactos negativos dos perigos naturais. Entre os fatores que facilitam sua maior vulnerabilidade estão a natureza errática dos movimentos, a maior probabilidade de se estabelecerem em áreas inseguras, bem como o acesso restrito a informações gerais ou avisos especialmente emitidos sobre riscos em potencial" (ibid).

Além do alto número de IDPs, outra particularidade da região do sudeste da Europa é o alto número de migrantes, refugiados e solicitantes de asilo, principalmente devido à posição de alguns países ao longo da Rota dos Bálcãs Ocidentais - uma das principais rotas migratórias para a Europa. Os solicitantes de asilo geralmente são originários de países como a República Árabe da Síria, o Irã (República Islâmica do), Afeganistão e o Paquistão, chegando à Turquia ou à Grécia, e depois tentam entrar na União Europeia seguindo para o norte pelos Estados dos Bálcãs Ocidentais (Refugees in Towns). Assim como acontece com os deslocados internos, os solicitantes de asilo geralmente residem em situações precárias de moradia, propensas a inundações extremas, e a falta de capacidade em determinados estados receptores está colocando ainda mais solicitantes de asilo em risco. Por exemplo, somente em 2018, mais de 21.000 solicitantes de asilo cruzaram a fronteira da Bósnia e Herzegovina, mas o estado tinha apenas dois centros para migrantes com capacidade total de 500.

Com 21.000 solicitantes de asilo registrados na Bósnia e Herzegovina em 2018, mas com uma capacidade cumulativa de menos de 500 pessoas nos centros oficiais estatais para migrantes, milhares foram deixados nas ruas ou em campos de emergência deploráveis sem abrigo estável capaz de suportar os riscos crescentes de inundações e deslizamentos de terra. Portanto, assim como no caso dos deslocados internos, a crescente atratividade da Rota dos Bálcãs Ocidentais e o subsequente aumento do número de solicitantes de asilo vulneráveis está aumentando o número de pessoas que provavelmente sofrerão deslocamento secundário devido às mudanças climáticas no futuro.

Por fim, a grande e atual população cigana, que reside predominantemente na Sérvia e na Bósnia e Herzegovina, está enfrentando muitas das mesmas vulnerabilidades aos desastres climáticos devido à sua condição de marginalização e pobreza. Os ciganos têm acesso limitado à educação, oportunidades econômicas, assistência médica, moradia, serviços essenciais e documentação, mesmo em relação aos não ciganos vizinhos que vivem em estreita proximidade física (The World Bank, 2019).

Na Bósnia e Herzegovina, onde a população cigana representa cerca de 60.000 a 100.000 dos 3,81 milhões de habitantes, os assentamentos informais são, na maioria das vezes, as casas dos ciganos (Yee, 2017). Assim como na Sérvia, entre a falta de ativos financeiros e capital humano e a prevalência de moradias precárias na população cigana, eles são extremamente vulneráveis às ameaças das mudanças climáticas e, além disso, têm quase nenhuma capacidade de se adaptar a isso. Assim, a população cigana representa 15%, ou seja, 10.000 pessoas, de todos os deslocados com necessidades urgentes na Sérvia. Da mesma forma, após a inundações de 2014, 6.000 dos 32.000 deslocados eram

da comunidade cigana, muitos dos quais estavam sofrendo deslocamento secundário (Mkrtchyan, 2021). A situação dessa população, a maior minoria étnica da Europa, mas também um dos grupos mais carentes e socialmente excluídos, é particularmente alarmante e precisa de mais atenção dos formuladores de políticas.

Em resumo, embora os deslocados internos, os solicitantes de asilo e a população cigana possam não estar sendo deslocados atualmente por causa da mudança climática, eles correm um risco extremamente alto de deslocamento secundário no futuro devido aos efeitos da mudança climática, principalmente inundações, em decorrência da situação precária de suas moradias, do estado geral de pobreza e da falta de bens. Padrões de deslocamento climático e barreiras associadas à educação

## **Barreiras à educação após eventos de início súbito**

Como foi constatado em todas as regiões do mundo que enfrentam os efeitos da mudança climática, a barreira mais direta à educação relacionada ao clima é a destruição das instalações escolares por inundações e chuvas extremas; a deterioração da infraestrutura, como estradas e transporte; a capacidade insuficiente das escolas para receber grandes quantidades de pessoas deslocadas; e o uso das escolas como abrigos de emergência, impedindo seu uso como instalações puramente educacionais.

Por exemplo, um relatório destacou o impacto direto sobre a infraestrutura física e os ativos na Sérvia após as enchentes de 2014, constatando o seguinte:

No período de 18 a 21 de junho de 2014, a equipe de Avaliação das Necessidades de Recuperação (RNA) (formada sob a liderança do governo sérvio e com o apoio da ONU, da UE e do Banco Mundial) realizou uma análise da situação em 24 municípios e fez uma análise das necessidades em 35 instalações identificadas. Descobriu-se que a água das enchentes nos edifícios tinha entre 50 cm e 2,5 m de altura e que permanecia nas instalações entre 3 e 30 dias.

A onda de inundações danificou severamente os 35 prédios de instituições educacionais examinados, que foram distribuídos da seguinte forma: 12 instituições pré-escolares; 13 escolas de ensino fundamental e 10 escolas de ensino médio localizadas em sete municípios [...]. Nesses prédios, as atividades educacionais realizadas com 45.329 crianças/estudantes - dos quais 14% são crianças em idade pré-escolar, 62% são estudantes do ensino fundamental e 25% são estudantes do ensino médio (Governo da República da Sérvia, 2014, página 59).

É importante ter em mente que a análise das necessidades foi realizada em 35 instalações; isso não indica que apenas 35 instalações foram afetadas e, na realidade, é provável que muitas outras na Sérvia, Bósnia e Herzegovina e Croácia também tenham sido gravemente danificadas. A solução dessa barreira à educação começa com a mudança do foco da gestão de risco de desastres para a redução do risco de desastres ou, em outras palavras, da reação para a prevenção. Quando se trata de evitar danos à infraestrutura escolar, isso pode implicar o esclarecimento das leis de zoneamento para evitar a construção de escolas em áreas de risco de inundação, abordando códigos de construção para a construção de futuras escolas e implementando o retrofit (modificação da estrutura dos edifícios após sua construção inicial). Embora a Sérvia tenha feito alguns esforços políticos para construir uma infraestrutura resistente

a desastres climáticos, as escolas parecem ser completamente ausente do quadro - como também é o caso da Bósnia e Herzegovina e da República da Moldávia (UNESCO 2023c).

Também é importante observar que, mesmo quando as estruturas escolares permanecem de pé e funcionais, elas não retomam automaticamente sua função de instalações educacionais imediatamente; muitas vezes, e como foi visto no sudeste da Europa, as escolas servem como abrigos de emergência - interrompendo ainda mais a continuidade educacional e, às vezes, levando a mais danos às estruturas escolares.

## Barreiras indiretas à educação

### A. Pobreza e instabilidade habitacional exacerbadas pelas mudanças climáticas

A pobreza e a moradia instável são algumas das maiores barreiras ao acesso à educação em todo o mundo e existem fora da mudança climática e do deslocamento climático. No entanto, a mudança climática está exacerbando essas barreiras à educação para uma parcela maior da população que já está em risco. Como já mencionado, muitos deslocados internos, solicitantes de asilo e a população cigana vivem na pobreza atual e em uma infraestrutura habitacional instável, o que os coloca em maior risco de deslocamento futuro no caso de aumento de enchentes. O deslocamento secundário causado pelas mudanças climáticas destruiria os poucos bens que restam a essa população, empurrando-a ainda mais para a pobreza e a insegurança habitacional e deixando-a com pouquíssimos recursos para se dedicar à educação continuada.

### B. Práticas e realidades discriminatórias que afetam negativamente os ciganos deslocados e os grupos vulneráveis

Outra barreira à educação que existe fora do contexto das mudanças climáticas são as práticas discriminatórias, especialmente aquelas que inadvertidamente excluem as populações minoritárias, como os ciganos, de usufruir plenamente de seu direito à educação, incluindo as barreiras linguísticas. Esse desafio de acesso à educação inclusiva já existe no sudeste da Europa, mas pode ser ainda mais exacerbado pelo futuro deslocamento causado pelo clima. Por exemplo, e de acordo com Mkrtchyan, "Quase metade dos ciganos domiciliados na Sérvia não concluiu (ou não frequentou) a escola primária. Por si só, esse é um indicador impressionante; no entanto, ainda pior é a mesma estatística para os deslocados internos ciganos (65%), em comparação com apenas 8% da população geral do país (Mkrtchyan, 2021)."

Um motivo para esse baixo nível de escolaridade da população cigana pode ser o baixo domínio do idioma quando frequentam escolas que funcionam principalmente em sérvio (para os deslocados internos ciganos na Sérvia) - já que apenas 7% dos ciganos deslocados falam sérvio em casa. A situação é semelhante na Bósnia e Herzegovina, com 86% da população cigana identificando o romani como seu primeiro idioma (ibid). Embora essa barreira não seja exclusiva das pessoas deslocadas pelo clima, as famílias romani na Bósnia e Herzegovina e na Sérvia, que poderiam ter encontrado uma instituição educacional que permitisse que seus filhos estudassem em romani, poderiam perder esse direito constitucional caso fossem deslocadas por enchentes e deslizamentos de terra, acabando em um local que só ensina em um dos idiomas oficiais - uma prática que pode ser considerada discriminatória e contrária ao direito à educação, de acordo com o Relator Especial sobre os direitos das minorias (UN News, 2020). Portanto, a mudança climática e o deslocamento climático mais uma vez exacerbam uma barreira educacional existente.

A questão de longa data das práticas educacionais discriminatórias na Bósnia-Herzegovina, que afeta tanto a população cigana quanto outras populações, torna-se particularmente preocupante no contexto do deslocamento climático. A prática de "duas escolas sob o mesmo teto"<sup>24</sup>, inicialmente introduzida como uma solução temporária no final da década de 1990, perpetua a segregação étnica nas escolas, dificultando a integração e promovendo uma cultura de segregação na educação obrigatória. O progresso para acabar com essa segregação tem sido lento, com a ONU relatando sua persistência em pelo menos 56 escolas em 2019. O deslocamento causado pelo clima pode piorar essa situação, comprometendo o direito dos alunos deslocados pelo clima à educação inclusiva, incluindo as crianças ciganas (UNESCO, 2023c).

### C. Agricultura, migração "econômica" e evasão escolar

Enquanto as barreiras à educação na Bósnia e Herzegovina e na Sérvia estão mais fortemente ligadas à pobreza sistêmica decorrente do período de guerra e do deslocamento anterior (que, no entanto, será agravado pela mudança climática), a República da Moldávia está vendo barreiras muito diretas à educação impostas pela mudança climática, principalmente devido à grande população agrícola/rural do país, com 40,7% empregados na agricultura (Climate Change Post, 2022) em risco de pobreza e deslocamento após a perda de meios de subsistência.

Como as famílias não conseguem mais lidar com as perdas agrícolas relacionadas ao clima, muitas são deslocadas internamente para centros urbanos e outras internacionalmente, em busca de renda. Esses padrões de deslocamento - sejam eles presos, internos ou internacionais - levam a vários cenários que afetam o direito à educação:

- Uma família agrícola permanece presa: os efeitos climáticos diminuem sua renda; a criança pode abandonar a escola para ajudar a família economicamente;
- Um membro da família migra internamente para um ambiente urbano ou internacionalmente em busca de atividade econômica, deixando a criança vulnerável sem apoio para suas necessidades de desenvolvimento;
- As crianças se mudam com suas famílias, mas não conseguem ter acesso à educação em seu destino devido a barreiras legais, financeiras ou outras.

---

24. O modelo de organização escolar conhecido como "duas escolas sob o mesmo teto" é uma abordagem que pressupõe a hospedagem de dois corpos étnicos e linguísticos distintos de alunos nas mesmas instalações e, ainda assim, em dois fluxos paralelos, com cada um dos dois executando um currículo exclusivo, contratando seu próprio corpo docente e empregando um conjunto isolado de procedimentos administrativos. Consulte a publicação da UNESCO 2023: "Síntese Regional do Sudeste Europeu: Climate Change, Displacement and the Right to Education" (Mudanças climáticas, deslocamento e direito à educação) para obter mais informações.

**Figura 1: Impacto da mudança climática no direito à educação das populações agrícolas na República da Moldávia**

Fonte: Esse número foi produzido internamente para o relatório de síntese regional do Sudeste Europeu

#### D. Barreiras políticas

Assim como a maioria das regiões estudadas neste projeto global, o sudeste da Europa não apresenta barreiras diretas e legais à educação para pessoas deslocadas pelas mudanças climáticas; cada um dos três estados garante o direito à educação para todos e sem discriminação na legislação. No entanto, é a ausência de determinadas políticas e definições legais que cria uma barreira indireta à educação para pessoas deslocadas pelo clima: notadamente, a omissão de pessoas deslocadas pelo clima na definição legal de uma IDP (como é o caso da Bósnia e Herzegovina) ou a falta de definição legal para uma IDP (como é o caso da República da Moldávia) (UNESCO, 2023c).

A incompletude ou, em alguns casos, a ausência total de uma definição de IDP inevitavelmente faz com que as pessoas deslocadas pelo clima permaneçam politicamente invisíveis. Esse não é o caso apenas em nível nacional, mas também em nível internacional, já que a legislação internacional não tem uma definição única e abrangente de uma pessoa deslocada pelo clima. No entanto, embora não viole nenhuma lei internacional de direitos humanos, a ausência de uma definição legal em nível nacional ainda representa uma das maiores barreiras desenvolver estratégias para ajudar a garantir todos os direitos humanos das pessoas deslocadas pelas mudanças climáticas, inclusive o direito à educação.

### **Orientação de políticas para a região do sudeste europeu**

A mudança climática ameaça - direta e indiretamente - o direito à educação, e alguns desses riscos já estão ocorrendo. Enchentes destruíram escolas; escolas foram transformadas em abrigos, interromper o aprendizado; fechamento forçado de escolas por motivos de segurança; deslocamento de pessoas para acampamentos temporários sem escolas nas proximidades; e empurrar as populações vulneráveis ainda mais para a pobreza e a insegurança habitacional, afetando a capacidade das

famílias de arcar com os custos auxiliares da educação. À medida que a mudança climática destrói os meios de subsistência, as crianças são forçadas a abandonar a escola para ajudar a família economicamente ou são obrigadas a se deslocar internamente ou internacionalmente para encontrar uma renda estável em um destino onde seu direito à educação não é necessariamente garantido.

Levando em conta essas barreiras à educação, apresentamos a seguir orientações políticas a serem consideradas, que poderiam orientar os Estados Membros e os formuladores de políticas sobre como garantir o direito à educação em face da mudança climática e do deslocamento climático - tanto atual quanto futuro:

### **Orientação jurídica e política**

- Criar uma definição legal clara de "pessoa deslocada internamente" no caso de não haver uma (como na República da Moldávia); se a política definir "pessoa deslocada internamente", amplie a definição legal para incluir pessoas deslocadas, tanto temporária quanto permanentemente, pelas mudanças climáticas.
- Criar uma iniciativa política, juntamente com o apoio necessário da equipe do governo, dedicada especificamente a garantir os direitos das IDPs - uma política separada das iniciativas de ajuda aos refugiados - para dar às IDPs uma voz clara e prioridade. Essa política deve proteger expressamente o direito à educação das IDPs.

### **Orientação sobre dados e monitoramento**

- Criar um registro e um banco de dados de deslocados internos no país, seguindo o modelo sérvio, para identificar, rastrear e avaliar as necessidades de todos os deslocados internos à medida que sua situação evolui.
- Use esse banco de dados para mapear e prever quais populações correm o maior risco de deslocamento primário ou secundário para informar e desenvolver políticas preventivas e direcionadas.

### **Orientação em nível escolar**

- Usar o financiamento de organizações e parceiros internacionais para aumentar a resiliência e a segurança da infraestrutura física, como escolas, por meio de reformas, garantindo que as novas escolas sejam construídas de acordo com os códigos de construção relevantes para resistir às ameaças climáticas e desenvolver políticas de zoneamento para a construção de escolas.
- Identificar outros prédios públicos, em vez de escolas, para serem usados como abrigos de emergência dedicados após inundações e desastres.
- Usar as iniciativas de deslocamento pós-guerra da Bósnia e Herzegovina para garantir que as minorias possam ter acesso a uma escola segura de sua escolha sem discriminação, por exemplo, por meio da criação de linhas de ônibus especiais entre os campos de deslocamento e as antigas escolas.
- Preparar as escolas nas áreas anfitriãs para receber o fluxo de pessoas deslocadas após um desastre e oferecer a mesma qualidade de educação a todos, sem discriminação, incluindo membros de minorias (especialmente a população romani) (revisando os currículos escolares, mantendo professores de minorias...).

- Aproveitar a tecnologia de ensino a distância desenvolvida globalmente em resposta à pandemia da COVID-19 para garantir a continuidade do aprendizado quando as escolas estiverem inacessíveis após desastres.
- Aumentar o financiamento de programas de TVET para aprimorar e requalificar os trabalhadores agrícolas, criando, em última análise, resiliência diante das mudanças climáticas, menos perdas de meios de subsistência causadas pelo clima e menos pobreza.
- Aprimorar as medidas para evitar a evasão escolar entre os alunos do ensino médio e oferecer aconselhamento de orientação escolar.
- Integrar uma Educação para o Desenvolvimento Sustentável abrangente ao currículo, à pedagogia e ao treinamento de professores, adaptada à situação específica e às características socioeconômicas de cada país e elaborada com a participação dos jovens, para que os alunos possam se tornar parte ativa da solução para mitigar e combater os efeitos das mudanças climáticas.
- Para garantir o acesso à educação de qualidade, ofereça treinamento direcionado aos professores sobre pedagogias de aprendizado híbrido, ensino nos níveis certos, avaliação de perdas de aprendizado e muito mais.

### **Orientação para cooperação intersetorial**

- Nas próximas reformas da política educacional, inclua uma seção sobre educação em situações de emergência, estabelecendo explicitamente um plano para a continuidade da educação alternativa após o desastre.
- Nas próximas reformas de DRR e DRM, inclua explicitamente a garantia de acesso à educação nos planos de resposta sistemática com a mesma urgência que o fornecimento de alimentos, abrigo e saúde.
- Caso exista uma plataforma, comitê ou órgão governamental centralizado de coordenação de DRM/DRR/mudança climática, adicione um membro do Ministério da Educação como assento permanente.

### **Orientação sobre resiliência**

- Trabalhar com organizações internacionais, como a FAO e o WFP, para implementar a utilização de variedades de culturas resistentes a enchentes e secas, diminuindo, em última análise, o risco de perdas de meios de subsistência causadas pelo clima e o deslocamento de início lento.
- Considere a possibilidade de criar um programa de transferência condicional de dinheiro para as famílias deslocadas após desastres - que podem ser identificadas caso seja criado um registro de deslocados internos - para garantir a capacidade financeira de pagar o transporte para a escola, a reposição de livros e materiais e a substituição de uniformes.
- Desenvolver uma estratégia de financiamento abrangente e conjunta para criar um fundo para pessoas deslocadas pelo clima e seu direito à educação - financiado pelo Ministério da Educação e pelos departamentos de redução e gerenciamento de riscos de desastres, além de alavancar parcerias privadas.



# Referências

- ACAPS. *Quênia: Refugee Situation*. 2020. <https://www.acaps.org/country/kenya/crisis/refugee-situation>
- AfricaNews. *Levando o barco para a escola no oeste inundado do Quênia*. 2020. <https://www.africanews.com/2021/01/04/taking-the-boat-to-school-in-flooded-western-kenya/>.
- Ahmed, I. *Factors in building resilience in urban slums of Dhaka, Bangladesh (Fatores na construção de resiliência em favelas urbanas de Dhaka, Bangladesh)*. *Procedia Economics and Finance*, 2014. 18, pp.745-753.
- Al Jazeera. *A seca na Somália força as crianças a saírem da escola*. 2017. <https://www.aljazeera.com/news/2017/3/4/somalia-drought-forces-children-out-of-school>.
- Al Jazeera. *ONU pede ação enquanto enchentes na Somália afetam 200.000 crianças*. 2019. <https://www.aljazeera.com/news/2019/11/6/un-calls-for-action-as-somalia-floods-affect-2000000-children>.
- Almendral, Aurora. *Para essas mulheres, um modo de vida milenar está acabando no Chifre da África*. *National Geographic*. 2020. <https://www.nationalgeographic.com/history/article/extreme-drought-somali-women-face-new-dangerous-world>.
- Achour, Mehdi & Lacan, Nina. *Drought in Somalia: a Migration Crisis [Seca na Somália: uma crise de migração]*. IDDRI. 2012. <http://labos.ulg.ac.be/hugo/wp-content/uploads/sites/38/2017/11/The-State-of-Environmental-Migration-2011-75-90.pdf>.
- AP Noticias *Guatemala: emigrar ou morrer, o dilema após um deslave fatal*. *Independient en Español*. 2021. <https://www.independientespanol.com/ap/guatemala-emigrar-o-morir-el-dilema-tras-un-deslave-fatal-guatemala-emigrar-o-morir-el-dilema-tras-un-deslave-fatal-b1899837.html>
- Apolat Legal. *Novos pontos da lei de residência 2020*. *Lexology*. 2020. [www.lexology.com/library/detail.aspx?g=f61dd604-18d6-4a64-98fa-c742592427fa](http://www.lexology.com/library/detail.aspx?g=f61dd604-18d6-4a64-98fa-c742592427fa)
- Aubrey, Dyfed & Cardoso, Luciana. *Towards Sustainable Urban Development in Somalia and IDP Durable Solutions at Scale (Rumo ao desenvolvimento urbano sustentável na Somália e soluções duradouras para deslocados internos em escala)*. *Nações Unidas Somália*. 2019. <https://www.globalprotectioncluster.org/wp-content/uploads/UN-Somali-DSI-Towards-Sustainable.pdf>.
- Baker, Aryn. *Environmental Crises are Forcing Millions into Cities (Crises ambientais estão forçando milhões a irem para as cidades). Os países podem transformar os migrantes climáticos em um ativo?* *Time*. 2021. <https://time.com/5953402/climate-migrants-kenya-floods/>.
- BANBEIS. *Barreira tradicional e cultural da educação feminina em escolas secundárias. Ministério da Educação, Governo da República Popular de Bangladesh*. 2015. Dhaka
- Berardelli, Jeff. *How Climate Change is making Hurricanes more Dangerous (Como a mudança climática está tornando os furacões mais perigosos)*. *Yale Climate Connections*. 2019. [https://yaleclimateconnections.org/2019/07/how-climate-change-is-making-hurricanes-more-dangerous/?gclid=CjwKCAiA2fmdBhBpEiwA4CcHzWjYwmmj-vyh0i5ht85uqBobnMppbzKA4O4KySU2\\_Ga2GMiWaVW0hoCa0sQAvD\\_BwE](https://yaleclimateconnections.org/2019/07/how-climate-change-is-making-hurricanes-more-dangerous/?gclid=CjwKCAiA2fmdBhBpEiwA4CcHzWjYwmmj-vyh0i5ht85uqBobnMppbzKA4O4KySU2_Ga2GMiWaVW0hoCa0sQAvD_BwE).
- Bonneau, Pierre. *Drought and internal displacements of pastoralists in northern Kenya in 2012: an assessment (Seca e deslocamentos internos de pastores no norte do Quênia em 2012: uma avaliação)*. IDDRI. 2013. <http://labos.ulg.ac.be/hugo/wp-content/uploads/sites/38/2017/11/The-State-of-Environmental-Migration-2013-101-116.pdf>.
- Brown, Victoria et. al. *The Education System in Karamoja [O sistema educacional em Karamoja]*. 2017. [https://karamojaresilience.org/wp-content/uploads/2021/05/the\\_education\\_system\\_in\\_karamoja\\_revised\\_july\\_17\\_dfid.pdf](https://karamojaresilience.org/wp-content/uploads/2021/05/the_education_system_in_karamoja_revised_july_17_dfid.pdf).

- CDC. *Putting Nomadic Pastoralists on the Map [Colocando os Pastores Nômades no Mapa]*. 2012. [https://www.cdc.gov/globalhealth/countries/kenya/blog/nomadic\\_pastoralists.htm](https://www.cdc.gov/globalhealth/countries/kenya/blog/nomadic_pastoralists.htm).
- Chandrashekhar, Vaishnavi. *As the Monsoon and Climate Shift, India Experiences Worsening Floods (À medida que as monções e o clima mudam, a Índia sofre com o agravamento das enchentes)*. Escola de Meio Ambiente de Yale. 2019. <https://e360.yale.edu/features/as-the-monsoon-and-climate-shift-india-faces-worsening-floods>.
- Chiseremi, Winston & Owiti, Noven. *Inundações causam estragos na infraestrutura da escola à medida que as chuvas continuam*. PD Online. 2020. <https://www.pd.co.ke/news/education/floods-wreak-havoc-on-schools-infrastructure-as-rains-continue-35263/>
- Chun. *Livelihoods under stress: critical assets and mobility outcomes in the Mekong Delta, Vietnã*. The Migration, Environment and Climate Change: Policy Brief Series. 2014.
- Chun. *Deslocamentos planejados no Delta do Mekong: um modelo bem-sucedido de adaptação à mudança climática, um conto de advertência ou ambos?* Brookings-LSE, Projeto para Deslocamento Interno. 2015.
- Portal de conhecimento sobre mudanças climáticas. *País: Somália*. Banco Mundial. 2021. <https://climateknowledgeportal.worldbank.org/country/somalia>.
- Mudança climática Post. *Moldova: Agriculture and Horticulture Moldova (Agricultura e Horticultura da Moldávia)*. Centro de Adaptação Climática. 2022. [https://www.climatechange.org/post/moldova/agriculture-and-horticulture/#:~:text=The%20agricultural%20sector%20plays%20a,employed%20in%20agriculture%20\(1\)](https://www.climatechange.org/post/moldova/agriculture-and-horticulture/#:~:text=The%20agricultural%20sector%20plays%20a,employed%20in%20agriculture%20(1)).
- Guia do Clima. *Vilarejos indianos ficam vazios enquanto a seca força milhares a fugir*. 2019. <https://www.theguardian.com/world/2019/jun/12/indian-villages-lie-empty-as-drought-forces-thousands-to-flee>
- Duong, L. B., Linh, T. G. e Thao, N. T. P. *Social protection for rural and urban migrants in Vietnam: Current situation, challenges and opportunities (Situação atual, desafios e oportunidades)*. 2011.
- Eninu, Edward. *75 por cento das crianças em idade escolar em Karamoja estão em casa - Relatório*. Rede de Rádio de Uganda. 2018. <https://ugandaradionetwork.net/story/75-percent-of-school-going-age-children-in-karamoja-at-home-report>.
- Entzinger e Scholten. *Relocação como estratégia de adaptação ao estresse ambiental: Lessons from the Mekong River Delta in Viet Nam (Lições do Delta do Rio Mekong no Vietnã)*. The Migration, Environment and Climate Change: Policy Brief Series. 2015.
- Esanu, Anatolie. *The Mayor who Bought a Village [O prefeito que comprou uma vila]*. ZDG. 2020. O prefeito que comprou um vilarejo - Ziarul de Gardă (zdg. md).
- Lista de inundações. *Quênia - Inundações no lago deslocam milhares de pessoas e prejudicam os meios de subsistência*. 2020. <https://floodlist.com/africa/kenya-lake-turkana-floods-october-2020>.
- Lista de inundações. *Quênia - Inundações deslocam milhares de famílias em Mandera e Kisumu*. 2023. Quênia - Inundações deslocam milhares de famílias em Mandera e Kisumu - FloodList
- Gioveti, Olivia. *Breaking Down the Decade of Drought in Somalia [Desvendando a Década de Seca na Somália]*. Concern Worldwide US. 2020. <https://www.concernusa.org/story/decade-drought-in-somalia/>.
- Goldbaum, Christina. *Somalia's Climate Change Refugees*. The New Humanitarian. 2018. <https://www.thenewhumanitarian.org/feature/2018/02/21/somalia-s-climate-change-refugees>.
- Heaton, Laura. *Somalia's Climate for Conflict: How Drought brings War to Somalia [O clima da Somália para o conflito: como a seca traz a guerra para a Somália]*. Projeto GroundTruth. 2017. <https://thegroundtruthproject.org/somalia-conflict-climate-change/>.
- Helps, Horace. *Jamaica faz limpeza após o furacão Dean*. Reuters. 2007. <https://www.reuters.com/article/uk-storm-dean-jamaica-idUKN2030076020070820>.

- Holliday, D. *Pacific Small Island Developing States and Climate Change Migration (Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento do Pacífico e Migração por Mudanças Climáticas)*. 2020.
- Hujale, Moulid. *Somalis deslocados e refugiados lutam para se recuperar enquanto as mudanças climáticas trazem novas ameaças*. UNHCR. 2021. <https://www.unhcr.org/news/stories/2021/8/611a2bca4/displaced-somalis-refugees-struggle-recover-climate-change-brings-new-threats.html>.
- Huy, H. T. e Khoi, L. N. D. *Analysis of labour migration flows in the Mekong Delta of Vietnam (Análise dos fluxos de migração de mão de obra no Delta do Mekong do Vietnã)*. M. A. Stewart e P. A. Coclanis (orgs.), *Environmental Change and Agricultural Sustainability in the Mekong Delta*, pp. 115-140. Springer Netherlands. 2011. [https://doi.org/10.1007/978-94-007-0934-8\\_8](https://doi.org/10.1007/978-94-007-0934-8_8)
- CICV. *Climate Change and Conflict (Mudança climática e conflito): Somali Herders*. 2021. <https://www.icrc.org/en/document/somalia-herders-climate-change-conflict-crisis>.
- IDGT. *Entre sobre vivir y perderlo todo: Un aporte al conocimiento y a la relación entre pandemia y desplazamiento forzado interno*. Instituto de Pesquisa e Produção sobre Dinâmicas Globais e Territoriais. Universidade Rafael Landívar. 2021.
- IDMC. *Disaster Displacement in Asia and the Pacific (Deslocamento por desastres na Ásia e no Pacífico)*. 2022. <https://www.internal-displacement.org/disaster-displacement-in-asia-and-the-pacific-2022>
- IDMC. *Relatório Global sobre Deslocamento Interno 2019*. 2019. <https://www.internal-displacement.org/global-report/grid2019/>.
- IDMC. *Relatório Global sobre Deslocamento Interno 2021*. 2021. <https://www.internal-displacement.org/global-report/grid2021/>.
- Immaculate, Amony. *Flood Displaced Families in Dokolo Take Shelter at School (Famílias deslocadas por enchentes em Dokolo se abrigam na escola)*. Rede de Rádio de Uganda. 2020. <https://ugandaradionetwork.net/story/flood-displaced-families-in-dokolo-take-shelter-at-school->
- Perfil de Deslocamento Interno em Mogadíscio*. Relatório. 2016. <https://www.jips.org/uploads/2018/10/Somalia-Mogadishu-profiling-report-2016.pdf>.
- IOM. *Migración y desplazamiento en la región del SICA*. Informe regional. 2019.
- IOM. *Participatory Mapping of Population Mobility for Environment and Climate Change in Uganda (Mapeamento participativo da mobilidade populacional para o meio ambiente e as mudanças climáticas em Uganda)*. 2021.
- IOM. *Uganda floods impact: displacement tracking matrix (DTM) baseline mobility assessment (Impacto das enchentes em Uganda: avaliação da mobilidade da linha de base da matriz de rastreamento de deslocamento)*. UN CERF. 2020. [https://displacement.iom.int/system/tdf/reports/DTM\\_UGA\\_Baseline\\_Mobility\\_Assessment%20May%2020\\_Floods%20%281%29.pdf?file=1&type=node&id=9407](https://displacement.iom.int/system/tdf/reports/DTM_UGA_Baseline_Mobility_Assessment%20May%2020_Floods%20%281%29.pdf?file=1&type=node&id=9407).
- IPCC. *Climate Change 2022: Impacts, Adaptation and Vulnerability (Mudanças Climáticas 2022: Impactos, Adaptação e Vulnerabilidade)*. Contribuição do Grupo de Trabalho II para o Sexto Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas [H.-O. Pörtner, D.C. Roberts, M. Tignor, E.S. Poloczanska, K. Mintenbeck, A. Alegría, M. Craig, S. Langsdorf, S. Löschke, V. Möller, A. Okem, B. Rama (eds.)]. Cambridge University Press, Cambridge, Reino Unido e Nova York, NY, EUA [https://report.ipcc.ch/ar6/wg2/IPCC\\_AR6\\_WGII\\_FullReport.pdf](https://report.ipcc.ch/ar6/wg2/IPCC_AR6_WGII_FullReport.pdf)
- Karanja, Lucy. *The educational pursuits and obstacles for urban refugee students in Kenya (Os objetivos e obstáculos educacionais dos estudantes refugiados urbanos no Quênia)*. IJCDSE. 2010. <https://inee.org/system/files/resources/The%20Educational%20Pursuits%20and%20Obstacles%20for%20Urban%20Refugee%20Students%20in%20Kenya.pdf>.
- Kataoka, S. Vinh, L. A., Kitchlu, S. e Inoue, K. *O capital humano do Vietnã: Sucesso educacional e desafios futuros*. 2020. <http://hdl.handle.net/10986/34316>

- Koswaraputra, D. *Borneo bound: inside Indonesia's big plan to move its capital*. 2021. <https://www.benarnews.org/english/news/in-focus/indonesia-new-capital/>
- Kushner, Jacob. *The Relentless Rise of Two Caribbean Lakes Baffles Scientists (A ascensão implacável de dois lagos do Caribe deixa os cientistas perplexos)*. National Geographic. 2016. <https://www.nationalgeographic.com/science/article/160303-haiti-dominican-republic-lakes> .
- Lakhani, Nina. *People are dying: how the climate crisis sparked an exodus to the US (As pessoas estão morrendo: como a crise climática provocou um êxodo para os EUA)*. *The Guardian*. 2019. <https://www.theguardian.com/global-development/2019/jul/29/guatemala-climate-crisis-migration-drought-famine> .
- Menon, S. *Education in India needs an overhaul (A educação na Índia precisa de uma reforma)*. *Centro de Impacto Social e Filantropia da Universidade Ashoka*. 2020. [https://idronline.org/state-of-school-education-india-pre-covid/?gclid=Cj0KQjw5PGFBhC2ARIsAIFIMNfT7HjO WNLry7wu4h3pVy36\\_v4sqYKAMkwe5ZV2- mLyMH5\\_Y3PXnjQaAuzxEALw\\_wcB](https://idronline.org/state-of-school-education-india-pre-covid/?gclid=Cj0KQjw5PGFBhC2ARIsAIFIMNfT7HjO WNLry7wu4h3pVy36_v4sqYKAMkwe5ZV2- mLyMH5_Y3PXnjQaAuzxEALw_wcB)
- Mkrtchyan, Arsen. *Climate Change, Natural Hazards, Migration, and the Right to Education in Southeast Europe [Mudança climática, riscos naturais, migração e direito à educação no sudeste da Europa]*. Estudo encomendado pela UNESCO. 2021.
- Mkutu, Kennedy. *Pastoralism and conflict in the Horn of Africa [Pastoreio e conflito no Chifre da África]*. Universidade de Bradford
- Montalto Monello, Lillo & Carlone, Marco. *How climate change triggered a second exodus in Bosnia & Herzegovina (Como a mudança climática provocou um segundo êxodo na Bósnia e Herzegovina)*. EuroNews. 2020. <https://www.euronews.com/2020/03/05/how-climate-change-triggered-a-second-exodus- in-bosnia-and-herzegovina> .
- Mourdoukoutas, Eleni. *Mulheres lutam contra o clima severo*. Africa Renewal (Renovação da África). 2016. <https://www.un.org/africarenewal/magazine/august-2016/women-grapple-harsh-weather> .
- Mugisha, Frederick. *School enrollment among urban non-slum, slum and rural children in Kenya: is the urban advantage eroding?* International Journal of Educational Development. 2006. [https://www.researchgate.net/publication/44838435\\_School\\_enrollment\\_among\\_urban\\_non-slum\\_slum\\_and\\_rural\\_children\\_in\\_Kenya\\_Is\\_the\\_urban\\_advantage\\_eroding](https://www.researchgate.net/publication/44838435_School_enrollment_among_urban_non-slum_slum_and_rural_children_in_Kenya_Is_the_urban_advantage_eroding) .
- Iniciativa Nansen. *Agenda para a proteção de pessoas deslocadas transfronteiriças no contexto de desastres e mudanças climáticas (Vol 1)*. 2015.
- Nath, S. R. *Private supplementary tutoring among primary students in Bangladesh (Aulas particulares suplementares para alunos do ensino fundamental em Bangladesh)*. Educational Studies, 34(1), pp. 55-72. 2008.
- National Geographic. *Verbete enciclopédico: "Monsoon"*. Biblioteca de recursos. 2021. <https://www.nationalgeographic.org/encyclopedia/monsoon/print/> .
- Ntabadde, Catherine. *Enchentes arrastam cinco escolas e isolam 24 no oeste de Uganda*. UNICEF. 2020. <https://www.unicef.org/uganda/stories/floods-wash-away-five-schools-cut-24-western-uganda> .
- OHCHR. *Climate change exacerbates violence against women and girls (Mudança climática agrava a violência contra mulheres e meninas)*. 2022. <https://www.ohchr.org/en/stories/2022/07/climate-change-exacerbates-violence-against-women-and-girls>
- OHCHR. *República do Quênia - Submissões sobre o comentário geral sobre os direitos das crianças e o meio ambiente com foco especial nas mudanças climáticas*. 2021. <https://www.ohchr.org/sites/default/files/2021-12/kenya-2021-12-14.docx>
- OHCHR. *The Economic, Social, and Cultural Rights of Migrants in an Irregular Situation [Os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais dos Migrantes em Situação Irregular]*. Genebra, Suíça e Nova York, NY, EUA: s.n. 2014.
- Onyiego, Michael. *Aiding Somali Herders a Factor in Fighting Famine (Ajuda aos Pastores da Somália é um Fator de Combate à Fome)*. Voa News. 2011. <https://www.voanews.com/a/aiding-somali-herders-a-factor-in-fighting-famine-127602263/158651.html>

- Panda, Architesh. *Climate Change, Displacement, and Managed Retreat in Coastal India [Mudanças Climáticas, Deslocamento e Recuo Gerenciado na Índia Costeira]*. Instituto de Política de Migração. 2020. <https://www.migrationpolicy.org/article/climate-change-displacement-managed-retreat-india> .
- Patel, Kasha. *Gati faz um pouso histórico na Somália*. Observatório da Terra da NASA. 2020. <https://earthobservatory.nasa.gov/images/147576/gati-makes-historic-landfall-in-somalia> .
- Pickett, M. *El mar se comió todo: on the shrinking of Cuba. Visitando refugiados do clima em uma Cuba que está desaparecendo*. *Pacific Standard*. 2017. <https://psmag.com/environment/climate-change-refugees-cuba-is-shrinking>
- Probst, P., Annunziato, A., Proietti, C. e Paris, S. *2020 - Temporada de furacões no Atlântico: A record-breaking season*, EUR 30635 EN, Serviço de Publicações da União Europeia, Luxemburgo, 2021, ISBN 978-92-76-32177-4, doi:10.2760/00114, JRC123923.
- READO. *Somália: Education in the Southwest State, dezembro de 2020*. ReliefWeb. 2020. <https://reliefweb.int/report/somalia/somalia-education-southwest-state-december-2020> .
- Refugiados em cidades. The Balkan Route. N.d. <https://www.refugeesintowns.org/balkans-route>.
- ReliefWeb. *Relatório DROMIC nº 22 do DSWD sobre os efeitos da monção sudoeste intensificada pelo super tufão "Goring", tufão "Hanna" e depressão tropical "Ineng" em 27 de setembro de 2023*. 2023a. <https://reliefweb.int/report/philippines/dswd-dromic-report-22-effects-southwest-monsoon-enhanced-super-typhoon-goring-typhoon-hanna-and-tropical-depression-ineng-27-september-2023-6pm>
- ReliefWeb. *DSWD DROMIC Report #48 sobre os efeitos da monção sudoeste e do super tufão "Egay" em 30 de setembro de 2023*. 2023b. <https://reliefweb.int/report/philippines/dswd-dromic-report-48-effects-southwest-monsoon-and-super-typhoon-egay-30-september-2023-6pm>
- ReliefWeb. *Índia - Chuvas de monções, atualização (Reliefweb, NDMI, IMD) (ECHO Daily Flash de 29 de setembro de 2023)*. 2023c. <https://reliefweb.int/report/india/india-monsoon-rains-update-reliefweb-ndmi-imd-echo-daily-flash-29-setembro-2023>
- ReliefWeb. *Somália: Floods- May 2021*. 2021a. <https://reliefweb.int/disaster/fl-2021-000051-som>
- ReliefWeb. *Somália: Floods- Mar 2023*. 2023d. Somália: Floods - Mar 2023 | ReliefWeb
- ReliefWeb. *Somália: Impacto das inundações de Gu (em 3 de junho de 2021)*. 2021b. <https://reliefweb.int/report/somalia/somalia-impact-gu-floods-3-june-2021> .
- ReliefWeb. *Trezentas e cinco escolas podem ser fechadas enquanto Porto Rico, atingido pelo furacão, enfrenta crise orçamentária*. ReliefWeb. 2018. <https://reliefweb.int/report/puerto-rico-united-states-america/305-schools-face-closure-hurricane-hit-puerto-rico-tackles>
- Reliefweb. *Uganda: Schools stay closed as floods hit eastern districts*. 2007. <https://reliefweb.int/report/uganda/uganda-schools-stay-closed-floods-hit-eastern-districts>
- ReliefWeb. *Atualização sobre a seca e a fome na África Oriental em 2011*. Podcast. 2012. <https://reliefweb.int/report/somalia/update-2011-east-africa-drought-and-famine-podcastqa> .
- Saar, Larissa. *Deslocamento relacionado à mudança climática: Tuvalu*. 2019. <https://stand.ie/climate-related-displacement-in-tuvalu/#:~:text=lt%20is%20considered%20to%20be,above%20sea%20level%20on%20average>.
- Seal, Andrew & Bailey, Rob. *The 2011 Famine in Somalia: lessons learnt from a failed response?* *Conflict & Health* 7, 22. 2013. <https://conflictandhealth.biomedcentral.com/articles/10.1186/1752-1505-7-22#citeas> .
- SIINSAN. *Crônica de un desastre: tormenta tropical Stan en Guatemala*. SIINSAN. 2018. <http://www.siinsan.gob.gt/siinsan/wp-content/uploads/2018/12/Tormenta-Tropical-Stan.pdf>

- Sims, Margaret et. al. *Children's experiences of Social Exclusion - what is it like living in a slum in Kampala?* Pesquisa Internacional em Educação Infantil. 2011. <https://files.eric.ed.gov/fulltext/EJ1151221.pdf> .
- Cooperação Suiça. *Floods in Moldova Summer 2010 (Inundações na Moldávia no verão de 2010)*. 2010. [https://www.eda.admin.ch/dam/deza/en/documents/laender/resource-194468\\_EN.pdf](https://www.eda.admin.ch/dam/deza/en/documents/laender/resource-194468_EN.pdf) .
- Sun, et al. Impact of Ocean Warming on Tropical Cyclone Size and Its Destructiveness (Impacto do aquecimento dos oceanos no tamanho dos ciclones tropicais e sua capacidade de destruição). *Sci Rep* 7, 8154. 2017. <https://doi.org/10.1038/s41598-017-08533-6>.
- Tamarkin, M. *The Roots of Political Stability in Kenya (As raízes da estabilidade política no Quênia)*. Assuntos Africanos. Oxford University Press. 1978. <https://www.jstor.org/stable/721836> .
- Governo da República da Sérvia. *Serbia Floods 2014 (Inundações na Sérvia em 2014)*. 2014. [https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed\\_emp/documents/publication/wcms\\_397685.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_emp/documents/publication/wcms_397685.pdf)
- The Indian Express. *Aqui está o que aconteceu em Kedarnath e no restante de Uttarakhand em 2013*. 2018. <https://indianexpress.com/article/research/here-is-what-happened-in-kedarnath-and-rest-of-uttarakhand-in-2013-5482050/>
- República de Uganda. *Lei Nacional de Mudanças Climáticas*. 2021. [uga208305.pdf](https://www.fao.org/3/qa208305.pdf) (fao.org)
- Grupo do Banco Mundial. *Perfil de risco climático: Uganda (2020)*. 2020. [https://climateknowledgeportal.worldbank.org/sites/default/files/2020-06/15464-WB\\_Uganda%20Country%20Profile-WEB\\_v1.pdf](https://climateknowledgeportal.worldbank.org/sites/default/files/2020-06/15464-WB_Uganda%20Country%20Profile-WEB_v1.pdf) .
- Thorsen, D. *Children Working in Mines and Quarries, Evidence from West and Central Africa (Crianças trabalhando em minas e pedreiras, evidências da África Central e Ocidental)*. UNICEF, Briefing Paper No. 4, p. 4. 2012.
- Tower, A. *Climate Change Would Cause 14 Cuban Settlements to Disappear By 2050 (Mudança climática causaria o desaparecimento de 14 assentamentos cubanos até 2050)*. Climate Refugees. 2020. <https://www.climate-refugees.org/spotlight/2020/7/16-cuba>
- Economia comercial. *Sérvia - Emprego na agricultura (% do emprego total)*. 2022. <https://tradingeconomics.com/serbia/employment-in-agriculture-percent-of-total-employment-wb-data.html> .
- Tradutores sem fronteiras. *Dados linguísticos da Indonésia*. 2021. <https://translatorswithoutborders.org/language-data-for-indonesia/>
- PNUD. *Relatório de Desenvolvimento Humano 2021/2022 - Tempos incertos, vidas inquietas: Moldando nosso futuro em um mundo em transformação*. 2022. [hdr2021-22pdf\\_1.pdf](https://hdr.undp.org/content/hdr2021-22pdf_1.pdf) (undp.org)
- PNUD. *Quênia. Adaptação à mudança climática*. 2021. <https://www.adaptation-undp.org/explore/eastern-africa/kenya> . PNUD. *Rankings mais recentes do Índice de Desenvolvimento Humano*. Relatórios de Desenvolvimento Humano. 2020. <http://hdr.undp.org/en/content/latest-human-development-index-ranking> .
- PNUD. Escritório do Pacífico. *Tuvalu utiliza novos dados na luta contra as mudanças climáticas*. 2020. <https://www.pacific.undp.org/content/pacific/en/home/presscenter/articles/2020/tuvalu-wields-new-data-in-the-fight-against-climate-change.html>.
- PNUD. *Somália. Adaptação às mudanças climáticas*. 2021. <https://www.adaptation-undp.org/explore/eastern-africa/somalia> . UNESCO. *Síntese regional da Ásia-Pacífico: mudanças climáticas, deslocamento e o direito à educação*. 2023a. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000385187/PDF/385187eng.pdf.multi>
- UNESCO. *Síntese regional da América Central e do Caribe: mudanças climáticas, deslocamento e o direito à educação*. 2023b. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000385183/PDF/385183eng.pdf.multi>
- UNESCO. *South-Eastern Europe regional synthesis: climate change, displacement and the right to education (Síntese regional do Sudeste Europeu: mudança climática, deslocamento e direito à educação)*. 2023c. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000385287>

- UNESCO. *The Impact of Climate Displacement on the Right to Education* (No. 12; Working Papers on Education Policy). 2020. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000374966>
- UNFCCC. *Somalia's First Adaptation Communication to the United Nations Framework Convention on Climate Change (Primeira Comunicação de Adaptação da Somália à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima)*. 2022a. *Comunicação de adaptação da Somália.pdf* (unfccc.int)
- UNFCCC. *Contribuição Nacionalmente Determinada Atualizada - República Federal da Somália*. 2021. Microsoft Word - NDC final atualizada para a Somália 2021.docx (unfccc.int)
- UNFCCC. *Contribuição Nacionalmente Determinada Atualizada - Uganda*. 2022b. *NDC atualizada \_Uganda\_2022 Final.pdf* (unfccc.int)
- UNFPA. *A seca na Somália força o deslocamento, colocando desafios específicos para mulheres e meninas*. 2021. <https://www.unfpa.org/news/drought-somalia-forces-displacement-posing-particular-challenges-women-and-girls>
- ACNUR. *É responsabilidade de todos educar os refugiados. Turn the Tide*. 2022a.
- ACNUR. *Tendências globais*. 2023a. <https://www.unhcr.org/global-trends>
- ACNUR. *Dezenas de milhares de somalis deslocados pela seca se dirigem a Mogadíscio*. Refworld. 2011. <https://www.refworld.org/docid/4e2fb41b2.html>
- ACNUR. *Portal de Resposta Abrangente aos Refugiados de Uganda*. 2023b. <https://data2.unhcr.org/en/country/uga>
- Conselho de Direitos Humanos da ONU. *Os efeitos de início lento das mudanças climáticas e a proteção dos direitos humanos dos migrantes transfronteiriços* (Doc. A/HRC/37/CRP.4). Genebra, Suíça. 2018
- UNICEF. *Clima Desenraizados em um clima em mudança*. 2020. <https://www.unicef.org/environment-and-climate-change/migration#:~:text=In%2020%20alone%2C%20there%20were,strategy%2C%20particularly%20for%20young%20people>
- UNICEF. *Children Uprooted in the Caribbean: how stronger hurricanes linked to a changing climate are driving child displacement (Crianças desenraizadas no Caribe: como furacões mais fortes ligados a um clima em mudança estão levando ao deslocamento de crianças)*. 2019.
- UNICEF. *Escolas para mais de 2 milhões de crianças no Paquistão permanecem inacessíveis devido a enchentes devastadoras*. 2022. <https://www.unicef.org/press-releases/schools-more-2-million-children-pakistan-remain-inaccessible-due-devastating-floods>
- Notícias da ONU. *Educar as crianças em sua língua materna, pede especialista em direitos da ONU*. 2020. <https://news.un.org/en/story/2020/03/1059241>
- UNODC. *Relatório Global sobre Tráfico de Pessoas 2020*. 2021. [https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/tip/2021/GLOTiP\\_2020\\_15jan\\_web.pdf](https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/tip/2021/GLOTiP_2020_15jan_web.pdf)
- USAID. *Perfil de risco de mudança climática: Guatemala*. Fact sheet. 2017. [https://www.climatechange.org/sites/default/files/asset/document/2017\\_USAID%20ATLAS\\_Climate%20Change%20Risk%20Profile\\_Guatemala.pdf](https://www.climatechange.org/sites/default/files/asset/document/2017_USAID%20ATLAS_Climate%20Change%20Risk%20Profile_Guatemala.pdf)
- USAID. *Climate Change Risk Profile (Perfil de risco de mudança climática): Moldova*. Fact Sheet. 2017. [https://www.climatechange.org/sites/default/files/asset/document/2017\\_USAID%20ATLAS\\_Climate%20Change%20Risk%20Profile%20-%20Moldova.pdf](https://www.climatechange.org/sites/default/files/asset/document/2017_USAID%20ATLAS_Climate%20Change%20Risk%20Profile%20-%20Moldova.pdf)
- USAID. *Climate Risk Profile (Perfil de risco climático): Serbia*. Fact Sheet. 2017. [https://www.climatechange.org/sites/default/files/asset/document/2017\\_USAID\\_Climate%20Change%20Risk%20Profile\\_Serbia.pdf](https://www.climatechange.org/sites/default/files/asset/document/2017_USAID_Climate%20Change%20Risk%20Profile_Serbia.pdf)
- ONU. *Perspectivas de urbanização mundial - Perfis de países*. 2018. <https://population.un.org/wup/country-profiles/>
- Valladares Cerezo, Carlos Enrique. *The Case of Guatemala City, Guatemala*. 2003. [https://www.ucl.ac.uk/dpu-projects/Global\\_Report/pdfs/Guatemala.pdf](https://www.ucl.ac.uk/dpu-projects/Global_Report/pdfs/Guatemala.pdf)

- Van de Vuurst, Pagie & Escobar, Luis E. *Perspective: Climate Change and the Relocation of Indonesia's Capital to Borneo (Mudança climática e a realocação da capital da Indonésia para Bornéu)*. *Fronteiras em Ciências da Terra*. 2020. <https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/feart.2020.00005/full> .
- Vilhelmsen Haug, Irunn. *Leaving drought and hunger behind: out-migration from Karamoja, Uganda (Deixando a seca e a fome para trás: emigração de Karamoja, Uganda)*. 2014. <http://labos.ulg.ac.be/hugo/wp-content/uploads/sites/38/2017/11/The-State-of-Environmental-Migration-2014-101-116.pdf> .
- Walthouse, Emily. *Effects of Hunger on Education [Efeitos da Fome na Educação]*. The Borgen Project (Projeto Borgen). 2014. <https://borgenproject.org/effects-of-hunger-on-education/> .
- Watt, E. *Milhares de escolas destruídas, danificadas ou interrompidas pelas enchentes mortais do sul da Ásia*. Theirworld. 2017. <https://theirworld.org/news/south-asia-floods-destroy-damage-thousands-schools-india-bangladesh-nepal>
- Wells, Sarah. *Quando é a estação das monções na Índia?* Experience Travel Group. 2020. <https://www.experiencetravelgroup.com/blog/2020/08/monsoon-season-india/#:~:text=There%20are%20two%20monsoons%20> .
- Whiting, Alex. *Pastores nômades de Uganda alimentam o país, mas sofrem pressão para se estabelecer: ativista*. Reuters. 2016. <https://www.reuters.com/article/us-uganda-nomads-idUSKCN12L24V.s>
- Worldometer. *População do Quênia (viva)*. 2021. <https://www.worldometers.info/world-population/kenya-population/> .
- Banco Mundial. *Plano de recuperação e redução de vulnerabilidade do ciclone tropical Pam em Tuvalu*. 2015. <https://documents1.worldbank.org/curated/en/997661468190187675/pdf/98793-PGD-P156169-Box393188B-OUO-9-IDA-R2015-0230-1.pdf>
- Banco Mundial. *Reforming Vietnam's Household Registration System [Reforma do sistema de registro de famílias do Vietnã]*. 2016. <http://pubdocs.worldbank.org/en/597131465814757714/Vietnam-Household-Policy-note-EN-20160610.pdf>.  
World Bank Databank. *População, total - Quênia*. 2022. *População, total - Quênia | Dados (worldbank.org)*
- Banco de dados do Banco Mundial. *População, total - Somália*. 2022. *População, total - Somália | Dados (banquemondiale.org)*
- Banco Mundial. *Vietnã: Reforms Needed to Close the Gap in Social Service Access for Migrants (Reformas necessárias para fechar a lacuna no acesso a serviços sociais para migrantes)*. Comunicado à imprensa. 2016. <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2016/06/16/vietnam-reforms-needed-to-close-the-gap-in-social-service-access-for-migrants>.
- Yasir, Samir. *Monsoon Rains Pummel South Asia, Displacing Millions (Chuvas de Monções Atingem o Sul da Ásia, Desalojando Milhões)*. *The New York Times*. 2020. <https://www.nytimes.com/2020/07/15/world/asia/monsoon-asia-bangladesh-india.html> .
- Yaw Tchie, Andrew E. *How climate insecurity could trigger more conflict in Somalia (Como a insegurança climática pode desencadear mais conflitos na Somália)*. *The Conversation*. 2021. <https://theconversation.com/how-climate-insecurity-could-trigger-more-conflict-in-somalia-157696> .
- Yee, Hoi Mun. *Bosnia's Roma Try to Break Out of Isolation (Ciganos da Bósnia tentam sair do isolamento)*. *BalkanInsight*. 2017. <https://balkaninsight.com/2017/06/14/bosnia-s-roma-try-to-break-out-of-isolation-06-13-2017-2/>

## Fique em contato



**UNESCO**

7, place de Fontenoy - 75352 Paris 07 SP France  
[righttoeducation@unesco.org](mailto:righttoeducation@unesco.org)



<https://www.unesco.org/en/right-education>

Siga @UNESCO nas redes sociais





unesco

Organização das  
Nações Unidas para a  
Educação, a Ciência e a Cultura

# Aprendizagem em risco

## O impacto do deslocamento climático no direito à educação

### Relatório global

Esse relatório global sobre mudança climática, deslocamento e direito à educação oferece orientação política concreta em nível nacional, regional e global para que todos os Estados Membros garantam que as pessoas deslocadas pelo clima em todo o mundo tenham seu direito à educação protegido e cumprido.

É notável o fato de que esse relatório global apresenta pela primeira vez, e compara, os resultados da coleta de dados empíricos realizada em várias regiões, fazendo com que a orientação política incluída não seja apenas normativa, aspirações teóricas, mas orientada por dados, operacional, informada e adaptada de modo a obter um impacto real na realização do direito à educação para todos.

